

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ARLES MONALIZA RODRIGUES NASCIMENTO

**NARRATIVAS SOBRE TRANSFOBIA NO CÁRCERE POR MULHERES**  
**TRANSGÊNERO: “a prisão não são as grades e a liberdade não é a rua”**



Recife  
2020

ARLES MONALIZA RODRIGUES NASCIMENTO

**NARRATIVAS SOBRE TRANSFOBIA NO CÁRCERE POR MULHERES  
TRANSGÊNERO: “a prisão não são as grades e a liberdade não é a rua”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

**Área de concentração:** Psicologia

**Orientador:** Profº. Dr. Benedito Medrado Dantas

Recife  
2020

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- N244n Nascimento, Arles Monaliza Rodrigues.  
Narrativas sobre transfobia no cárcere por mulheres transgênero : “a prisão não são as grades e a liberdade não é a rua” / Arles Monaliza Rodrigues Nascimento. – 2020.  
102 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2020.  
Inclui referências, apêndices e anexos.
1. Psicologia. 2. Transgeneridade. 3. Travestilidade. 4. Transexualidade.  
5. Transfobia. 6. Prisão. I. Dantas, Benedito Medrado (Orientador). II.  
Título.
- 150 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2020-108)

ARLES MONALIZA RODRIGUES NASCIMENTO

**NARRATIVAS SOBRE TRANSFOBIA NO CÁRCERE POR MULHERES  
TRANSGÊNERO: “a prisão não são as grades e a liberdade não é a rua”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Aprovada em: 14/02/2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profº. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca (Presidente)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profº. Dr. Wanderson Vilton Nunes da Silva (Examinador interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profª. Drª. Edna Mirtes dos Santos Granja (Examinadora Externa)  
Centro Universitário UniFBV Wyden

À Elena (em memória), a primeira mulher a sentar e contar sua história para esta pesquisa. Faleceu pouco tempo depois da nossa entrevista, antes mesmo que pudéssemos convidá-la para a defesa da dissertação. Tinha apenas 32 anos de idade. Sua morte faz jus à expectativa de vida de travestis no Brasil, que é de 35 anos. Sua partida me foi contada num domingo à tarde, com desprezo e descaso, componentes tão claros da transfobia. Elena não foi assassinada, mas a transfobia se inscreveu em sua vida e em sua morte.

## AGRADECIMENTOS

Às sete mulheres que eu entrevistei. Sem vocês, obviamente, esta dissertação não existiria. Obrigada pela coragem de contar histórias tão pesadas e difíceis a uma completa estranha. Obrigada pela bravura de resistir.

Ao grande amor da minha vida, Roberto. Obrigada por ser minha vida inteira sem pretender roubar o que me é mais importante nessa vida: o meu tesão avassalador de conquistar o mundo. O mundo de todas as coisas que eu sonhei e sonho. Em todas elas tem você. Obrigada por sonhar e realizar esse sonho comigo. *"Sem você as emoções seriam pele morta do passado."*

A Ju, meu irmão. Obrigada por ouvir meus desabafos nos momentos que eu não aguentava mais escrever. Apesar de todos os sufocos que vivemos, nada foi capaz de roubar nosso amor pela educação, pelo conhecimento. Obrigada por fazer o melhor cafezinho deste mundo.

À Mainha, Voinha e minha sogra querida, Jô. As três mulheres-mães da minha vida. Obrigada por terem acreditado tanto em mim durante esse processo.

À minha “duplinha do mestrado”, Juliana Keila. Amiga, você foi um dos melhores presentes dessa jornada. Obrigada por compartilhar as dores e as delícias desses últimos dois anos de trabalho árduo.

À minha bicharada (sim!): Nina Simone, Chico Buarque, Amélie Poulain, Lala, Céu e Liz. Vocês são parte bicho, parte humano e parte algo ainda inimaginável.

À Graça Borges, presente maravilhoso que 2019 me deu. Obrigada por abrir as portas da sua casa e da sua vida para mim, amiga. Obrigada pelos cafezinhos e almoços na rainha da Várzea. Obrigada por ter me dado a oportunidade de aprender tanto com você.

À Rafaela Rocha, que mesmo distante (geograficamente) sempre foi e sempre será minha professora porreta de metodologia. Ainda quero aprender mais um mundo todinho contigo, Rafa!

A Benedito Medrado, meu orientador. Obrigada por toda atenção e zelo empreendidos nessa jornada. Apesar das correrias e distâncias, eu nunca me senti só. Sempre soube que depois de duas horas ou duas semanas, você me responderia. Obrigada por esse encontro incrível, sou muito grata pela oportunidade de ter aprendido tanto com você.

A Jorge Lyra, professor querido do mestrado. Obrigada por ser tão atencioso e cuidadoso com nosso aprendizado. Ter sido sua aluna e sua estagiária à docência foram experiências maravilhosas.

À Edna Granja, minha (des)orientadora de vida. Seus convites e provocações férteis me fizeram ser muito do que sou hoje. Obrigada por seguir comigo nessa jornada, querida. Ora mais próximas, ora mais distantes, mas sempre juntas.

À JôA, pela sensibilidade de transformar esta dissertação em arte.

A Marcos Pablo, professor querido que se tornou amigo e que me acompanha desde a graduação. Obrigada por ter me ensinado tanta coisa, principalmente aquelas que não estavam nos livros.

À Hannah Damaris, amiga querida. Você foi meu "braço direito" nesta pesquisa. A melhor assistente de entrevistas.

A toda a rede de pessoas que eu acessei para conseguir realizar as entrevistas: Ju mazza, Choppelly, Genivaldo, Fernanda, Karinny Oliveira, Stephane Fechine, Deysi, Vanessa e Bruno.

À minha gemada querida!!! Daniel, Yuri, Ju Cunha, Mallys, Wanderson, Carol Barros, Carol Lins, Eduardo, Thiago, Naylla, Beto, Ster, Jorge... vocês são incríveis!

À Facepe pela bolsa de estudos concedida a mim durante esses 24 meses. Poder me dedicar integralmente foi muito importante para essa jornada.

Vamos fazer um acordo pra salvar as possibilidades. Um acordo que de tão livre não precise ser respeitado. Por sinal, nesse acordo o respeito desaparece por não ser necessário. A palavra vai dar lugar à amizade, e não existirá a ideia do ontem, nem a angústia do amanhã, e a culpa do presente será diluída nos atos inconsequentes. E será igual pra todos: igual pra rola, igual pro cu, igual pra buceta. Ofereço fogo para o incêndio daqueles que nos contrariam (FEBRE DO RATO, 2011).



## RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo geral analisar narrativas produzidas por mulheres transgênero sobre situações de transfobia vivenciadas no sistema prisional. A partir do nosso posicionamento construcionista e feminista em psicologia social, realizamos uma pesquisa qualitativa, cujo instrumento metodológico foi a entrevista narrativa. Utilizamos como pergunta provocadora a seguinte questão: “Você poderia nos contar como foi sua vivência no sistema prisional?” As entrevistas foram realizadas em quatro cidades de Pernambuco: Caruaru, Recife, Olinda e Paulista. O exercício analítico resultou em cinco eixos de análise, a partir dos quais discutimos como violências transfóbicas se manifestam e operam na vida e nos corpos das interlocutoras no cenário prisional. Os eixos produzidos foram: 1) Manifestações materiais da transfobia, que se referem às violências físicas; 2) Manifestações simbólicas da transfobia, representadas pelas violências sutis e invisíveis; 3) Práticas de violência institucional, exercidas pelas/os profissionais; 4) Transfobia como preservação da matriz cisnormativa, que sinaliza violências evidentemente relacionadas ao cunho de preservação dessa matriz; e 5) Formas de agenciamento, entre ajustamentos e resistências, que apresenta os momentos em que foi possível às participantes se utilizarem da agência e resistirem às violências transfóbicas do cárcere. Por fim, entre afetos e agradecimentos escrevemos uma síntese em forma de carta às interlocutoras, em que dialogamos sobre os alcances e os limites desta dissertação, que identificou que a transfobia no cárcere se manifesta das mais diversas formas, com contornos tão complexos e particulares quanto às experiências de cada interlocutora. Essas violências operam a partir de agressões físicas e psicológicas, que muitas vezes se assemelham ao horror da tortura.

Palavras-chave: Transgeneridade. Travestilidade. Transexualidade. Transfobia. Sistema prisional.

## **ABSTRACT**

This dissertation aimed to analyze narratives produced by transgender women about situations of transphobia experienced in the prison system. From our constructionist and feminist positioning in social psychology, a qualitative research was carried out, whose methodological instrument was the narrative interview. We used as a provocative question the following question: “Could you tell us how was your experience in the prison system?” The interviews were conducted in four cities of Pernambuco: Caruaru, Recife, Olinda and Paulista. The analytical exercise resulted in five axes of analysis, from which we discuss how transphobic violence manifests and operates in the lives and bodies of the interlocutors in the prison setting. The axes produced were: 1) Material manifestations of transphobia, which refer to physical violence; 2) Symbolic manifestations of transphobia, represented by subtle and invisible violence; 3) Practices of institutional violence, exercised by professionals; 4) Transphobia as preservation of the cisnormative matrix, which signals violence evidently related to the preservation imprint of this matrix; and 5) Forms of agency, between adjustments and resistances, which presents the moments when it was possible for participants to use the agency and resisted the transphobic violence of the prison. Lastly, between affection and acknowledgments, a letter-like synthesis was written to the interlocutors, in which we talked about the scope and the limits of this dissertation, which identified that the transphobia in the prison manifests itself in the most diverse ways, with as complex and particular contours as to the experiences of each interlocutor. This violence operates from physical and psychological aggressions, which often resemble the horror of torture.

**Keywords:** Transgenderity. Transvestite. Transsexuality. Transphobia. Prison system.

## LISTA DE SIGLAS

|          |                                                                       |
|----------|-----------------------------------------------------------------------|
| AVC      | ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL                                            |
| BDTD     | BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES                 |
| BVS      | BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE                                           |
| CAPES    | PORTAL DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR |
| CID — 11 | CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS                                |
| CNCD     | CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO                          |
| CNCP     | CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA                |
| DECS     | DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE                                      |
| DSM — 5  | MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS               |
| GEMA     | NÚCLEO FEMINISTA DE PESQUISA EM GÊNERO E MASCULINIDADES               |
| GTP+     | GRUPO DE TRABALHOS EM PREVENÇÃO POSITHIVO                             |
| INFOPEN  | LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS                   |
| LGBT     | LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS                    |
| LILLACS  | LITERATURA LATINO-AMERICANA E DO CARIBE EM CIÊNCIAS DA SAÚDE          |
| ONG      | ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL                                         |
| PCPD     | PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE                                      |
| PEPSIC   | PORTAL DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS DE PSICOLOGIA                        |
| PREP     | PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO                                              |
| SCIELO   | SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE                                  |
| SERES    | SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO                               |
| TCLE     | TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO                            |
| TGEU     | TRANSGENDER EUROPE                                                    |
| UFPE     | UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO                                    |

## SUMÁRIO

|              |                                                                                            |           |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                     | <b>13</b> |
| 1.1          | SOBRE A AUTORA E O CAMPO-TEMA.....                                                         | 16        |
| <b>2</b>     | <b>MULHERES TRANS* NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....</b>                                | <b>19</b> |
| 2.1          | CENÁRIO DE VIDA DE MULHERES TRANS* .....                                                   | 19        |
| <b>2.1.1</b> | <b>O encarceramento em massa .....</b>                                                     | <b>20</b> |
| 2.2          | ENTRE CELAS, CORPOS E EXPERIÊNCIAS .....                                                   | 22        |
| 2.3          | POLÍTICA DE ALAS: SEGURANÇA OU CONTROLE? .....                                             | 27        |
| <b>3</b>     | <b>VIOLÊNCIAS TRANSFÓBICAS NO CONTEXTO PRISIONAL BRASILEIRO</b><br><b>.....</b>            | <b>30</b> |
| 3.1          | CONTEXTUALIZANDO E CONCEITUANDO A TRANSFOBIA.....                                          | 30        |
| 3.2          | CENÁRIO DA TRANSFOBIA “HOJE”, NO BRASIL .....                                              | 32        |
| 3.3          | TRANSFOBIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: REVISÃO DE<br>LITERATURA .....                 | 34        |
| <b>4</b>     | <b>ENTRE ESCOLHAS E POSSIBILIDADES: PERCURSO METODOLÓGICO</b>                              | <b>41</b> |
| 4.1          | LENTE DO CONHECIMENTO.....                                                                 | 41        |
| 4.2          | HISTÓRIAS SOBRE PESQUISA NARRATIVA: OS CAMINHOS E AS CHEGADAS<br>.....                     | 44        |
| <b>5</b>     | <b>REVERBERANDO SENTIDOS EM LINHAS DE ANÁLISES.....</b>                                    | <b>60</b> |
| 5.1          | MANIFESTAÇÕES DA TRANSFOBIA A PARTIR DA <i>VIOLÊNCIA MATERIAL</i> .                        | 62        |
| 5.2          | MANIFESTAÇÕES DA TRANSFOBIA A PARTIR DA <i>VIOLÊNCIA SIMBÓLICA</i>                         | 65        |
| 5.3          | PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA INSTITUCIONAL .....                                      | 67        |
| 5.4          | TRANSFOBIA COMO PRESERVAÇÃO DA MATRIZ CISNORMATIVA.....                                    | 70        |
| 5.5          | FORMAS DE AGENCIAMENTO, ENTRE AJUSTAMENTOS E RESISTÊNCIAS<br>.....                         | 72        |
| <b>6</b>     | <b>NO FIM DAS CONTAS, UMA BREVE CARTA ÀS INTERLOCUTORAS</b><br><b>DESTA PESQUISA .....</b> | <b>77</b> |
| 6.1          | A CARTA.....                                                                               | 77        |
|              | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                    | <b>81</b> |
|              | <b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>                             | <b>91</b> |
|              | <b>APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA PATRONATO PENITENCIÁRIO DE</b><br><b>CARUARU .....</b>   | <b>93</b> |

|                                                                                               |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>APÊNDICE C – CARTA DE ANUÊNCIA PATRONATO PENITENCIÁRIO DE RECIFE .....</b>                 | <b>94</b> |
| <b>APÊNDICE D – MODELO DO MAPA DIALÓGICO.....</b>                                             | <b>95</b> |
| <b>ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADOS DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) VERSÃO I .....</b> | <b>96</b> |
| <b>ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADOS DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) VERSÃO II.....</b> | <b>99</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Stefany, mulher trans\*<sup>1</sup>, foi capturada pelo sistema aos 19 anos de idade. Assim como para tantas outras colegas suas, a bronca foi nos corres da prostituição. Sem dinheiro e família pra livrá-la, foi pro presídio. “Feminino ou masculino?” que nada. A mana não teve chance de responder essa pergunta. Não lhe foi perguntado. Desceu com roupa e tudo pro pavilhão dos machos. Aquela bomba mortífera de testosterona. Chegando lá, foi desfigurada. Na risadagem e gritaria, arrancaram parte por parte dela. Unha. Cabelo. Shortinho. Identidade. Dignidade. Cinco homens a estupraram. Ela, que na rua manjava dos corres de prevenção (e se orgulhava por nunca ter sido infectada, viu?!), mais tarde descobriria que carregaria o vírus por toda vida. Depois disso, deram uns trapos sujos, folgados, e mandaram ela calar a boca. “Aqui não tem lugar pra viado. Pra frango. Veste shortinho de novo ou deixa esse cabelo crescer pra tu ver”, disseram os detentos transfóbicos, com suas vozes legitimadas pela diretoria (pasmé! ou não...). A assistente social, lotada de tanto trabalho, só desceu pra conhecer Stefany cinco dias depois.

– “Não pode ficar perto dos homens, querida.”

– “Mas aqui tá lotado de homem, onde que eu vou ficar?”

– “Numa cela protegida, querida. Lá só tem estuprador e pedófilo. Lá ninguém vai mexer com você.”

Fonte: A autora, 2020.

Essa é uma história ficcional, construída a partir dos elementos que ouvimos<sup>2</sup> nas narrativas das interlocutoras, bem como a partir do que observamos na revisão de literatura. Apesar de ficção, histórias como essa são reais, e costuram as teias pelas quais esta dissertação foi construída.

\*\*\*

No Brasil, temos números alarmantes de transfobia. Somos o país que mais mata pessoas trans no mundo<sup>3</sup>. No ano de 2018, 164 mulheres trans\* morreram ou se suicidaram em razão da transfobia (MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2019). Em relação a 2019, o último levantamento foi realizado até a data de 15 de maio, registrando 52 mortes de mulheres trans\* (GRUPO GAY DA BAHIA, 2019).

<sup>1</sup> A partir do que tem proposto Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 14), podemos compreender que transgênero é um “Conceito ‘guarda-chuva’ que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento”. Segundo a autora, a transgeneridade abarca tanto as dimensões de identidade (no caso de travestis e pessoas transexuais) como as da funcionalidade (*drag queens* e transformistas). Assim, com o intuito de que o texto não fique repetitivo e que possamos alcançar todas as identidades, iremos nos referir à população desse estudo como mulheres trans\*.

<sup>2</sup> Optamos neste texto pelo uso estratégico da primeira pessoa: por vezes, no plural, quando se referindo a posições, argumentos e proposições negociadas com o orientador e/ou outros/as interlocutores; e primeira pessoa do singular, quando se referir diretamente a uma experiência particular da mestranda.

<sup>3</sup> TMM Update Trans Day of Remembrance 2018. **Trans respect versus transphobia world wide**, Berlin/GER, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-of-remembrance-2018/>. Acesso em: 07 nov. 2019.

Esse tipo de violência pode se apresentar de forma material ou simbólica, e costuma se manifestar a partir de atitudes de ódio que são resultantes do estigma e do preconceito em relação à identidade de gênero de pessoas transexuais (LANZ, 2014). Nos casos de violência física, possui como característica principal a crueldade desferida contra a vítima. “[...] as agressões costumam ser múltiplas, através da utilização de instrumentos que permitem diversas investidas antes da efetiva morte de suas vítimas, sendo tais atos muitas vezes concentrados na região da face e nos órgãos genitais” (SEFFNER; PASSOS, 2016, p. 145-146). Em relação à violência simbólica, estão presentes as dificuldades em relação aos exercícios de cidadania e garantia de direitos (LINS; MESQUITA, 2016), como o uso do nome social, por exemplo.

De acordo com Fernando Seffner e Amilton Passos (2016), um dos espaços mais críticos onde esse tipo de violência pode acontecer é o ambiente carcerário, pois o “[...] choque entre a identidade de gênero e o funcionamento institucional amplifica tais experiências” (SEFFNER; PASSOS, 2016, p. 145). Ramon Silva e Adalberto Arcelo (2016) alertam sobre a intensificação de tais efeitos ao chamar atenção para o fato de que a instituição cárcere reproduz o sistema binário<sup>4</sup>, a cisnormatividade e a heteronormatividade existente no contexto extramuros.

Em relação ao sistema prisional, temos assistido ao encarceramento em massa de pessoas negras, pobres e vulneráveis social e economicamente, como por exemplo as mulheres trans\*. Esse encarceramento garante atualmente ao Brasil o posto de terceira maior<sup>5</sup> população prisional do mundo (WALMSLEY, 2018). Neste local, mulheres trans\* vivenciam punições não só pelo crime cometido, mas também pela expressão de suas identidades. São inúmeros os relatos de estupros coletivos, cabelos cortados à força, hormonizações interrompidas bruscamente, imposição do uso de vestimentas e da permanência em celas masculinas, o que não condiz com suas identidades de gênero.

Foi por pensar nessas violências transfóbicas que esta dissertação foi construída, com o intuito de poder analisar narrativas desse tipo de violência e as formas pelas quais mulheres trans\* conseguem resistir à transfobia. Dessa forma, o objetivo geral consistiu em analisar narrativas produzidas por mulheres transgênero sobre situações de transfobia vivenciadas no sistema prisional. Os objetivos específicos se configuraram em descrever essas situações de transfobia apresentadas nas narrativas e analisar formas de agenciamento, entre ajustamentos e resistências.

Embora esta dissertação tenha sido escrita por mim, ela é, sem dúvidas, um empreendimento coletivo. Muitas pessoas fizeram parte desta construção, sobretudo meu

---

<sup>4</sup> Esse conceito e os demais situados posteriormente serão melhor discutidos nos próximos capítulos.

<sup>5</sup> Esse não é um quantitativo proporcional.

orientador e amigos e amigas, tanto do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA), do qual faço parte, como aqueles do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE, além das contribuições da banca de qualificação, que foi composta pela professora Dra. Edna Granja e o professor Dr. Luís Felipe Rios. A partir desses diálogos e trocas, pude refletir sobre meu objeto de pesquisa, sobre caminhos metodológicos e, também muito importante, sobre os afetos e as angústias que fazem parte de um processo tão intenso quanto a escrita de uma dissertação, que foi dividida em quatro capítulos, os quais apresentaremos a seguir.

No primeiro capítulo, iniciamos uma discussão crítica sobre os aspectos que configuram mulheres trans\* como potenciais alvos do encarceramento em massa no Brasil, como o estigma e o preconceito em relação às suas identidades de gênero por parte da família, da escola e do Estado, marginalizando-as e situando-as em contextos de pobreza e miséria, tornando-as presas fáceis de serem capturadas pelo sistema prisional. Em seguida, discutimos sobre o panorama geral da vivência de mulheres trans\* dentro do cárcere, a partir de elementos como a cisnormatividade, a heteronormatividade, a matriz heterossexual binária de gênero e o conceito de abjeção da teoria queer. Por fim, sinalizamos as estratégias que têm sido utilizadas como forma de “segurança” para as constantes violências transfóbicas vivenciadas por essas pessoas no ambiente penitenciário, como as celas e as alas específicas para a população LGBT.

No segundo capítulo, afunilamos o debate para a transfobia, conceituando-a a partir dos elementos que propiciam a sua manifestação. Além disso, problematizamos a emergência e a importância da utilização do termo ao invés do uso da palavra homofobia, que é mais amplo. Após isso, apresentamos dados das violências transfóbicas no Brasil, bem como o contexto do início da criminalização desse tipo de violência no nosso país. Em sequência, apresentamos e discutimos os textos localizados durante a revisão de literatura.

No terceiro capítulo, apresentamos o que chamamos de “lentes do conhecimento”, em referência aos caminhos teóricos, metodológicos e epistemológicos que guiaram a construção desta dissertação, que foram o Construcionismo Social, a proposta de ciência feminista de Donna Haraway (1995) e os aportes da Pesquisa Qualitativa. Em seguida, apresentamos as escolhas e as possibilidades do percurso metodológico, narrando o caminho seguido durante a realização da pesquisa.

No quarto e último capítulo, apresentamos cinco linhas de análise, construídas a partir do trabalho analítico cujo objetivo foi analisar narrativas produzidas por mulheres transgênero sobre situações de transfobia vivenciadas no sistema prisional, descrevendo tais violências e



analisando as formas de agenciamentos, entre ajustamentos e resistências, produzidas pelas interlocutoras diante dessas violências.

Pretendemos, a partir desta dissertação, visibilizar as violências transfóbicas vivenciadas por mulheres trans\* no sistema penitenciário do nosso estado, o que torna, de certa forma, esta dissertação um instrumento de denúncia e de alerta, que também evidencia as formas pelas quais essas pessoas se utilizam para se defender e resistir aos abusos cometidos, o que pode, quem sabe, orientar estratégias de enfrentamento dessas violências.

## 1.1 SOBRE A AUTORA E O CAMPO-TEMA

O mundo do mistério lhe foi dado. Apresentado como único caminho. Por ele aprendeu a existir. Respostas começaram a surgir. Virou matéria prima pro ofício, que tão firme e cedo escolheria. Tão incansavelmente decidida, afinal era só uma menina (Céu - Fênix do amor).

Eram meados de 2016. Ainda trabalhava na minha monografia sobre a vivência de mulheres cisgênero no cárcere, quando passei a me inquietar com o fato de trabalhar exclusivamente com mulheres cisgênero. Passei a me questionar também sobre a vivência de mulheres trans\* dentro do sistema prisional. Para a pessoa que à época desconhecia as discussões sobre cisnormatividade, heteronormatividade, binarismo sexual e afins, o questionamento pareceu um tanto quanto pitoresco. Na minha curta e ingênua trajetória como pesquisadora, sobretudo de faculdade particular (que em grande parte sobrepõe o mercado de trabalho à “vida acadêmica”), meu questionamento me pareceu bastante revolucionário. Um mistério a desbravar.

Na minha agonia de engolir o mundo sem nem o mastigar (que as/os próximas/os a mim conhecem tão bem), logo virei algumas noites e construí um projeto para ingresso no mestrado com essa inquietação; por sinal, um projeto bastante frágil. Por conta do curto prazo até a suposta inscrição, fui convidada por algumas professoras que o haviam lido a refletir se era mesmo interessante apostar em um campo-tema que eu não tinha domínio algum. Fui orientada a fazer um projeto de mestrado a partir do meu trabalho de monografia, que supostamente poderia ser mais bem elaborado, por conta da minha aproximação com o campo-tema. “Entrando no mestrado, você vê a possibilidade de mudar de tema, Monaliza”, disseram-me.

Ainda assim, não consegui ser aprovada na seleção daquele ano, exatamente na etapa do projeto, pois esse apresentava fragilidades também. Por ser bem habilidosa em recalcar *conscientemente* (Freud que me perdoe a gafe) tudo aquilo que me angustia, no ano seguinte, numa nova tentativa de ingresso de mestrado, mesmo com mais tempo para me dedicar e

aprofundar meus estudos, jamais passou pela minha cabeça construir um projeto que envolvesse travestilidade/transexualidade e cárcere. Acabei apostando em outra temática: a trajetória de mulheres no tráfico de drogas, que trouxe a minha tão desejada e gestada aprovação.

Ao ingressar no programa, fui acolhida como orientanda de Benedito Medrado e pelo Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA), que estava com a seguinte pesquisa em curso: “Atenção psicossocial no contexto das estratégias governamentais para enfrentamento à violência baseada em orientação sexual e/ou identidade de gênero”.

Enquanto eu, aluna de faculdade particular, tateava o chão no furacão de informações e produções de um grupo de pesquisa de uma Universidade Federal, a vivência das mulheres trans\* daquela pesquisa começaram a me afetar, sobretudo os relatos de transfobia. Obviamente, a essa altura eu já tinha ouvido falar sobre transfobia, mas ouvir falar é diferente de sentir. E eu senti dor. Senti raiva. Senti vergonha por, inclusive, fazer parte da parcela hegemônica das/dos brancas/os e heterossexuais que aniquilam tantas vidas LGBT.

Após algumas conversas com Benedito sobre os redirecionamentos do projeto de mestrado, estava eu, sem nem perceber, aproximando-me cada vez mais do que viria a ser o meu objeto de pesquisa: a transfobia. Onde? No sistema prisional brasileiro. Lugar que tão dolorosamente sempre me inquietou.

No entanto, vivenciei muitos conflitos internos no estilo *white people problems*<sup>6</sup>, pois eu me perguntava constantemente com qual direito eu, mulher cisgênero, branca, heterossexual e de classe média, iria “cutucar” vivências tão dolorosas para essas mulheres. Ao mesmo tempo, considerava importante meu engajamento com a causa, respeitando os limites e possibilidades do meu lugar de fala. Assim, decidi, junto a Benedito, que iria trabalhar com narrativas de mulheres trans\* que vivenciaram episódios de transfobia no sistema prisional brasileiro. Decidi também que eu só faria esse trabalho se me comprometesse profundamente em respeitar ao máximo as narrativas dessas mulheres. E assim acho que o fiz. Ou pelo menos tentei.

E hoje, meados do mês de outubro de 2019, ao provocar em mim sentidos sobre o que me levou a escrever esta dissertação, recordei que há três anos (que mais parecem 10) esse foi o primeiro campo-tema<sup>7</sup> que pensei em trabalhar na pós-graduação. Um tema que me acompanha como campo em toda minha trajetória como psicóloga, pesquisadora e pessoa. E embora as contingências da vida tenham me apresentado a distintos caminhos, aqui estou,

---

<sup>6</sup> Expressão que satiriza os problemas de pessoas brancas, que são ínfimos, do ponto de vista estrutural, quando comparados aos de pessoas negras. A expressão se estende a todos os grupos que detêm privilégio em detrimento de outros que não.

<sup>7</sup> Peter Spink (2003) propõe que o “campo” ultrapassa os limites geográficos, não se restringindo apenas a um mero local de pesquisa, o que denomina de campo-tema.

escrevendo sobre ele, e como diz o grande escritor José Saramago: “O que tem de ser, tem de ser, e tem muita força, não se pode resistir -lhe [...]” (SARAMAGO, 1986, p.2).

\*\*\*

12 de janeiro de 2020

(Uma breve anotação)

Hoje, ao revisitar esta introdução nas vésperas da entrega da versão final da dissertação, sinto que um dos maiores resultados desta pesquisa foi o meu deslocamento e minha construção como cientista desse campo-tema. No início, minha inserção se constituía como uma simpatia e solidariedade, mas à distância. Hoje, após alguns meses da realização da pesquisa e nos ajustes finais da escrita, compreendo que tenho uma nova narrativa de mim, engajada ética e politicamente com o campo-tema, construída a partir da dialogia inscrita na pesquisa construcionista, em uma constante coprodução junto às interlocutoras, ao campo-tema e às pessoas que fizeram parte desse empreendimento. *Não somos rocha. Sólida. Somos fluidez. Após tudo que vivi, ouvi e aprendi, eu jamais seria a mesma pessoa.*

## 2 MULHERES TRANS\* NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Para discutirmos sobre a experiência de mulheres trans\* nos ambientes carcerários do nosso país, reconhecemos como importante refletir criticamente sobre os acontecimentos que propiciam a intensa captura dessa população pelo encarceramento em massa brasileiro, que também será abordado neste capítulo. Assim, iniciamos contextualizando o cenário de vida dessa população, discutimos em seguida o processo de encarceramento em massa, e, após isso, utilizamos alguns elementos para discutir a vivência dessa população no cárcere, tais como a cisnormatividade, a heteronormatividade, a matriz heterossexual binária de gênero e o conceito de abjeção da teoria queer. Por fim, dialogamos sobre a política de criação de alas LGBT nas prisões brasileiras, que está sendo utilizada como estratégia para evitar as manifestações de violências transfóbicas nesses espaços.

### 2.1 CENÁRIO DE VIDA DE MULHERES TRANS\*

Muitas mulheres trans\* brasileiras se situam cotidianamente em condições de extrema vulnerabilidade social e de miséria, pois é comum que suas vivências sejam desprotegidas por instâncias que deveriam garantir e prezar pelos seus direitos e cidadania, tais como o Estado, a sociedade e a família (BARBOSA, 2014). Na escola, é comum que abandonem o ambiente escolar ainda na adolescência, pois os constrangimentos e humilhações acabam impondo essa evasão, que pode ser compreendida como expulsão, dada sua dimensão compulsória (BENTO, 2011).

No campo do trabalho, o cenário também é de dificuldades. Em uma pesquisa realizada em São Paulo sobre os desafios para mulheres trans\* no mercado de trabalho, os principais resultados foram: transfobia, preconceito, uso de banheiro, vestiário, uniforme, baixa escolaridade e documentação (em virtude de questões como o nome social e/ou documento de reservista) (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018). Essas informações sinalizam que mesmo aquelas que conseguem emprego formal e/ou concluem alguma formação vivenciam barreiras para o exercício profissional.

Outro contexto de extrema importância é o familiar, mas que frequentemente se apresenta como um cenário onde muitas violências ocorrem. Além de violências físicas e psicológicas, não é raro que mulheres trans\* sejam expulsas de casa ainda quando adolescentes, por motivações referentes ao preconceito e à discriminação existente na família, que em

algumas pesquisas foi identificado como o principal grupo agressor dessa população (MAGNO; DOURADO; SILVA, 2018; SILVA *et al.*, 2016).

Embora não se pretenda uma generalização, pois diversas motivações permeiam a prostituição<sup>8</sup> desse população, faz-se necessário reconhecer que muitas mulheres trans\* precisam recorrer à prostituição como alternativa de sobrevivência (NOGUEIRA; LEÓN, 2012), visto que o preconceito e a transfobia muitas vezes as excluem do mercado de trabalho, da escola e do contexto familiar. A entrada na prostituição insere essa população em um grupo com vulnerabilidade acrescida pela exposição nas ruas, tornando-o presa fácil para o encarceramento em massa.

Além disso, nessa busca por sobrevivência, muitas infringem leis e acabam adentrando em contextos de criminalidade, o que muitas vezes acontece “compulsoriamente”, “[...] pois esgotam-se alternativas dentro de uma sociedade excludente demais para que o diferente se estabeleça de forma digna” (BARBOSA, 2014, p. 02). Assim, ao serem capturadas pelo sistema prisional, corrobora-se e se legitima o lugar social que é conferido pelo senso comum às mulheres trans\*, que recorrentemente costuma ser “[...] o lugar da pervertida, da marginal, da obscena, da ladra” (AGUINSKY; FERREIRA; CIPRIANI, 2014, p. 302). Esse imaginário social coloca em segundo plano diversos aspectos particularmente importantes, que são ignorados em razão do preconceito e da discriminação, como o encarceramento em massa, por exemplo.

### 2.1.1 O encarceramento em massa

Para se ter uma noção, na última pesquisa realizada pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), até junho de 2016 havia 726.354 pessoas privadas de liberdade no nosso país (BRASIL, 2019). O Brasil é o país com o terceiro<sup>9</sup> maior número de pessoas privadas de liberdade no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e a China, de acordo com o World Prison Brief, banco de dados que reúne informações sobre a situação penitenciária de todo o mundo (WALMSLEY, 2018). Com base nas pesquisas realizadas pelo INFOPEN, o Ministério da Segurança Pública do Brasil estima que em 2025 quase um milhão e meio de pessoas estarão encarceradas no Brasil, dada a média do crescimento da população carcerária brasileira, que está em torno de 8,30% ao ano (BRASIL, 2018).

---

<sup>8</sup> Não queremos com essa afirmação generalizar que a prostituição de mulheres trans\* sempre está associada à vulnerabilidade social e econômica. Reconhecemos que a prostituição pode ser uma alternativa autônoma buscada por essa população.

<sup>9</sup> Esse *ranking* não é proporcional ao número de habitantes dos referidos países. Trata-se de um número absoluto.

Figura 1 - Gráfico de crescimento da população carcerária brasileira



Fonte: (BRASIL, 2018)

Esse encarceramento em massa é seletivo e direcionado a parcelas específicas da população brasileira. Pessoas negras, pobres, jovens e de baixa escolaridade são alvo das circunstâncias de um país com tamanha desigualdade social e racial. Mulheres trans\* também fazem parte desse segmento populacional, com algumas particularidades. Beatriz Aginsky, Guilherme Ferreira e Marcelli Cipriani (2014, p. 294) chamam atenção para a vulnerabilidade existente nas vivências dessa população, pois “[...] além de precárias do ponto de vista do acesso a bens e serviços, à renda, à habitação e a outros componentes referentes à pobreza, são potencialmente criminalizáveis, experimentando punição, criminalização e encarceramento em massa”. Assim, podemos compreender que mulheres trans\* são “presas fáceis” para o encarceramento em massa do sistema penal brasileiro por geralmente viverem em contextos de extrema pobreza e miséria (AGUINSKY; FERREIRA; CIPRIANI, 2014).

Em sua dissertação, Gabriela Lamounier (2018) aponta dois motivos principais pelos quais mulheres trans\* podem ser alvo dessa excessiva criminalização e do encarceramento em massa: 1) o imaginário social que coloca quase que impreterivelmente mulheres trans\* no campo da prostituição, e 2) uma “criminalização social” da prostituição e a aproximação com contexto de uso e tráfico de drogas por conta da marginalidade que muitas vezes atinge o trabalho sexual. Segundo a autora, o primeiro ponto situa mulheres trans\* num lugar de potencial criminalidade, e o segundo corrobora com a captura e posterior condenação e encarceramento (LAMOUNIER, 2018).

A partir desse cenário, podemos perceber controvérsias, pois por um lado a mídia coloca o Brasil como o país da impunidade, e, por outro, temos um dos sistemas penitenciários que mais crescem no mundo, além de uma força de estado extremamente violenta, com uma das polícias mais repressoras do mundo (SÁNCHEZ; LAROUZÉ, 2016). Em uma entrevista concedida a Alexandra Sánchez e Bernard Larouzé (2016), Marcelo Freixo discute que esse encarceramento em massa sinaliza que as prisões não estão em crise, pois elas cumprem com precisão o seu objetivo de vigiar pessoas negras e pobres, a fim de manter uma ordem social e política.

De acordo com Juliana Borges (2018), essa ordem social e política é racista, estruturada por uma hierarquia racial constituída desde a colonização do Brasil, a partir de violações dos direitos e da liberdade de pessoas negras. Para a autora, o sistema de justiça criminal do Brasil seria então um dispositivo de manutenção dessa hierarquia e de desigualdades, com o objetivo de impedir avanços na vida da população negra.

Neste trecho do livro *O que é encarceramento em massa?*, Juliana Borges (2018) nos ajuda a traçar um panorama geral sobre o sistema prisional:

Somos compelidas a acreditar que o sistema de justiça criminal surge para garantir normas e leis que assegurarão segurança para as sociedades. Mas, na verdade, se trata de um sistema que surge já com uma repressão que cria o alvo que intenta reprimir. A realidade do sistema de justiça criminal é absolutamente diversa de garantir segurança, mas um mecanismo que retroalimenta insegurança, aprofunda vigilância e repressão (BORGES, 2018, p. 53).

Dessa forma, podemos compreender que a definição do sistema de justiça criminal brasileiro como um garantidor da segurança pública é demasiadamente simplista, e que suas estruturas têm como alicerce uma hierarquia racial que é estruturante em nosso país. Além disso, podemos compreender que as prisões não estão em crise, a crise quem vivencia são as pessoas que habitam esses locais, que, via de regra, são insalubres, violentos, com condições desumanas e com muitas violações de direitos, como serão apresentadas a seguir na seção que discute a experiência de mulheres trans\* nesse sistema.

## 2.2 ENTRE CELAS, CORPOS E EXPERIÊNCIAS

Entre os diversos setores estatais que compõem o poder público, a Segurança Pública é um dos aparelhos que reforçam ao mesmo tempo em que reproduzem discursos normatizantes que forjam o que é natural e aceitável no campo da sexualidade e das identidades de gênero. Esse processo se caracteriza por uma vigília e controle, que delimita o aceitável na ordem

vigente, reprimindo e disciplinando quando necessário (AGUINSKY; FERREIRA; RODRIGUES, 2013).

Ramon Silva e Adalberto Arcelo (2016, p. 34) afirmam que com o aprisionamento “[...] é o Estado brasileiro que assume o papel de vigilância, de controle, de punição e de correção, reproduzindo e atualizando, no ambiente carcerário, a lógica da negação de direitos por meio de dispositivos de normalização que objetivam a subjetividade a partir da heteronormatividade”.

A heteronormatividade pode ser compreendida como a normatização e a regulação de comportamentos heterossexuais que são impostos às nossas vivências, situando-as apenas no campo do gênero feminino e masculino (MISKOLCI, 2009), ou seja, a partir de um binarismo, que é chamado de matriz heterossexual binária de gênero, definida por Judith Butler (2003, p. 215-216) como a “[...] grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados”.

Se por um lado a heteronormatividade gera tensões quanto às vivências sexuais desses corpos, por outro a cisnormatividade impõe e restringe as mais diversas expressões de gênero. Por cisgeneridade podemos compreender a identificação das pessoas com o sexo originário do seu nascimento, no caso, pessoas não trans\* (JESUS, 2012). Assim, a cisnormatividade pode ser entendida como uma série de regras impostas, perseguições e colonizações aos corpos que não seguem o padrão cisgênero (VERGUEIRO, 2015). Esses dois conceitos são importantes de serem pensados juntos, pois segundo Viviane Vergueiro (2015, p. 57), “a inteligibilidade cisgênero pressupõe a inteligibilidade heterossexual como decorrência”.

Por conta dessas tensões no sistema prisional, a precariedade na vida de mulheres trans\* costuma se intensificar (SOUZA; FERREIRA, 2016), pois o cárcere já é um ambiente de muitas violações de direitos, que ganham contornos particulares quando vivenciadas junto a essas tensões. Para Ramon Silva e Adalberto Arcelo (2016, p. 33), esses dispositivos são “[...] premissas quase inquestionáveis perante o Estado. Portanto, indivíduos que fogem às ‘normalidades’ impostas não são recepcionados pelo ordenamento jurídico”.

Tal mecanismo remete ao conceito de biopoder, que segundo Foucault (1988), implica um mecanismo de governo que tem como função *gerir a vida*. Diferente dos moldes exercidos pelo poder soberano e pelo poder disciplinar, esse novo poder “[...] é agora cuidadosamente recoberto pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1988, p. 152). Aproximando-se dessa discussão de Foucault, Mary Jane P. Spink (2001) sinaliza que transformações substanciais ocorreram na sociedade, e que munido dessa biopolítica, o governo incide agora na *gestão dos riscos*. Essa gestão está relacionada à possibilidade de previsão de



futuro e o cálculo dos riscos, presente na modernidade tardia. Podemos compreender o cálculo dos riscos como a “[...] identificação dos efeitos adversos potenciais do fenômeno em análise, a estimativa de sua probabilidade e da magnitude de seus efeitos” (SPINK, 2001, p. 1280). A partir dessa perspectiva, um ponto parece ser passível de discussão e interpretação: a diversidade sexual e de gênero como condição de risco à cisnormatividade e à heteronormatividade.

Dito isto, a gestão desse risco concentraria seus esforços na regulação e coerção de identidades de gênero e sexualidades dissidentes, mais vulneráveis pela condição de privação de liberdade. A principal estratégia dessa repressão no contexto de privação de liberdade seria o encarceramento de mulheres trans\* em unidades masculinas, o que confirma a visão cisnormativa do Direito Penal e do Judiciário brasileiro, que apenas reproduzem o que existe no contexto extramuros (SILVA; ARCELO, 2016).

A inserção de mulheres trans\* em celas, alas e pavilhões masculinos é uma prática comum, sobretudo em cidades do interior, pelo fato de o número de mulheres trans\* encarceradas ser consideravelmente menor que em capitais e cidades maiores, que geralmente adotam a política de alas LGBT, discutidas no próximo tópico. Essa prática de aprisionamento de mulheres trans\* em penitenciárias masculinas pode ser compreendida como uma das principais manifestações da cisnormatividade, pois o sistema carcerário é estruturado para via de regra acolher somente homens e mulheres cisgênero, rejeitando qualquer outra identidade de gênero que não essas.

Essa lógica repercute no fato de não sabermos quantas dessas mulheres estão privadas de liberdade, pois apesar do levantamento do INFOPEN ser bastante descritivo e considerar diversas dimensões, tais como escolaridade, estado civil, faixa etária, raça/cor e muitas outras, não considera identidades de gênero que não a masculina e a feminina, mesmo que muitas pessoas trans\* estejam dentro do sistema penitenciário brasileiro.

Além de as estatísticas oficiais e nacionais não disporem desse quantitativo, é comum encontrar pesquisas que denunciam a falta de informação e as falhas na quantificação dessa população também nos âmbitos municipais e estaduais (OLIVEIRA *et al.*, 2018; NASCIMENTO, 2018). Inclusive, o estado de Pernambuco é um dos que não possuem o quantitativo preciso dessa população no cárcere, de acordo com informações da própria Secretaria Executiva de Ressocialização do estado – (SERES) (ALVES, 2019). O único dado que o estado possui sobre mulheres trans\* encarceradas é proveniente de um mapeamento realizado pelo Projeto Fortalecer para Superar Preconceitos, no ano de 2018. O projeto faz parte das atividades do Grupo de Trabalhos em Prevenção PositHIVo (GTP+), uma organização não

governamental (ONG) sediada em Recife. A pesquisa foi realizada apenas na região metropolitana do estado, e abarcou as dez penitenciárias da região. Os resultados apontaram a existência de 18 mulheres transexuais e 22 travestis (ALVES, 2019).

A partir disso, é possível corroborar com a afirmação de Ramon Silva e Adalberto Arcelo (2016), de que essa população é ignorada pelo Estado, que é omissa em relação à diversidade de gênero existente nesse contexto. Dessa forma, essa escassez de informações invisibiliza a vivência de mulheres trans\* na prisão, que muitas vezes acabam encontrando suporte apenas em suas/seus companheiras/os de aprisionamento ou na família (NASCIMENTO, 2018), muito embora a família muitas vezes esteja circunscrita no lugar de agressora, como pontuado anteriormente.

Essa invisibilidade remete ao conceito de abjeção da Teoria Queer. Para essa teoria, abjetos são seres humanos que fogem ao padrão de normatividade instituído em nossa sociedade, e que esse padrão está centrado na matriz raça-sexualidade, colocando aquelas/es que não se encaixam nos padrões em patamares subalternos e não humanos. Ou seja, se mulheres trans\* não se encaixam nas caixinhas masculinas e femininas da cisnormatividade e da heteronormatividade, logo não são consideradas como humanas (MISKOLCI, 2009).

Dessa forma, temos um país que na maioria das vezes rejeita as medidas e alternativas progressistas pensadas para essa questão, sobretudo aquelas orientadas pelos Princípios de Yogyakarta, documento sobre a aplicação de legislação internacional de direitos humanos referente à orientação sexual e identidade de gênero. Esse documento foi escrito por um grupo de 29 especialistas em direitos humanos de 25 países, na cidade de Yogyakarta, no país da Indonésia, no ano de 2006.

Em seu princípio 9, o documento dispõe do seguinte: “Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com humanidade e com respeito pela dignidade inerente à pessoa humana. A orientação sexual e identidade de gênero são partes essenciais da dignidade de cada pessoa” (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2007, p. 19), e complementa: “Os Estados deverão: a) Assegurar, na medida do possível, que todos os detentos e detentas **participem de decisões relacionadas ao local da detenção adequado à sua orientação sexual e identidade de gênero**” (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2007, p. 19, grifo nosso).

Apenas em alguns casos isolados isso aconteceu no Brasil, como no caso referente ao Habeas Corpus nº 152.491, em que o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, concedeu a autorização de transferência de duas mulheres trans\* para uma unidade

feminina. Segundo a matéria publicada no portal G1<sup>10</sup> (2018), a defesa de uma das vítimas utilizou como argumento o fato de estarem presas em uma cela com 31 homens, sofrendo agressões físicas, psicológicas e sexuais. No entanto, como citado acima, essa foi uma decisão histórica e isolada no Brasil, que não possui política específica e efetiva em nível nacional para essa população.

Porém, existem muitas resoluções de diversos órgãos a respeito dessa problemática. A mais importante delas, no âmbito nacional, foi publicada em abril de 2014 pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), em conjunto com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), extinto em abril de 2019 pelo governo do atual presidente Jair Bolsonaro. Em seu artigo 3º, a resolução propunha: “Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos”. E no artigo 4º: “As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas” (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA; CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2014, p. 02).

No nível estadual, o Rio de Janeiro, por meio da Secretaria do Estado de Administração Penitenciária publicou a Resolução nº 558, de 29 de maio de 2015, que estabelece diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no sistema penitenciário do estado. Em seu artigo 1º, parágrafo 1º, a resolução dispõe da seguinte orientação:

A identidade de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais será por autodeterminação na entrada do sistema penitenciário. A unidade de custódia da pessoa travesti, mulher transexual e/ou homem transexual será compatível com o gênero declarado no momento do ingresso no sistema penitenciário, respeitando a liberdade de autodeterminação do preso ou da presa (SECRETARIA DO ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2015, p. 01).

No estado de São Paulo também foi publicada uma resolução sobre essa questão, mas mais conservadora que a do Rio de Janeiro, visto que só autoriza esse tipo de transferência quando o procedimento cirúrgico de transgenitalização foi realizado, assim como dispõe o artigo 3 da Resolução 11, de 30-1-2014, publicada pela Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (2014). Já no estado de Pernambuco, estado onde foi realizada a pesquisa desta

---

<sup>10</sup> BARROSO determina transferência de duas travestis para presídio feminino. G1, Brasília, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/barroso-determina-transferencia-de-duas-travestis-para-presidio-feminino.ghtml>.

dissertação, não há nenhuma normativa em termos de política pública sobre o encarceramento de mulheres trans\*.

A partir dessas resoluções, é possível observar que a inexistência de uma política pública unificada em âmbito nacional coloca essa população à mercê das resoluções estaduais e/ou municipais e das/os próprias/os gestoras/es das unidades prisionais (ECHEVERRIA; MARQUES; GALVÃO, 2018). Além disso, pelo fato de as normativas existentes no país serem resoluções, ou seja, não possuírem o vigor de lei, diretorias e gestoras/es prisionais são quem decide **como** e **se** vão lidar com essa demanda, principalmente da forma necessária, com respeito, dignidade e cidadania.

Dessa forma, sem disporem de uma política de proteção à população LGBT como um todo no sistema prisional brasileiro, mulheres trans\* estão expostas a vários tipos de violências transfóbicas dentro desse contexto, pois entre os mais diversos e significativos espaços onde a transfobia pode se manifestar, o ambiente carcerário se apresenta como um dos mais delicados, dada a condição de vulnerabilidade presente na condição de privação de liberdade.

Ao contrário do que autoras/es propõem, sobre uma suposta *dupla punição* a essa população, - por estarem em situação de privação de liberdade e por manifestarem uma identidade de gênero que diverge do esperado socialmente -, concordamos com as afirmações de Guilherme Ferreira (2014a) de que devemos compreender tais vivências a partir de uma visão interseccional, que considera as diferentes dimensões dessa vivência não como sobrepostas, mas o resultado da relação entre as diferentes vivências de violência e opressão (FERREIRA, 2014a).

A seguir, discutiremos criticamente sobre a principal estratégia que tem sido utilizada no enfrentamento da transfobia no sistema penitenciário brasileiro: a política de alas, que é alvo de opiniões diversas e controvérsias entre as/os especialistas no assunto e militantes do movimento LGBT.

### 2.3 POLÍTICA DE ALAS: SEGURANÇA OU CONTROLE?

Na tentativa de reduzir violências, algumas unidades prisionais decidem lançar mão da política de alas, que se configuram pela delimitação de um espaço específico para travestis, mulheres transexuais e outras pessoas que se identifiquem como LGBT. É importante destacar que a criação de alas é anterior à resolução assinada em conjunto pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, em 2014,

já mencionada aqui, e que dispõe de orientações para o abrigamento de pessoas LGBT em locais específicos.

Há controvérsias sobre a primeira cidade e unidade prisional a implantar esse mecanismo. Alguns trabalhos informam que a primeira ala foi criada no Presídio de Joaquim de Bicas II, no município de São Joaquim de Bicas em Minas Gerais, no ano de 2009. Em outros, aponta-se o presídio do Roger, em João Pessoa/PB, no ano de 2013.

A partir da literatura, observa-se que a criação dessas alas geralmente está ligada a pedidos diretos ou indiretos da própria população que necessita das mesmas, e não dos gestores e diretores dos presídios, além das denúncias de movimentos sociais a respeito das violências sofridas por essas pessoas (JUNIOR; BREGALDA; SILVA, 2015; FRÓIS; VALENTIM, 2017).

No presídio do Roger, em João Pessoa/PB, foi realizada uma matéria jornalística de TV após a implantação da ala. A matéria fez parte de um programa chamado A liga – Homofobia nos presídios (2015). Ao perguntar ao diretor sobre o que acontecia com mulheres trans\* antes da criação da política, o repórter recebe a seguinte resposta: “Espancamento. Estupravam eles. Usavam eles de mulher. Ficavam na mão de um e de outro. Na mão de um que ia jogando de uma cela para outra. Ninguém podia fazer nada”. Nesse mesmo comentário, ao retratar a “nova realidade” das mulheres trans\* após a implementação da ala, é possível perceber alguns avanços na segurança das mesmas.

No entanto, existem muitas controvérsias na literatura sobre esse tipo de política, pois apesar de garantir segurança, traz alguns prejuízos para essa população, que é excluída de algumas atividades. De acordo com Beatriz Aginsky, Guilherme Ferreira e Marcelli Cipriani (2014), no Presídio Central de Porto Alegre (PCPD) as atividades laborais, de formação profissional e educacional, não são acessadas pela população de mulheres trans\*, pois as mesmas estão isoladas do restante do presídio, e as suas participações com os detentos homens nessas atividades poderiam gerar episódios de violência e de transfobia. Isso resulta na impossibilidade de remição de pena, visto que o acesso a essas atividades proporciona uma diminuição na pena de quem as realizar. As/os autoras/es ressaltam ainda:

Evidentemente, a criação da galeria é um fato que precisa ser comemorado e encarado, no contexto atual, como uma vitória da luta por direitos humanos. Mas não é o bastante para que as travestis acessem um padrão melhor de cidadania, uma vez que o discurso da proteção e da segurança que a galeria traz não é de modo algum plenamente garantido pelo Estado, já que elas abrem mão de acessar outros direitos em detrimento de um reduto menos violento: passam a maior parte do dia enclausuradas [...] (AGINSKY; FERREIRA; CIPRIANI, 2014, p. 301).

Além disso, embora possa parecer que as alas trazem um total conforto e segurança para essa população, existem denúncias de homens heterossexuais que utilizaram o sistema de autoafirmação de identidade de gênero/orientação sexual, para entrar nas alas, em busca de um suposto “privilégio” existente nessas alas, que são menos populosas e mais organizadas que as demais. Com isso, esses homens estariam trazendo violência para dentro do espaço, que segundo as próprias mulheres trans\*, estava sendo “descaracterizado”. Nesse mesmo cenário, a autora relata que com essas denúncias de fraudes dentro das alas, estava sendo discutida a possibilidade de uma triagem realizada por uma/um profissional de psicologia, que iria atestar sobre a sexualidade/identidade de gênero das pessoas que solicitassem a entrada nesse espaço (LAMOUNIER, 2018).

Dessa forma, é possível refletir sobre o poder de controle sobre os corpos dessa população, que até mesmo em um ambiente “protegido”, pode sofrer violações, pois nesse caso, o “poder” de legitimação de sua identidade de gênero ou de orientação sexual estaria nas mãos de uma/um profissional de psicologia.

Em uma visão bastante crítica sobre as alas em sua dissertação que analisou a política de alas LGBT em Minas Gerais, Gabriela Lamounier (2018, p. 24) argumenta:

A vitrine do sistema prisional sistematiza, divulga e promove as ações “positivas”, “ressocializadoras” e “mais humanas” propostas pela gestão. Com isso, colabora para a circulação dos discursos reformistas que confiam nas políticas de privação de liberdade como solução para os “problemas” da sociedade. Ao semear essa versão, ofusca outras possibilidades de entendimento, mais críticas, que compreendem o fenômeno das Alas como uma saída “fácil” ou “superficial” que; além de oferecer uma suposta proteção para as bichas que estão presas em unidades masculinas; também discrimina e segrega essas pessoas em vulnerabilização (por recortes de gênero/sexualidade), construindo mais um espaço de controle disciplinar intenso e vigilância especializada (LAMOUNIER, 2018, p. 24).

A autora propõe um “não conformismo” com as políticas positivas propostas pelo sistema e pelo encarceramento em massa como medidas de segurança para a população LGBT de forma geral. As alas podem ser uma medida emergencial e paliativa para os horrores vivenciados por essas pessoas dentro do sistema prisional, mas estão longe de ser uma política efetiva de proteção e cuidado para essa população, que passa a ser mais vigiada e controlada com a criação de celas específicas.

Além disso, como discutido, apesar de estar em amplo crescimento no ambiente prisional brasileiro, essa é uma medida que nem mesmo tem garantia de lei. Em muitos presídios, mulheres trans\* são jogadas como presas em celas masculinas e transfóbicas, onde vivenciam horrores diversos, como nos mostra o capítulo a seguir.

### 3 VIOLÊNCIAS TRANSFÓBICAS NO CONTEXTO PRISIONAL BRASILEIRO

Neste capítulo, utilizamos a literatura para conceituar a transfobia, contextualizando-a no sistema prisional, o que se apresentou como um desafio, pois precisamos reconhecer que se por um lado essa população vivencia abusos e violências diversas nesse contexto, por outro, nem todas as vivências dessa população no cárcere estão circunscritas a violências transfóbicas. Assim, delimitar o que se apresenta ou não como transfobia foi uma tarefa bastante escorregadia, mas necessária para a compreensão do nosso objeto de pesquisa.

Inicialmente, utilizamos alguns conceitos importantes para a compreensão da transfobia, tais como a cisheteronormatividade e a homofobia, para, então, discutirmos a conceituação, a emergência e a importância da utilização do termo transfobia. Após isso, apresentamos o panorama da transfobia hoje, no Brasil, bem como discutimos rapidamente sobre algo muito importante: o início da criminalização da transfobia/homofobia/lesbofobia no Brasil.

Em seguida, apresentamos os 11 textos selecionados durante a revisão de literatura, que se dividem em: 1) seis textos localizados a partir de buscas sistemáticas em plataformas de dados e 2) cinco textos localizados em buscas assistemáticas, que foram realizadas no Google Acadêmico e nas referências bibliográficas dos primeiros textos localizados.

#### 3.1 CONTEXTUALIZANDO E CONCEITUANDO A TRANSFOBIA

Fernando Seffner e Amilton Passos (2016) dialogam sobre um componente específico bastante familiar à vivência de mulheres trans\*: a violência e a discriminação explícita; elementos que tomam contornos particulares em virtude de classe, raça, idade e outros marcadores sociais de diferença que estão presentes na vida dessas mulheres, operando reações de medo nas expressões mais cotidianas, como uma simples ida ao banheiro, a presença em transporte público ou outro espaço coletivo.

Autores enfatizam que tais práticas de violência estão relacionadas à rejeição de parte da sociedade em relação à rejeição dessas pessoas com os padrões de cisheteronormatividade<sup>11</sup> estabelecidos, que são prescritos e mantidos por meio da naturalização da “função” reprodutiva da espécie (MATTOS; CIDADE, 2016), colocando à margem relações resultantes de corpos que não cumprem tal normativa reprodutiva e sexual.

---

<sup>11</sup> Esses autores utilizam o termo cisheteronormatividade, uma junção da noção de heteronormatividade com cisheteronormatividade.

Para nos aprofundarmos nesse debate, é importante sinalizarmos os elementos decorrentes de um tipo de ordem social que prescreve normas relacionadas à sexualidade e ao gênero, e estrutura um cenário propício para a manifestação desse tipo de violência. De acordo com Richard Miskolci (2009), nossas vivências são estruturadas por um processo caracterizado pela prescrição de condutas e comportamentos heterossexuais, que pode ser definido como heteronormatividade. Segundo o autor, esse dispositivo de regulação estrutura até mesmo a vivência de pessoas homossexuais, pois embora se relacionem com pessoas do mesmo sexo, devem agir e se organizar a partir dos padrões heterossexuais (MISKOLCI, 2009).

Atrelado a isso, temos as prescrições normativas do gênero, que regem até mesmo a vivência de corpos dissidentes trans\* a partir de normas binárias e dicotômicas do sistema sexo/gênero. Judith Butler (2003) define gênero como performances construídas socialmente que não se enquadram na divisão binária do feminino/masculino, e chama atenção para a linha tênue que insiste em propagar o gênero como uma “[...] interpretação cultural do sexo” (BUTLER, 2003, p. 25). O gênero é também concebido como um dispositivo primário que constitui as relações sociais, demarcadas por jogos e posições de poder (SCOTT, 1989). Mas não só o gênero está relacionado a essa dinâmica de poder, como advogam autoras/es voltadas/os ao debate sobre sexualidade, as/os quais enfatizam que o “sexual” transcende as práticas sexuais, podendo ser compreendido também como um dispositivo regulador do poder (FOUCAULT, 1988; MISKOLCI, 2009).

A partir desses pressupostos, podemos agora iniciar o debate sobre a homofobia e os desdobramentos que levaram à origem do conceito transfobia. De forma geral, podemos compreender a homofobia como “[...] a atitude de hostilidade contra as/os homossexuais” (BORRILLO, 2010, p. 13). O autor explica ainda que o fenômeno está pautado na manutenção do outro como inferior e diferente, passível de ser mantido fora do círculo social que se enquadra como “normal” (BORRILLO, 2010).

A homofobia seria, então, um dispositivo de manutenção da heteronormatividade e do binarismo constituinte das relações de gênero e manifestações de sexualidade. Nas palavras de Louro (1997), a homofobia pode ser entendida como um medo excessivo de que a homossexualidade desconfigure as categorias de gênero sustentadas por uma ordem social vigente, o que corrobora com a afirmativa de Borrillo (2010, p. 17), que caracteriza a manifestação da homofobia como uma “[...] angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual”.

No entanto, militantes têm protestado sobre o caráter homogeneizante do conceito de homofobia, pois não apenas pessoas homossexuais são passíveis de sofrer as repercussões desse



tipo de violência, mulheres lésbicas, pessoas bissexuais e travestis e mulheres trans estão suscetíveis (RONDINI; FILHO; TOLEDO, 2017). Desta forma, tem se tornado comum a utilização de conceitos que representam essas particularidades, como a transfobia.

Rubens Modesto (2017) aponta a utilização do termo transfobia a partir da necessidade de diferenciação para a violência e precariedade de vida de mulheres trans\*. Neste contexto, a transfobia estaria situada no bojo das políticas públicas, solicitando olhares diferenciados para esse processo, devido à invisibilidade desta parcela da população LGBT, em especial na sociedade.

Em relação à sua conceituação, Lanz (2014) define a transfobia como uma intensa e crítica manifestação de ódio resultante dos estigmas relacionados à diversidade sexual. Suas expressões se dão a partir da “[...] discriminação, segregação, intolerância, exclusão e violência – real ou simbólica – de pessoas transgêneras, em casa e na rua, tanto nas suas relações interpessoais e grupais” (LANZ, 2014, p. 141). E, assim como a homofobia se configura como um dispositivo de manutenção da heteronormatividade, a transfobia seria utilizada como uma ferramenta de coerção e preservação da matriz cisnormativa, que pune a partir das mais diversas formas aquelas/es que se desviam desse padrão (SILVA, 2017).

Deste modo, a partir dessas reflexões, parece-nos importante fomentar a utilização do termo transfobia como forma de estimular a visibilização de mulheres trans\*. O movimento LGBT é extenso, mobilizador de diversas pautas dentro de sua própria dinâmica de militância, o que por vezes pode destacar algumas falas em detrimento de outras, o que reforça a importância da utilização de termos particulares que reiteram a importância de pensarmos as problemáticas de cada grupo de forma particular e distinta.

Pensando nisso, no próximo tópico explanaremos o cenário atual da transfobia no Brasil, pois mesmo que os números de LGBTfobia muitas vezes sejam trabalhados de forma geral, há especificidades diferentes nas vivências dos atores sociais que compõem cada letra da sigla.

### 3.2 CENÁRIO DA TRANSFOBIA “HOJE”, NO BRASIL

É importante ressaltar que as manifestações de transfobia não são exercidas apenas a partir da violência “crua” como costumamos imaginar. Além dos derivados tipos de violências a que estão suscetíveis pessoas trans\*, decorrem também as dificuldades e empecilhos relacionados ao exercício de cidadania, e legitimação de seus direitos (LINS; MESQUITA, 2016).

No entanto, a expressão máxima da transfobia são as mortes e os suicídios, que no nosso país se traduzem em números alarmantes. No ano de 2018 foram assassinadas ou se suicidaram 420 pessoas LGBT no Brasil. Esse número representa uma morte a cada 20 horas. Das 420 pessoas, 164 eram transexuais, entre as quais 81 eram travestis e 72 mulheres trans. O quantitativo geral teve uma pequena redução (6%) em relação ao ano de 2017, que teve 445 mortes, o maior número em 39 anos (período de existência do banco de dados do Grupo Gay da Bahia, organização não governamental que realiza esse levantamento todos os anos) (MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2019). Em virtude do Dia Internacional Contra a Homofobia, o Grupo Gay da Bahia publicou um relatório parcial com dados referentes às mortes de 2019, até a data de 15 de maio de 2019. Durante esse período, foram registradas 141 mortes, sendo 52 mulheres trans\* (GRUPO GAY DA BAHIA, 2019).

No âmbito internacional, temos os dados da organização não governamental Transgender Europe (TGEu), que em novembro de 2016 situou o Brasil em primeiro lugar no *ranking* mundial de assassinatos de pessoas trans\* (BALZER; LAGATA; BERREDO, 2016). Na atualização<sup>12</sup> do ano de 2018 desse mesmo documento, a ONG manteve o Brasil no primeiro lugar do *ranking*, e apontou que entre o dia 1º de outubro de 2017 e 30 de setembro de 2018, 167 pessoas transexuais foram mortas no Brasil.

Divergências entre esses dados e a necessidade de que organizações não governamentais realizem esse levantamento evidenciam a omissão e o descaso do Estado com todas essas mortes, que não aparecerem em estatísticas oficiais por um motivo óbvio e absurdo: a transfobia/homofobia/lesbofobia não ser compreendida como crime no Brasil até meados de 2019. Somente no dia 13 de junho de 2019 tivemos a determinação do Supremo Tribunal Federal do Brasil de que a discriminação em função da orientação sexual e/ou identidade de gênero seja considerada um crime no nosso país (BARIFOUSE, 2019).

A decisão foi tomada pelo judiciário por conta da omissão do legislativo, que apesar de ter dezenas de projetos de lei sobre transfobia e homofobia em tramitação, nunca aprovou nenhum. Ainda assim, não foi estabelecido um prazo para que o Congresso edite uma lei para a normatização da decisão, que será tratada como Racismo (segundo a Lei nº 7716/89) até a criação de uma norma específica. De acordo com o Supremo, a medida é em razão de o

---

<sup>12</sup> TMM Update Trans Day of Remembrance 2018. **Trans respect versus transphobia world wide**, Berlin/GER, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-of-remembrance-2018/>. Acesso em: 07 nov. 2019.

Congresso e o Senado afirmarem que vários projetos de lei relacionados à temática estão sendo apreciados (BARIFOUSE, 2019).

Apesar do avanço, a não determinação de um prazo ao Congresso para a edição da lei ainda é uma barreira, e deixará a população LGBT à mercê do Congresso mais uma vez, visto que a Lei do Racismo será utilizada até o Congresso “decidir” aprovar uma lei específica, que tratará do assunto com mais abrangência e com a devida complexidade. Além disso, durante o julgamento não houve acordo assertivo sobre como serão julgados e analisados os casos de assassinato e de lesão corporal contra pessoas LGBT (OLIVEIRA; BÁRVIERI, 2019).

Como ainda é recente essa decisão, as repercussões desse marco no Brasil ainda não podem ser discutidas com tanta nitidez. Ainda assim, é possível afirmar que a batalha ainda não foi vencida, não só pela inexistência de uma lei específica, mas pelo fato de que apenas uma lei não é suficiente para combater o cenário alarmante de transfobia/homofobia/lesbofobia no nosso país. Muitos atores sociais estão envolvidos, desde quem comete esse tipo de discriminação e/ou crime, quem a/o recebe, até quem coloca em prática os fundamentos da lei. Além disso, muitos são os cenários onde esse tipo de crime ocorre, o que o torna ainda mais complexo, visto que cada espaço tem dinâmicas diferentes, como é o caso do sistema prisional brasileiro, que será discutido no tópico a seguir.

### 3.3 TRANSFOBIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção é resultado de uma cuidadosa revisão de literatura, a partir da qual, inspirados em Sérgio Luna (1997), buscamos produzir um mapeamento do conjunto de referenciais teóricos que situam e explicam a transfobia dentro do sistema penitenciário brasileiro. Para a realização da revisão de literatura, utilizamo-nos de produções científicas que tratam sobre o assunto e formulam instruções específicas, como as de Maria Auxiliadora Ribeiro, Mário Martins e Aurora Lima (2015). Essas/es autoras/es propõem que a revisão de literatura seja realizada a partir dos seguintes passos: 1) escolha das bases de dados, 2) seleção dos descritores, 3) refinamento e exploração das fontes, 4) organização do material e 5) análise das produções.

Embora essas/es autoras/es formulem instruções importantes para a busca e organização do material, é importante sinalizarmos que durante o exercício de revisão de literatura esses passos nem sempre são seguidos em ordem. É comum que sejam feitos ajustes nas bases de dados e nos descritores, o que foi muito necessário na nossa revisão por conta da dificuldade de localizar produções. Dito isso, ressaltamos que descrever todo esse processo – que foi

bastante longo – tornaria o texto enfadonho. Assim, buscamos descrever apenas o que nos pareceu mais importante para a compreensão da leitura desse processo.

Inicialmente, escolhemos os descritores **prisões**, **transexualismo**<sup>13</sup> e **transfobia**<sup>14</sup> para utilizar nas buscas avançadas<sup>15</sup> das plataformas, mas percebemos que essa junção não trazia resultados de produções. Além disso, as primeiras bases de dados escolhidas não foram suficientes, sendo necessário acrescentar outras durante o processo. Ao final, seis<sup>16</sup> bases de dados haviam sido utilizadas, das quais três não trouxeram produções. Além disso, houve a necessidade de substituir outros termos aos descritores que haviam sido estabelecidos previamente, como travestis, por exemplo.

No quadro abaixo dispomos dos **resultados** das nossas buscas pela literatura que dialogava com o nosso campo-tema. Como dito anteriormente, julgamos interessante simplificar o processo e, ao invés de descrever exaustivamente o exercício, apresentar os dados mais precisos, já com exclusões e cortes dos materiais que não seriam utilizados.

Quadro 1 - Resultado das buscas de produções científicas em plataformas de dados

| Fonte/Tipo                           | Descritor/Termo e/ou expressão conjunta utilizada | Quantitativo encontrado |
|--------------------------------------|---------------------------------------------------|-------------------------|
| <b>BDTD/Dissertações</b>             | Travestis + prisões                               | 01                      |
|                                      | Travestis + cárcere                               | 01                      |
| <b>CAPES/Dissertações&amp;Artigo</b> | Travestis + prisões                               | 03                      |
| <b>LILACS/Artigo</b>                 | Travestis + prisões                               | 01                      |
|                                      |                                                   | <b>*Total: 06</b>       |

\* O quantitativo referido já conta com a exclusão de trabalhos repetidos e aqueles que não faziam menção ao objeto da pesquisa.

<sup>13</sup> Embora não concordemos com o sufixo *ismo*, é assim que esse descritor está inserido no sistema Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Surpreendeu-nos o uso do termo transexualismo nessa base de dados, pois parece desconsiderar o debate produzido em torno da crítica ao uso do sufixo *ismo*, que associa a experiência transexual à psicopatologia. No entanto, a permanência da transexualidade como doença no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e Classificação Internacional de Doenças (CID-11) legitima essa ação. A transexualidade permanece no DSM-V enquanto disforia de gênero. E, embora recentemente tenha sido tirada do rol de doenças mentais do CID-11, continua enquadrada como incongruência de gênero na seção de Saúde Sexual. Para melhor compreensão, ver: AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014; OMS tira transexualidade de nova versão de lista de doenças mentais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2018/06/oms-tira-transexualidade-de-nova-versao-de-lista-de-doencas-mentais.shtml>.

<sup>14</sup> Apesar de não se configurar como descritor, optou-se por utilizar o termo *transfobia* nas buscas das bases de dados, não somente por compreender a importância de conhecer melhor a utilização do termo, mas por entender que por vezes a sigla LGBT é tomada de forma generalizante, sendo necessária a atenção particularizada de seu público.

<sup>15</sup> Ferramenta que permite uma busca integrada entre vários termos/descriptores.

<sup>16</sup> Scientific Electronic Library Online (SciELO); Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (periódico CAPES com a ferramenta CAFE e o catálogo de Teses e Dissertações); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e o Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC).

Cabe ressaltar ainda que desses seis trabalhos encontrados, nenhum trabalha diretamente com o nosso objeto/problema de pesquisa, no caso, a transfobia. No entanto, trazem vivências de mulheres trans\* no sistema penitenciário brasileiro, e embora alguns não discutam diretamente sobre a transfobia, fazem-no de forma mais geral a partir de discussões sobre homofobia. Assim, de forma direta ou indireta trazem reflexões sobre a violência sofrida por mulheres trans\* dentro do contexto prisional, o que certamente dialoga com nossa proposta.

Dos seis trabalhos encontrados a partir da revisão sistemática, quatro são dissertações e dois são artigos científicos. As produções são de áreas de concentração diferentes: duas dissertações em sociologia, uma em psicologia e uma em serviço social; em relação aos artigos, um deles foi escrito por quatro psicólogos e publicado em uma revista de psicologia, o outro por um assistente social e uma estudante de direito, e publicado em uma revista de gênero e diversidade.

Como já mencionado, nenhum dos trabalhos tem como objeto de estudo a transfobia, mas por discutirem sobre a experiência de mulheres trans\* no cárcere, fazem menção ao nosso objeto. No estudo sociológico sobre a criação de alas LGBT realizado por Hérika Fernandes (2016), no estado da Paraíba, a autora traz um capítulo inteiro sobre a violência homofóbica em sua dissertação. E, apesar de não utilizar o termo transfobia, compreendemos que a generalização foi decorrente de sua temática, que discute a experiência LGBT como um todo. Compreendemos também que apesar da existência em particular do termo transfobia, as motivações do seu uso e suas particularidades, ele está diretamente ligado à homofobia.

De acordo com Hérika Fernandes (2016), muitos ataques homofóbicos são justificados pela não obediência das pessoas LGBT ao cumprimento de ordens e condutas estabelecidas pela sociedade. Os ataques seriam então palco para punições com requintes de crueldade, direcionados às pessoas com características e comportamentos que são julgados como “fora do padrão” do que é esperado socialmente. Em seu trabalho, a autora discute sobre a política de alas, e propõe que, mesmo sendo uma política segregacionista, realmente diminui a violência sofrida por essas pessoas, ainda assim não deixa de ser uma política que comete violências e que desrespeita o direito de escolha dessas pessoas, sobretudo de mulheres trans\*, pois no presídio em que foi realizada sua pesquisa, essa população é encaminhada compulsoriamente para alas LGBT, o que não acontece com homens *gays*, por exemplo.

Segundo o diretor do presídio em questão, isso acontece porque a identidade homossexual é mais fácil de ser “escondida”, diferente da identidade travesti, que é facilmente identificada. Além disso, a autora aponta que outros tipos de violências se configuravam como

estupros e a coerção de mão de obra de trabalho, pois mulheres trans\* são obrigadas a realizar as tarefas “domésticas” dos presos cisgêneros e heterossexuais (FERNANDES, 2016).

A dissertação de Francisco Nascimento (2018), situada no campo da sociologia, discute sobre travestilidades aprisionadas no estado do Ceará. Apesar de não mencionar o termo transfobia em nenhum momento do texto, o autor destaca diversas violências sofridas por mulheres trans\* no contexto prisional em função de suas identidades de gênero. Entre elas o abuso de agentes penitenciários que por conta do preconceito descaracterizam e desfiguram a identidade travesti para ridicularização através de cortes de cabelos não convencionais, como por exemplo raspar apenas um lado da cabeça; o abuso consiste também em aterrorizá-las, colocando-as propositalmente em celas que não permitem a entrada de pessoas trans\*, como por exemplo as celas pertencentes às facções, que geralmente normatizam as vivências dentro dos presídios a partir de condutas heteronormativas (NASCIMENTO, 2018).

Entre suas descrições das violências sofridas pela população, Francisco Nascimento (2018) complementa ainda que nos dias de visitas é proibido às pessoas trans\* que manifestem suas identidades de gênero, obrigando-as a não soltar os cabelos, não usar maquiagem e utilizar roupas masculinas, com a justificativa de que a identidade travesti pode constranger as visitas. Francisco relata ainda o caso de uma travesti que precisou assinar um termo de responsabilidade para entrar dentro de uma cela do presídio, pois a sua entrada ali ameaçava sua vida (NASCIMENTO, 2018). Sua assinatura, arrancada “compulsoriamente”, certamente serviu como uma omissão do Estado em assegurar segurança durante o cumprimento de sua pena.

No campo da psicologia, localizamos a dissertação de Gabriela Lamounier (2018), anteriormente referida, que apresenta uma análise “trans.viada” da política de alas de Minas Gerais. Apesar de ter como objeto de estudo a política de alas, a autora traz diversas narrativas de mulheres trans\* sobre transfobia. Segundo participantes de sua pesquisa, no contexto da penitenciária em que foi realizada a pesquisa, a violência sexual não é tão acentuada quanto em outros locais, e que uma das maiores violências sofridas é a “não aceitação” da identidade de gênero por parte de outros presos e profissionais. As participantes expõem ainda que o que elas percebem como violento, de fato, é o uso dos corpos das mulheres trans\* para transportar contrabando, tais como celular e drogas.

A dissertação de Guilherme Ferreira (2014a), situada no campo do serviço social, versa sobre as experiências sociais de mulheres trans\* em situação de privação de liberdade em um presídio da cidade de Porto Alegre. De todas as dissertações encontradas, essa é a que mais dialoga diretamente com o termo da transfobia. Segundo o autor, essa população é “atirada” nas prisões e esquecida pelo poder público e pelo resto da sociedade, vivenciando nesse local

violências transfóbicas típicas de um país que lidera o *ranking* mundial de assassinatos de travestis. Essa transfobia, vivenciada no cárcere, é naturalizada pelo discurso social que naturaliza e propaga a violência *sine qua non* das prisões, sobretudo brasileiras (FERREIRA, 2014a).

Um dos artigos localizados, que dialoga sobre execução penal e a população de mulheres trans\*, é também autoria do autor Guilherme Ferreira, junto a uma estudante de direito. Nesse artigo, chama atenção a descrição de um tipo de violência transfóbica em relação às mulheres trans\*: o encarceramento dessas mulheres em alas específicas de homens que cometeram crimes sexuais, com o objetivo de “resguardar” a integridade física e evitar violências advindas de outros presos. Isso nos aponta o despreparo das instituições, que por não terem políticas efetivas de segurança para essa população, precisam de “alternativas” inusitadas para conseguir, mesmo que minimamente, proporcionar algum tipo de segurança a essa população (SOUZA; FERREIRA, 2016).

O outro artigo localizado, do qual eu faço parte como uma das autoras, dialoga sobre as vivências travestis no cárcere em Caruaru, cidade do interior de Pernambuco (OLIVEIRA *et al.*, 2018). O artigo descreve práticas de transfobia que acontecem no cotidiano do contexto carcerário, tais como: “Dormir de cabelo comprido e acordar de cabelo raspado, ser obrigada a agir como mulas para o tráfico, ser obrigada a esconder entorpecentes em cavidades do corpo, estupro coletivo, agressões corporais” (OLIVEIRA *et al.*, 2018, p. 161).

Diante de termos localizado apenas essas seis produções, optamos por realizar também buscas assistemáticas, que embora possam parecer pouco confiáveis, podem ser realizadas com estratégias tão cuidadosas e rigorosas como as utilizadas em uma busca sistemática, e que no nosso caso, trouxeram resultados promissores. Assim, foram realizadas buscas dirigidas nas referências bibliográficas arroladas nos seis textos identificados, bem como no Google Acadêmico, mas sempre com o cuidado de verificar a fonte dessas produções.

Os resultados da pesquisa assistemática sinalizaram que, afinal, o campo-tema não é tão pouco trabalhado como se imaginava, e que a escassez de resultados na revisão sistemática pode estar relacionada às próprias falhas das plataformas de dados, que ainda não incorporaram terminologias recentes, sobretudo aquelas que trabalham com categorias identitárias que extrapolam a sigla LGBT. Monas, bichas, travas, veados, maridos de travestis foram algumas das nomeações encontradas em títulos e resumos de trabalhos, o que sinalizou questões de representatividade, e também uma questão discutida por Márcio Zamboni (2017), a respeito da incipiência da sigla LGBT no contexto carcerário. Segundo o autor, discutir sobre categorias de identidade nesse ambiente pode ser bastante desafiador, uma vez que no cárcere tais

categorias não parecem ser tão delimitadas quanto aqui fora, pois, pessoas LGBT encarceradas parecem se *identificar* e não se *fixar* em determinadas categorias identitárias.

Através das buscas assistemáticas, localizamos mais cinco textos que dialogam com a transfobia no sistema penitenciário, os quais se dividem em: uma dissertação no campo do direito, uma monografia em serviço social e três artigos, dispostos nas áreas de ciências criminais, direitos humanos e serviço social.

Quadro 2 - Resultado das buscas assistemáticas

| <b>Tipo</b>        | <b>Área</b>       | <b>Quantitativo encontrado</b> |
|--------------------|-------------------|--------------------------------|
| <b>Dissertação</b> | Direito           | 01                             |
| <b>Monografia</b>  | Serviço Social    | 01                             |
| <b>Artigos</b>     | Ciência Criminais | 03                             |
|                    | Direitos Humanos  |                                |
|                    | Serviço Social    |                                |
|                    |                   | <b>*Total: 05</b>              |

\* O quantitativo referido já conta com a exclusão de trabalhos repetidos e aqueles que não faziam menção ao objeto da pesquisa.

Em sua monografia, Luciana Nascimento (2016, p. 44) expõe as falas de duas mulheres trans\* da sua pesquisa, que relataram algumas das violências transfóbicas físicas vivenciadas no cárcere: “Já apagaram cigarro no meu corpo. Já fui estuprada. Já fui agredida e recebi ofensas verbais” e “fui obrigada a transar com um preso que eu não queria. Já fui vendida. Já fui trocada por uma barra de ferro”.

Em relação a violências psicológicas, o artigo de Isabella Santos e Camilla Gomes (2018) traz a narrativa de uma mulher trans\* que conta que assim que chegou no cárcere, sofreu várias ameaças de homens em privação de liberdade que informaram que iam “quebrá-la” e “desmaiá-la”, por várias vezes.

Em sua dissertação, Maria Barbosa (2016) discute sobre um componente que permite esse tipo de violência dentro do cárcere: a violência institucional, pois de algum modo permite que essa população sofra diversas violências, como estupro, tortura física e psicológica; chama atenção ainda a dificuldade dessa população em questionar sobre as violências institucionais que sofrem (BARBOSA, 2016), pois muitas vezes sequer compreendem que possuem direitos, pois o estigma de “presidiária que não tem direito algum” se torna tão naturalizado que é difícil resistir.

Além desse descrédito da instituição, em função de sua identidade de gênero, mulheres trans\* são bastante desacreditadas pelos homens privados de liberdade. No artigo de Guilherme Ferreira (2014b), ele propõe que:



[...] se sofrem violência, elas a merecem porque são travestis; se adoecem, elas buscaram a doença; se passam fome, é porque não são suficientemente trabalhadoras; se sofrem assédio sexual, é a conclusão fatal da prostituição; se são discriminadas no bar, não se comportaram bem; se não conseguem emprego, são vagabundas [...] (FERREIRA, 2014b, p. 110).

Em seu artigo, Johnatan Vale, Bárbara Vale e Eduardo Souza (2016) trazem uma discussão referente às modificações que a transfobia vem recebendo após a implementação das alas LGBT em algumas penitenciárias brasileiras. De acordo com o texto, em penitenciárias que passaram pela “transição” de implementação das alas, a violência que antes era de cunho mais prático, agora se torna mais simbólica e sutil. Nessa nova configuração, é impedido que mulheres trans\* tenham acesso a itens que geralmente são associados ao gênero feminino, como maquiagens e cosméticos (VALE; VALE; SOUZA, 2016). Assim, “... trata-se de uma forma de violência simbólica aplicada às travestis, pois a manutenção de sua identidade, que outrora era desfigurada, agora é impedida de manifestar-se, assegurar-se, manter-se” (VALE; VALE; SOUZA, 2016, p. 2-3).

Após a breve análise de todas essas produções, foi possível observar que, como já mencionado, nenhuma delas tem como objeto de estudo a transfobia propriamente dita dentro do sistema penitenciário. A grande maioria da literatura trata da experiência dessa população no cárcere ou da criação das políticas de alas. Assim, foi necessário um trabalho de recorte sobre as violências transfóbicas descritas nessas produções. Foi curioso observar que embora todas as obras tenham descrito, em maior ou menor grau, situações de violências transfóbicas, são poucas as obras que discutem e nomeiam a violência como transfóbica, embora sejam obras bem recentes, situadas em um contexto em que a transfobia já é amplamente mencionada como uma categoria conceitual nos movimentos sociais para demarcar a natureza particular desse tipo de violência.

## 4 ENTRE ESCOLHAS E POSSIBILIDADES: PERCURSO METODOLÓGICO

O título deste capítulo descreve uma dinâmica muito comum à pesquisa científica, sobretudo qualitativa: apesar das nossas escolhas e planejamentos metodológicos, no desenvolvimento da pesquisa quase sempre são necessários ajustes. Às vezes, tornam-se necessários atalhos e desvios, apresentados muitas vezes pelo campo-tema e pelas contingências da vida, o que confere ao fazer científico possibilidades de criação, de reflexividade e de produção de conhecimento contínuo. Para mim, essas circunstâncias sempre se apresentaram como possibilidade de crescimento, e espero que continuem assim.

Iniciamos este capítulo apresentando, de forma crítica e reflexiva, os caminhos teóricos, metodológicos e epistemológicos pelos quais nos situamos e que foram inspiração durante o planejamento e a execução da proposta metodológica. Após isso, apresentamos e justificamos as escolhas metodológicas realizadas e os caminhos percorridos a partir das possibilidades que surgiram, ora a partir de narrativas sobre o processo, ora a partir de explicações e discussões conceituais.

### 4.1 LENTES DO CONHECIMENTO

O posicionamento teórico, metodológico e epistemológico transcende a pesquisa social e lhe confere sentido. Mas vai além. São as lentes escolhidas para enxergar o mundo ao redor. Sim. Escolhidas. Agora mesmo, neste real instante, eu *escolho* me posicionar. Abaixo, apresento as lentes pelas quais enxergamos o conhecimento.

Alinhamo-nos a um projeto de ciência construcionista e feminista em psicologia social, que não aposta na objetividade como ferramenta ou princípio científico, mas no exercício de objetivação como busca constante de dar visibilidade ao contexto de produção de nossas pesquisas, argumentando sobre escolhas e enfatizando o lugar/posição das/os pesquisadoras/es no jogo em que se processa um estudo.

Além disso, partimos da proposta de pesquisa qualitativa, que de acordo com Cecília Minayo, Suely Deslandes e Romeu Gomes (2002) permite uma maior profundidade na investigação de processos psicossociais, pois se atém aos sentidos e significados produzidos sobre os fenômenos e sobre as relações humanas. Na pesquisa qualitativa, os fenômenos não são quantificados. A proposta é que sejam compreendidos e explicados a partir das vivências e experiências (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2002).

Uma das propostas feministas que nos orienta é a de Donna Haraway (1995), para quem todo saber é precário (porque não se pretende completo ou representativo), provisório (porque se situa num tempo histórico que lhe confere sentido particular) e parcial (porque não se propõe à generalização). Trata-se, portanto, de conhecimento situado que se propõe a gerar “*saberes localizados*” (HARAWAY, 1995), que se inscreve nos limites contingenciais de quem o produziu.

A partir dos pressupostos teóricos de Donna Haraway (1995) nos posicionamos a partir de uma ciência feminista crítica que tem como compromisso ético-político as transformações sociais e a reflexividade na produção de conhecimentos. Essa reflexividade possibilita que reconheçamos a não existência da neutralidade na ciência, o que permite trabalharmos a partir do contexto em que estamos inseridas/os, que desvela relações de poder na realização de pesquisa com seres humanos. Para Martha Narvaz e Sílvia Koller (2006), uma das principais preocupações da pesquisa feminista é a relação entre investigadora/or e participante e as repercussões da pesquisa na vida daquelas/es que participaram da pesquisa.

Assim, partimos de uma epistemologia feminista que contesta uma ciência regulada pela neutralidade, mensurada pela objetividade e obcecada por uma descorporificação e desterritorialização do saber. Isso me lembra uma importante (e bonita!) proposição de Mary Jane Spink, Benedito Medrado e Ricardo Mélo (2014, p. 20), de que precisamos fazer pesquisa “[...] como artesanato e não como produção industrial”. Ao adotar essa forma de fazer ciência, eu como mestrand, e Benedito como orientador e um dos autores da frase, demarcamos o nosso posicionamento e compromisso com a construção de uma ciência que, assim como a produção artesanal, leva em consideração as particularidades individuais e coletivas, os processos e a criatividade. Compreendemos que sobretudo nas ciências humanas, a disciplina que, assim como uma indústria, produzir em série, certamente irá massacrar e violentar as pessoas e as populações, de forma direta ou indireta.

Orientamo-nos também a partir da perspectiva construcionista, que nos convida a uma *desfamiliarização* de noções científicas bastante difundidas na nossa cultura. Mary Jane Paris Spink e Rose Mary Frezza (1999) preferem o termo *desfamiliarização*, pois compreendem que dificilmente uma noção é *desconstruída*, principalmente porque vários conceitos se tornam crenças, que se impregnam na nossa cultura.

Podemos pensar metaforicamente nesse processo como um convite a *soprar um castelo de cartas*. As cartas são as diversas noções da ciência tradicional: o conhecimento como algo preexistente na cabeça das pessoas, a verdade absoluta, a neutralidade, a objetividade, o método científico etc. A partir desses elementos, metaforicamente compreendidos como cartas, foi

sendo construído um castelo, uma estrutura que se pretendeu ser canônica, mas que não é intocável como pretendeu ser, sobretudo por pretender cristalizar algo muito complexo: a experiência humana. Soprando esse castelo e derrubar esse castelo não é suficiente para uma mudança radical e completa no mundo, mas possibilita a construção de novos sentidos sobre algo.

O construcionismo nos convida a uma desfamiliarização da noção representacionista do conhecimento, pois para essa abordagem, o conhecimento não é algo preexistente no cérebro das pessoas que nós, como pesquisadoras/es, “apreendemos” e “capturamos”, mas sim algo construído *junto*, entre pesquisadora/or e participante da pesquisa (SPINK; FREZZA, 1999).

Esse convite implica também no esforço de compreensão de que não existe uma *verdade absoluta*. “A verdade é a verdade de nossas convenções, embora, nem por isso, menos impositiva” (SPINK; FREZZA, 1999, p. 22). Assim, a investigação construcionista se concentra em evidenciar a forma como as pessoas explicam e dão sentido ao mundo em que vivem (GERGEN, 1985 apud SPINK, 2000), e não na captura de verdades absolutas e universais.

As práticas discursivas são o ponto chave de análise do construcionismo social. Por serem compreendidas como “linguagem em ação”, essas práticas “implicam ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim, uma variedade de produções sociais das quais são expressão” (SPINK; FREZZA, 1999, p. 20-21). É importante destacar que a noção de práticas discursivas não remete às meras falas decorrentes do cotidiano, mas sim de momentos que originam sentidos não cristalizados, decorrentes de ressignificações e momentos de ruptura de noções naturalizadas (SPINK; MEDRADO, 1999).

Três elementos são constituintes centrais das práticas discursivas: “[...] a dinâmica, ou seja, os *enunciados* orientados por vozes; as formas, que são os *speech genres*; e os conteúdos, que são os repertórios interpretativos” (SPINK; MEDRADO, 1999, p. 26). Por *enunciados* entendemos os momentos de falas que são sempre ditos e endereçados a outras vozes, que se *interaminam* entre si, dando origem ao conceito de *interaminação dialógica*, que se refere exatamente a esse processo de relação entre as diversas vozes a que se destinam os enunciados; as *formas*, ou *speech genres* são os discursos cristalizados e institucionalizados que são habituais e rotineiros, o oposto da noção de práticas discursivas, que se apresentam pelos momentos ativos de ressignificações; e repertórios interpretativos são unidades de um sistema de enunciados preexistente, ou seja, termos e expressões de que dispomos para as construções discursivas (SPINK; MEDRADO, 1999).

Após apresentado o nosso posicionamento teórico, metodológico e epistemológico, iniciaremos no tópico seguinte uma narrativa sobre o desenrolar do exercício metodológico desta pesquisa, que se utilizou da prática discursiva narrativa para dar conta dos objetivos propostos.

## 4.2 HISTÓRIAS SOBRE PESQUISA NARRATIVA: OS CAMINHOS E AS CHEGADAS

Nesta seção iremos contar história(s) sobre buscas e encontros. Sobre escolhas e possibilidades. Sobre o que deu certo e também sobre o que não deu. Sobre a rede de pessoas que possibilitaram que contássemos essa história. Sobre os dilemas éticos que o *não-estar* restrita/o a um laboratório de pesquisa produz. Sobre as literais centenas de quilômetros que eu e minha fiel assistente e companheira do Núcleo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades/GEMA, Hannah Damaris, percorremos durante a pesquisa no meu também fiel celtinha branco/2008.

Muitos caminhos – literais e não literais – construíram tudo que está escrito e inscrito aqui. Muitas caminhadas pelo centro de Caruaru e de Recife. Muitas idas e vindas entre a BR-232 sentido Caruaru-Recife, pela PE-15 e pela PE-22. Muitas conversas com meu orientador, com colegas do GEMA e da minha turma do mestrado. Muitas conversas com lideranças de movimentos sociais, com interlocutores-chave, com gestores e profissionais de serviços. Muitas noites de insônia com medo de ter que abandonar a pesquisa pelas inúmeras dificuldades que surgiram.

Mas vamos lá para algumas dessas histórias! Como já situei minha aproximação inicial com a temática na seção *sobre a autora e o campo-tema*, iniciamos esta parte com a formulação do projeto de pesquisa. Durante essa tarefa, decidimos que embora fôssemos trabalhar com a transfobia vivenciada por mulheres trans\* no sistema carcerário, não realizaríamos a pesquisa dentro dessa instituição por dois motivos: 1) acreditamos que a dinâmica do ambiente poderia limitar a produção de informações pelo receio das participantes em “denunciarem” violências com seus algozes fisicamente muito próximos, além dos riscos em que poderíamos colocá-las ao fazer isso; 2) pareceu-nos controverso pedir a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para uma pessoa que está privada de liberdade. Tivemos receio de que a vulnerabilidade presente na condição de cárcere sutilmente forçasse a participação dessas mulheres na nossa pesquisa.

Essas afirmativas não pretendem deslegitimar ou diminuir a importância de pesquisas realizadas dentro do ambiente carcerário; muito pelo contrário, reconhecemos como tais

pesquisas foram de extrema importância para a denúncia e o desvelamento dos horrores e das violações de direito existentes dentro desse espaço, o que repercutiu em muitos avanços para a população carcerária como um todo. No entanto, nossa revisão de literatura sinalizou que a esmagadora maioria de pesquisas realizadas sobre a transfobia vivenciada por mulheres trans\* no cárcere é realizada dentro do próprio ambiente penitenciário, o que nos deu elementos para dialogar com outros modos de realizar esse tipo de pesquisa.

Ao assumir esse posicionamento, soubemos de imediato que o percurso metodológico da pesquisa seria comprometido por diversas dificuldades, algo que experiências passadas envolvendo pesquisas relacionadas ao campo prisional, mas não realizadas dentro dele, já haviam nos mostrado. Os estigmas e preconceitos que envolvem o cárcere reprimem os discursos daquelas/es que o vivenciaram. É difícil falar sobre isso fora do dispositivo prisional. Assim, muitas pessoas preferem não se posicionar.

Alguns grupos específicos sofrem essa repressão de forma mais acentuada, como mulheres trans\* que vivenciaram a privação de liberdade. Essa acentuação pode ser explicada pela Teoria da Interseccionalidade, que propõe a compreensão de marcadores sociais de diferença de forma inter-relacional, pois coexistem e criam mecanismos de opressão singulares (NOGUEIRA, 2013). Contextualizando, mulheres trans\* que tiveram vivências no sistema prisional vivenciam o resultado da intersecção entre diversas formas de opressão, discriminação e preconceito; por terem vivências em contextos de criminalidade; por serem trans\*; e por serem pretas e pobres na maioria das vezes.

Por reconhecer o imenso muro de privilégios que me distancia das experiências de mulheres trans\*, pois embora mulher, sou branca, heterossexual e de classe média, escolhi trabalhar com pesquisa narrativa. A definição do conceito de narrativas tem sido uma tarefa bastante inquietante as/aos pesquisadoras/es que trabalham com narrativas, sobretudo por esta conceituação contrastar entre os diversos campos disciplinares, teóricos e epistemológicos (TAMBOUKOU, 2016). Nas palavras de Tamboukou (2016, p. 68), “[...] não existe ainda uma abordagem única à questão de como a pesquisa narrativa, nas ciências humanas e sociais, deve ser desenvolvida”.

A partir disso, reunimos algumas tentativas de definição do que seriam narrativas, levando em consideração principalmente seus atravessamentos com a pesquisa científica. Em um de seus textos, a autora Dilma Mello (2016) conta que se percebeu fazendo pesquisa narrativa após ter vivido uma experiência, refletido sobre, narrando-a e construindo sentidos sobre a mesma, o que corrobora com sua definição de que pesquisas narrativas “[...] são caminhos investigativos que consideram as histórias de experiências” (MELLO, 2016, p. 18).

No entanto, Maria Tamboukou (2016) adverte que *como* as narrativas funcionam é um questionamento mais importante do que *o que são*, ou seja, há um deslocamento entre “[...] a estrutura para a estruturação” (TAMBOUKOU, 2016, p. 73). Desta forma, nesta trama de produção de sentidos, a pesquisa narrativa desvela um cenário fértil e potente, capaz de despir as burcas que durante séculos encobriram as experiências particulares de participantes de pesquisas científicas, que foram “[...] emudecidas/os pela narrativa dominante” (MELLO, 2016, p. 44). Neste sentido, Marcos Reigota (2016) destaca que as narrativas são possibilidades de desconstrução dos discursos hegemônicos e eurocêtricos, e demarca o caráter político dessa forma de construir conhecimento.

Neste mesmo campo de debate, Luciana Kind e Rosineide Cordeiro (2016) inserem outro componente de argumentações em torno das pesquisas narrativas: a narração do trabalho acadêmico. As autoras trazem uma crítica à “mercantilização do conhecimento”, que delimita as regras necessárias para a aceitação de um texto como científico, “higienizando-o” conforme os padrões restritos do sistema que classifica os grandes periódicos de qualis elevada. Apesar disso, reitera que é crescente a negociação de uma escrita que subverte a estes moldes e aposta em textos narrados em primeira pessoa (do singular ou plural), que manifestam uma crítica à ditadura de neutralidade das/os pesquisadoras/es (KIND; CORDEIRO, 2016), o que é, certamente, uma das propostas desta dissertação. Assim, os caminhos metodológicos percorridos durante o trabalho de campo serão descritos em forma de narrativa.

Por escolher trabalhar com narrativas, optamos pelo uso de entrevistas narrativas, que são não estruturadas, ou seja, não utilizam roteiros. Apesar da revisão de literatura ser uma importante ferramenta na construção de roteiros de entrevistas, imaginamos que esse instrumento não daria conta das narrativas tão difíceis e pesadas que iríamos encontrar durante o trabalho de campo.

As entrevistas narrativas têm como objetivo a profundidade dos relatos sobre alguma vivência específica. Essa técnica estimula a fala da/o participante, para que ela/e, com pouquíssima interferência da/o pesquisadora/or, narre situações e contextos importantes, geralmente a partir de uma pergunta provocadora (MUYLEAERT *et al.*, 2014). A pergunta utilizada nesta pesquisa foi: “Você poderia me contar como foi sua vivência no sistema prisional?”, pois embora o objeto de pesquisa fosse a transfobia e não a vivência como um todo, imaginamos que fazer uma pergunta diretamente ligada às violências transfóbicas poderia constranger ou causar resistências logo de início.

Além disso, como infelizmente as vivências são em sua maioria relacionadas à transfobia, conforme literatura apresentada anteriormente, narrar sobre as vivências de uma

forma ou de outra desemboca em relatos de violências transfóbicas. Assim, ao escolher essa ferramenta de pesquisa, nossa intenção foi situar as participantes da pesquisa como protagonistas. O objetivo era de que se apropriassem do momento, e, com muita autonomia, nos contassem suas histórias.

Definido o instrumento de investigação, pudemos então construir o projeto de qualificação e o projeto de submissão no comitê de ética. Muitas angústias estiveram presentes durante a elaboração da proposta do comitê, pois por ser uma temática delicada, imaginamos que poderíamos ter complicações, e tivemos, muito embora tenham sido simples. Nesse projeto, aprovado pelo comitê de ética, propomos realizar a pesquisa em Caruaru, cidade do interior de Pernambuco. A pesquisa seria realizada no Patronato Penitenciário da cidade. O órgão está previsto pela Lei da Execução Penal – Lei nº 7210/84 (BRASIL, 1984) como a instituição responsável pela assistência às pessoas em regime aberto e semiaberto, em liberdade condicional e egressas/os do sistema penitenciário brasileiro.

Apesar de reconhecermos inicialmente que essa seria uma decisão arriscada, pois corríamos o risco de não encontrar participantes ou de dispor de um número muito pequeno, por ser um órgão situado no interior, e, por isso, de proporções menores, resolvemos arriscar, principalmente após eu ter realizado uma visita à instituição e a coordenadora do serviço ter me contado que algumas mulheres trans\* acessavam o serviço, sendo assim possível a realização da pesquisa nesse espaço.

Realizar uma pesquisa no interior do estado e em um órgão tão pouco discutido no campo científico nos pareceu importante. A escolha por Caruaru também teve o cunho bastante afetivo, visto que é minha cidade natal. Pareceu importante também trazer alguma visibilidade e contribuição para mulheres trans\* da minha cidade, que experienciam o agravante de morar em uma cidade de interior, que frequentemente é sinônimo de menos visibilidade, e, consequentemente, de menos políticas públicas.

Após a aprovação da pesquisa no comitê de ética, iniciei minha imersão no campo. A proposta inicial continha também a realização de observação *no cotidiano*, com o objetivo de uma aproximação e compreensão do serviço. O destaque da observação *no cotidiano* reflete o cuidado de inserir a/o pesquisadora/or nesse processo, pois ela/e é participante ativa/o (SPINK, 2007). Ainda cheguei a iniciar essa observação, mas aos poucos, nossos receios foram sendo confirmados. Além de poucas mulheres trans\* estarem sendo assistidas pelo serviço, tive muita dificuldade de acessá-las, pois a instituição não dispunha de informações como *nome social e identidade de gênero* em seu banco de dados.



Dessa forma, as únicas possíveis participantes da pesquisa eram aquelas que haviam construído vínculo com as profissionais, sendo assim mais facilmente “lembradas” pelo nome ou pelo apelido. Mesmo assim, ao disponibilizar o telefone dessas mulheres, não conseguíamos ter contato, pois os aparelhos se encontravam desligados ou fora da área de cobertura, imagino que pela condição de vulnerabilidade em que vivem. Por fim, acabamos conseguindo estabelecer contato com apenas uma mulher trans\*, que não quis participar da pesquisa. Tive a sensação de que ela não queria se expor. Esse foi o primeiro não de muitos que receberíamos.

Após algumas semanas sem resultados no patronato, decidimos colocar aquele espaço em *stand by* e começamos a pensar em outras possibilidades na cidade de Caruaru. Ainda que imaginássemos que possivelmente fosse necessário expandir a pesquisa para a capital, decidimos não abrir mão do interior do estado. Começamos então a entrar em contato com algumas interlocutoras-chave que trabalham no campo das políticas públicas para mulheres trans\* em Caruaru.

A partir de algumas conversas e contatos, fui convidada para um “chá trans”, evento organizado pela coordenadora da “pasta trans” da prefeitura da cidade, e que felizmente é uma mulher trans\*, o que facilitou nosso contato. O evento acontece mensalmente e trabalha conteúdos importantes para a população trans\*. Neste dia em que participei, um grupo de aproximadamente 40 pessoas trans\* estavam presentes, das quais 90% eram mulheres trans\*.

Ao final das atividades do chá, apresentei-me como psicóloga, mestrande e integrante do GEMA, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco, e contei um pouco sobre a pesquisa. Como se trata de um tema que requer bastante sensibilidade, pela possibilidade de causar constrangimentos, comuniquei que iria disponibilizar uma lista em papel e convidei a colocar o nome na lista quem conhecesse alguém com o perfil da população da pesquisa, ou quem tivesse vivenciado a experiência de cárcere. Ao final, informei que posteriormente eu entraria em contato.

Ao receber a listagem de volta, vi que havia sete contatos. Enquanto arrumava minhas coisas para ir embora, uma mulher trans\*, que aqui vou chamar de Elena, procurou-me. Muito gentilmente, Elena me informou que eu poderia contar com ela para a pesquisa. Mostrou-se muito disponível e disse que estava albergada em um serviço de acolhimento a usuárias/os de drogas na cidade de Caruaru. Também contou que estava sem telefone celular no momento, mas que eu ligasse para o seu técnico de referência e combinasse sua saída para participar da entrevista. Alguns minutos após, Elena me procurou novamente para oferecer alguns produtos artesanais que estava vendendo. Isso me causou algum desconforto, pois não gostaria que a

participação na entrevista se constituísse como um tipo de barganha comercial, ainda que eu não tivesse certeza se era essa a sua intenção.

Mesmo assim, resolvi comprar o seu material, pois antes mesmo de saber que ela seria uma possível participante da pesquisa, Elena já havia oferecido seu trabalho para todas/os do chá, e nesse momento eu já havia pensado em comprar seu produto como uma forma de incentivo ao seu processo terapêutico. Além disso, após efetuar a compra eu fiquei com o produto, diferente de outros momentos em que, pela extrema situação de vulnerabilidade em que se encontra a pessoa, eu ofereço o dinheiro e recuso o material. Isso me proporcionou certo conforto e “desencargo ético de consciência”; no entanto, ao comprar seu artesanato eu reconheço que posso ter contribuído para um possível sentimento de barganha por parte de Elena. Mas, compreendo que isso faz parte das linhas tênues das pesquisas humanas e sociais que envolvem seres humanos.

Além de Elena, nenhum dos outros sete contatos obtidos no chá tiveram êxito. Os motivos foram diversos, mas da maioria senti certo arrependimento de ter colocado o nome na listagem, o que posteriormente resultou em ligações interrompidas, bloqueios em conversas do *whatsapp* ou algumas “desculpas” para não participarem da pesquisa. Apesar desses acontecimentos, todas as minhas falas foram articuladas através de muito respeito, pois eu não queria que se sentissem forçadas a participar da pesquisa. Estive disposta durante toda a pesquisa a respeitar essas pessoas e só realizar a pesquisa com aquelas que desejassem, de fato, participar.

Assim, Elena foi a primeira participante da pesquisa a ser entrevistada. No momento da entrevista tinha 32 anos de idade, reconheceu-se como travesti e heterossexual<sup>17</sup>. Estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Estava vivendo sem nenhum tipo de renda e albergada em um serviço de acolhimento a usuárias/os de drogas na cidade de Caruaru. Fazia uso abusivo de *crack*. Foi presa por assalto. Passou quase 5 anos no sistema prisional brasileiro. Suas informações estão no passado, pois Elena morreu de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) pouco tempo depois da entrevista. Embora não tenha sido assassinada ou se suicidado em virtude da transfobia, considero que indiretamente foi vítima dela. Vários agravantes da vida de Elena podem ter levado a esse “incidente” em uma pessoa tão jovem: morou na rua por muito tempo, fez uso abusivo de *crack* por muitos anos, não teve o acesso necessário à saúde, e muitos

---

<sup>17</sup> Apesar de no início do texto termos informado que iríamos nos referir à população do estudo em geral como mulheres trans\*, no caso das participantes da pesquisa, ou seja, as que foram entrevistadas, iremos mencionar as respostas trazidas pelas participantes quando lhes perguntamos sobre suas identidades de gênero e orientação sexual.

outros fatores. Em suma, não teve as mesmas oportunidades que nós, mulheres cisgênero, brancas e de classe média.

A entrevista<sup>18</sup> com Elena foi muito tranquila. Como combinado com seu técnico de referência, buscamos a participante no serviço em que estava albergada e depois a levamos de volta. O momento da entrevista aconteceu em um consultório de psicologia, pois era um lugar calmo e sigiloso. Elena se mostrou muito confortável e alcançou o objetivo de uma entrevista narrativa, pois se apoderou do momento e nos contou sua história com muita autonomia e poucas intervenções nossas.

Ao final da entrevista, enquanto estávamos fazendo um lanchinho<sup>19</sup>, Elena me perguntou se seria possível passar em uma farmácia quando estivéssemos voltando para o serviço, pois ela estava precisando comprar seus hormônios. Como ela estava albergada e em processo terapêutico no qual várias questões do seu dia a dia são acordadas com seu técnico de referência, achei mais prudente pedir licença para ir ao banheiro e entrei em contato com o mesmo para saber se seria tranquilo realizar esse pedido dela. Como sua resposta foi positiva, passamos na farmácia no caminho da volta.

Na volta para o serviço, enquanto ainda estávamos no meu carro, recebi uma ligação de um familiar, informando que minha avó estava passando mal e precisava de mim para ir buscá-la e socorrê-la. Foi um momento difícil e complicado, pois embora existisse a real necessidade de resolver esse problema pessoal, eu estava totalmente comprometida não só com o processo da pesquisa, mas com o processo terapêutico da participante, que estava albergada há mais de 30 dias e sem fazer uso da substância na qual tinha dependência, o *crack*.

Muito prestativa, ao perceber algo de errado com a ligação que eu havia acabado de receber, Elena informou que eu poderia deixá-la na rua e seguir ao encontro de minha avó. Apesar da minha preocupação, muito rapidamente compreendi que qualquer outra atitude minha que não fosse levar Elena de volta ao serviço estaria colocando em risco seu processo terapêutico. Dessa forma, mesmo com sua afirmativa de que eu a deixasse na rua, obviamente eu não o fiz. Conforme combinado, levei-a de volta para o serviço.

Essa situação me fez refletir profundamente sobre a crítica à neutralidade da ciência, tão defendida a partir do posicionamento construcionista e de epistemologias feministas. Essas

---

<sup>18</sup> Realizei essa e todas as posteriores com o auxílio de Hannah Damaris, também integrante do GEMA.

<sup>19</sup> Em vários momentos dessa narrativa a/o leitora/or vai encontrar menções a “lanchinhos”. Esses lanchinhos aconteceram por dois motivos: 1) fui criança de interior criada por avó. Assim, uma das minhas principais sociabilidades se configura como um lanchinho no final de alguma atividade, e 2) uma das minhas primeiras entrevistadas mencionou que não se sentiria confortável para nos receber porque não tinha nem mesmo gás em sua casa, e que se sentiria muito triste de não ter nenhum lanche para nos oferecer. Assim, decidi que para que elas não se preocupassem com isso e que não fôssemos motivo de incômodo, sempre levaríamos um lanchinho.

situações, encontradas no dia a dia do fazer científico, escancaram à nossa frente a não neutralidade da ciência. Não há como mascarar isso. É preciso reconhecer para poder refletir sobre nossas atitudes diante disso. Esses acontecimentos logo na primeira entrevista foram muito importantes no decorrer da pesquisa.

Após a entrevista de Elena, passaram-se muitas semanas sem encontrar nenhuma outra participante para a pesquisa. Muitas vezes pensei que precisaria desistir por não encontrar participantes, e isso foi extremamente angustiante. O problema não era ter que mudar de campo-tema e começar do zero aos 45 do segundo do tempo. O problema era abdicar de um campo-tema tão importante do ponto de vista ético-político, e eu entendo que todos de alguma forma são, mas a importância de que falo é a importância para as mulheres trans\* que eu pretendia/pretendo alcançar com esta dissertação. Foi por elas que eu não desisti. Que não desistimos.

Ao conversarmos com diversas/os colegas pesquisadoras/es sobre as dificuldades que estávamos vivenciando, conseguimos alguns contatos, entre eles, o de uma pedagoga do Patronato Penitenciário de Recife. Ao entrar em contato com o local, fui muito bem recebida pela profissional, que me apresentou ao superintendente e logo eu estava com uma carta de anuência assinada por ele e autorizada a realizar entrevistas com as mulheres trans\* da instituição.

Na primeira visita ao local, fiquei bastante encantada com o espaço, pois enquanto o Patronato de Caruaru funciona em uma pequena sala com 3 funcionárias, o de Recife funciona em três andares, com diversos setores e muitas/os profissionais. No entanto, apesar de ter sido bem recebida e ter percebido o reconhecimento que alguns profissionais deram à pesquisa, depois de algumas idas ao local, percebi que eles estavam com muita dificuldade de entrar em contato ou me disponibilizar o contato de possíveis participantes, mas não conseguiam reconhecer isso.

Em uma das minhas articulações com o setor psicossocial, ao perguntar a uma profissional do setor como eu poderia acessar mulheres trans\* atendidas pela instituição, recebi uma resposta bem taxativa. A profissional me informou que seu setor só realizava atividades com mulheres e homens cisgênero. Nesse momento percebi que ela nem reconhecia mulheres trans\* como mulheres e nem como homens, ou seja, pessoas não humanas.

Durante esse tempo de busca por participantes no local, a sensação que tive é de que eu estava sendo “jogada” de setor em setor, que direcionavam uns aos outros a responsabilidade de ter a tal listagem de mulheres trans\* atendidas pela instituição. Em uma das últimas tentativas, cheguei em um setor administrativo que me mandou por *e-mail* a listagem de todas

as mulheres cisgênero que haviam se declarado homossexuais, mesmo eu avisando previamente qual era o perfil estudado pela pesquisa, o que aponta o desconhecimento do profissional em relação às questões identitárias de gênero.

Após receber essa listagem, tive a confirmação: assim como em Caruaru, o órgão não dispõe no formulário de cadastro as especificidades *identidade de gênero* e *nome social*. Conversei sobre isso com a pedagoga, que confirmou. Contou que “[...] infelizmente o lugar ainda não tinha essa sensibilidade”. Dessa forma, assim como em Caruaru, a única maneira de ter acesso a essas mulheres seria por meio do vínculo que tivessem com as profissionais, o que só aconteceu com a segunda participante, Ana. Uma das profissionais da instituição lembrou de a ter atendido, e por lembrar de seu nome civil, conseguiu acessar sua pasta e me disponibilizou seu contato.

O contato inicial foi realizado na própria instituição, a partir de uma ligação realizada pela pedagoga, que me entregou o telefone para que eu convidasse Ana para a pesquisa, que muito rapidamente aceitou. Perguntei onde seria o melhor lugar para a realização da pesquisa, e ela me pediu para que eu fosse a seu trabalho, em uma praça de Olinda, onde trabalha com serviços gerais. Marcamos a entrevista para a semana seguinte.

Nesse meio tempo, ao perceber essa movimentação do Patronato Penitenciário, entrei em contato com diversos serviços de Recife que fazem algum tipo de atendimento à população LGBT. Apesar de a maioria se mostrar disponível, ouvi muitos relatos do tipo:

Olha, quando essas meninas saem do cárcere, elas somem. A gente nunca mais vê. Eu falei da sua pesquisa e convidei-as, mas elas me disseram que não querem falar sobre isso e reviver todo sofrimento. Elas negaram. Contaram que já participaram de pesquisas desse tipo e nunca tiveram feedback das/dos pesquisadoras/es. Segundo elas, agora só pagando.

Em uma dessas conversas, consegui o contato de Maria, mulher trans\*, que é vinculada a uma organização não governamental que atende à população LGBT em Recife, e que tem projetos voltados ao contexto carcerário. Em conversa por telefone, compartilhei que estava sendo muito difícil encontrar participantes para a pesquisa, e que obviamente imaginava os motivos por trás disso e os compreendia. Ao conversarmos sobre essa dificuldade, Maria foi muito atenciosa e gentil e me convidou para visitar o espaço. Nesse mesmo dia, Maria me enviou por telefone o contato de diversas mulheres trans\* que já haviam vivenciado o contexto de cárcere. Após isso, o panorama da pesquisa rapidamente mudou. Todas as entrevistas posteriores a isso foram de contatos compartilhados por Maria, que foi minha principal interlocutora-chave.

Ao ligar para o primeiro contato que Maria me enviou, fui atendida com muita simpatia por Antônia, que viria a ser a terceira entrevistada da pesquisa. Durante a conversa, mostrou-se muito articulada com a militância da causa, e que por isso compreendia a importância da pesquisa. No entanto, contou que esse não era um bom momento para ser entrevistada, pois estava cuidando de sua mãe que estava doente e não podia sair de casa. Sugeri, então, que caso ela se sentisse confortável, eu poderia ir até a sua casa. Nesse momento, Antônia foi bem franca comigo, e contou que por problemas familiares e econômicos não se sentiria à vontade de me receber na sua casa.

A partir desse momento, compartilhou as condições de vulnerabilidade que estava vivenciando. Fui bastante sensível ao seu desabafo, escutei atentamente e, como pude, tentei tranquilizá-la. Para não forçar a sua participação na pesquisa, informei que caso ela mudasse de ideia, entrasse em contato comigo que marcaríamos um momento, e que não se preocupasse, pois se caso eu chegasse a ir à sua residência, levaria um lanche para compartilharmos, e ela só precisaria compartilhar sua história conosco. Ela assentiu e finalizamos o contato. Porém, poucos minutos depois ela entrou em contato comigo novamente e perguntou se eu poderia ir até a sua residência no dia seguinte, confirmei e marcamos sua entrevista.

No dia seguinte, a entrevista de Ana estava marcada para o turno da manhã, e a de Antônia para a tarde. Dessa forma, fui primeiramente à Olinda, para a praça em que Ana trabalha, como combinado. Fomos para um lugar mais reservado da praça, com pouca movimentação. O ambiente era muito acolhedor, o que propiciou que a entrevista acontecesse tranquilamente, mesmo sendo em um ambiente público. Foi visivelmente difícil para a participante nos contar a sua história, inclusive em vários momentos nos revelou que havia coisas que não iria nos contar, pois não se sentiria confortável ao relatar, o que foi respeitado, obviamente.

Ana tem 37 anos. Nas perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero respondeu criando um percurso histórico da descoberta: “Comecei com 9 anos, me descobri aos 14, entrei nos hormônios com 12”.<sup>20</sup> Em vários momentos se remeteu a si mesma como *gay*. Está em um relacionamento com um homem cisgênero. Como mencionado, está trabalhando com serviços gerais em uma praça pública. A sua renda é de um salário mínimo. Estudou até a 7ª série. Foi presa por assalto. Passou 4 anos, 11 meses e 6 dias privada de liberdade.

---

<sup>20</sup> Embora a cronologia esteja confusa, essa é uma transcrição literal do áudio da participante.

Após a entrevista com Ana, eu e Hannah, minha assistente de pesquisa, deslocamo-nos para a residência de Antônia, situada num bairro da periferia da cidade de Paulista. Ao chegar ao local, fui recebida de forma muito simpática pela participante e seus familiares. Ela nos levou para a varanda da casa, e ao som de uma alta cantoria de uma vizinha que escutava música evangélica, realizamos a entrevista. Antônia tem 30 anos, está desempregada e a renda de sua família é de um salário mínimo. Ela se reconhece como mulher transexual e heterossexual. Tem ensino médio completo. Foi presa por tráfico de drogas. Passou 10 anos no cárcere.

Após essas duas entrevistas, entrei em contato com o advogado da organização não governamental, que havia sido indicado também por Maria, por ter um projeto ligado à população LGBT no sistema prisional. Durante a conversa, ele me contou que tinha sido muito interessante o meu contato, pois ele estava precisando bastante de uma psicóloga que pudesse fazer um trabalho voluntário nesse seu projeto. Dito isso, poderíamos formar uma parceria, pois ao atender essa população, eu teria a chance de encontrar possíveis participantes para a pesquisa.

Marcamos um encontro para o mesmo dia em que eu encontraria Maria na instituição. Chegando lá, fui recebida pelo advogado e pelo sócio fundador da instituição, que mesmo sendo muito educado, foi bem diretivo comigo, informando que gostaria de saber quais eram minhas reais intenções, pois segundo ele, estava “na moda” realizar pesquisas com mulheres trans\*, e nem sempre pesquisadoras/es tinham o devido cuidado ético com essas pessoas.

Apesar de terem sido palavras duras, compreendi que nos situamos em lugares distintos, e que provavelmente sua fala foi construída a partir de diversas vivências negativas que deve ter tido com o campo científico. Após ouvi-lo com muita atenção, informei que compreendia que no contexto acadêmico existem pessoas descuidadas, mas que também existe muito comprometimento e cuidado, o que é o caso da nossa pesquisa.

Além disso, informei a ele que meu contato inicial com o advogado foi com o intuito de acessar participantes, mas que nesse meio tempo eu já havia conseguido realizar algumas entrevistas, e, mesmo assim, eu estava presente na reunião para reafirmar meu compromisso com a instituição, conhecer o projeto e descobrir como eu poderia contribuir de alguma forma. Ou seja, independente da pesquisa, eu tinha um real interesse pelo projeto.

A partir da minha fala, senti que sua postura defensiva foi se dissipando. Eles me apresentaram o projeto e combinamos que eu poderia fazer o trabalho voluntário na instituição uma vez por semana. No fim da conversa, Maria chegou de um compromisso e começamos a conversar. Como a informação de que ela também já havia passado pelo cárcere por Antônia, fui muita cuidadosa em relação a como eu iria fazer essa pergunta a Maria, pois revelar

conteúdos de outra entrevista, sobretudo relacionados a ela, seria totalmente problemático. Sendo assim, informei que durante a nossa conversa eu não havia entendido se ela havia vivenciado a situação de cárcere ou não. Nesse momento, ela informou que sim, e que gostaria de ser entrevistada.

A entrevista com Maria foi uma experiência avassaladora, pois além dos conteúdos pesados que trouxe, ela assimilou a dinâmica da entrevista narrativa e foi protagonista em todos os minutos que duraram a narrativa. Maria tem 27 anos, reconhece-se como travesti e bissexual. Tem ensino superior e no momento se encontra desempregada. Foi presa por ter sido acusada de portar 18 pedras de *crack* e 32 reais em dinheiro, segundo ela, após ter se negado a pagar semanalmente um valor de 50 reais para os policiais que faziam guarda na rua onde ela trabalhava como profissional do sexo. Ficou em privação de liberdade por 4 anos e 2 meses.

Nesse mesmo dia, estavam marcadas mais duas entrevistas. Uma delas indicada também por Maria. A indicada foi Tereza, que no momento do contato informou que morava com uma colega que também havia vivenciado a situação de privação de liberdade, e que ela poderia participar da pesquisa também.

Durante minhas conversas com Maria, também existiu um momento em que ela foi bastante defensiva, quando perguntei se as entrevistas de Tereza e Vitória poderiam ser realizadas na organização não governamental que atende à população LGBT em Recife, à qual ela é vinculada. Ela informou que poderia, mas que seria difícil o traslado das possíveis participantes, pois elas estavam morando em Olinda e não teriam recursos financeiros para irem à instituição. Fez também alguns questionamentos sobre a minha compreensão sobre a situação vulnerável em que mulheres trans\* vivem.

Assim como me posicionei com o sócio fundador da instituição, informei a Maria que entendia totalmente sua preocupação, mas que não era necessária nesse caso, pois eu já havia combinado que pagaria o uber de ida e volta das participantes. E, caso desse errado e eu precisasse ir até a residência delas, eu levaria um lanchinho para compartilharmos, com o intuito de evitar constrangimentos relacionados à falta de comida na residência. Maria muito gentilmente agradeceu bastante, e, mais uma vez, foi tocado no assunto sobre a falta de cuidado de algumas/uns pesquisadoras/es, que muitas vezes não se dão conta da realidade de vida de determinadas populações.

Após a entrevista de Maria, desloquei-me para um bairro na periferia de Olinda para realizar a entrevista com Tereza e Vitória. Como Tereza está trabalhando como profissional do sexo, estava bastante cansada durante o dia e informou que não conseguiria ir para a instituição. Perguntei se ela se sentiria confortável se eu fosse até a sua residência, e ela informou que sim.



Fomos até a residência onde moram as duas participantes e mais uma colega, que é mulher trans\*, mas que não vivenciou a situação de cárcere. A casa era muito pequena, e aparentava ter apenas dois cômodos, o que dificultou um pouco a questão da privacidade das participantes. Como já estava bem óbvio que o espaço era muito pequeno, achei que seria rude pedir para que fôssemos para um lugar mais reservado. Sendo assim, sentei-me no chão e realizei as duas entrevistas. Embora as entrevistas tenham sido realizadas em momentos separados, primeiro com Vitória e depois com Tereza, elas estavam juntas. No total, havia cinco pessoas na sala, o que dificultou muito a realização dessas duas entrevistas.

Vitória tem 21 anos, concluiu o ensino médio e no momento da entrevista não soube me dizer questões sobre sua renda. Informou que era difícil ter uma noção. Uma informação interessante é que durante sua vivência no cárcere informou se reconhecer como travesti, mas após sua saída cortou seu cabelo e hoje se reconhece como uma “homossexual normal”, segundo suas próprias palavras. Foi presa por assalto, tráfico, porte de arma e receptação de moto. Ficou presa por três anos. Vitória se mostrou um pouco tímida, o que dificultou bastante os objetivos da entrevista narrativa, sendo necessário várias intervenções de minha parte. Acredito que a questão de haver muitas pessoas em um cômodo tão pequeno interferiu bastante.

A outra participante foi Tereza, que tem 22 anos. Disse se reconhecer como transexual e heterossexual. Estudou até a 8ª série e tem renda de dois salários mínimos. Passou 4 anos e 9 meses presa por tentativa de homicídio. Apesar de Tereza ser bem mais extrovertida que Vitória, ainda sim foi uma entrevista narrativa truncada, que precisou de várias intervenções. A partir de seus relatos, foi possível perceber que Tereza sofreu menos situações de transfobia que as demais entrevistadas. A partir de minhas reflexões, questionei-me bastante se isso poderia estar ligado ao fato de que o corpo de Tereza não “denuncia” a identidade trans\*. Suas feições são muito próximas de uma mulher cisgênero.

As experiências que vivenciei ao longo desse processo foram muito transformadoras, e me fizeram refletir que apesar de achar que eu tinha consciência dos meus privilégios, isso só é possível, de fato, no contraste com as condições de vida precárias. Uma vivência significativa foi quando chegamos à residência de Tereza e Vitória com os lanches que eu havia comprado para compartilharmos e eu pedi para que elas colocassem o refrigerante na geladeira. Nesse momento, todas ficaram em silêncio. Após alguns segundos, elas me responderam desconcertadas que não tinha geladeira na casa. Para mim, que vivo em meio a tantos privilégios, parecia ser óbvio que todas as casas possuem um eletrodoméstico tão importante para o cotidiano.

Após essas duas entrevistas, entrei em contato com a última participante, Aurora, que também foi indicação de Maria. Assim como fiz com todas as participantes, convidei-a e perguntei onde seria o local mais confortável para a realização da entrevista. Aurora pediu que fôssemos até sua residência, situada bem no centro de Recife. A mesma mora com seu cachorro em um barraco. Aurora tem 44 anos, reconhece-se como mulher transexual e heterossexual. Estudou até a 5ª série e atualmente conta com uma renda de R\$ 600,00. Foi capturada pelo sistema prisional após ser acusada de roubo por ter defendido uma colega que estava realizando um programa. Passou seis meses no cárcere.

Apesar de relatar várias violências sofridas, o seu relato foi construído a partir de muita tranquilidade. Talvez isso se deva ao fato de Aurora ter tido uma experiência curta no cárcere, se comparada à de outras entrevistadas que passaram 10 anos, por exemplo. Além disso, a vivência aconteceu há um bom tempo, em 2007, o que pode ter ajudado na ressignificação da mesma. Outro ponto importante de ser mencionado é que Aurora foi a única participante a relatar que teve apoio de sua família durante o tempo em que esteve no cárcere. Ao nos contar sobre isso, foi possível perceber que esse foi um fator que lhe trouxe algum conforto durante sua vivência, pois ela recebia frequentemente a visita de sua mãe.

Após a entrevista com Aurora, tentei contato com outras mulheres trans\* que Maria havia me indicado anteriormente, mas não tive sucesso. Após algumas semanas nesse cenário, fizemos uma breve análise nas transcrições das entrevistas e decidimos que embora não tivéssemos reunido um grande quantitativo de dados, o material seria suficiente para o trabalho de análise. Apesar de termos concluído com sete entrevistas, decidimos considerar apenas seis, visto que a de Vitória durou apenas seis minutos e teve pouco conteúdo. Dessa forma, consideramos o momento como informações extras a respeito do objeto da pesquisa.

No quadro a seguir, alocado na página seguinte, seguem as informações das participantes, incluindo também as informações de Vitória, mesmo que não tenha sido considerada como entrevista.

Quadro 3 - Informações das interlocutoras

| Nome           | Idade | Identidade de gênero/<br>Orientação sexual                                                                                                                                                                                                                                            | Escolaridade                           | Renda/Moradia                                                                                            | Acusação                                                         | Tempo de<br>vivência no<br>cárcere |
|----------------|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| <b>Elena</b>   | 32a   | Travesti/Heterossexual                                                                                                                                                                                                                                                                | Ens. Fund. II<br>Incompleto            | Desempregada/Em situação<br>de rua/Albergada em um<br>serviço de acolhimento a<br>álcool e outras drogas | Assalto                                                          | Quase 5<br>anos                    |
| <b>Ana</b>     | 37a   | *Nas perguntas sobre orientação sexual e<br>identidade de gênero respondeu criando um<br>percurso histórico de uma suposta<br>descoberta de sua travestilidade/<br>transexualidade. Não deixou claro a<br>orientação sexual, mas está em um<br>relacionamento com um homem cisgênero. | Ens. Fund. II<br>Incompleto            | Um salário mínimo                                                                                        | Assalto                                                          | 4 anos,<br>11 meses e 6<br>dias.   |
| <b>Antônia</b> | 30a   | Transexual/Heterossexual                                                                                                                                                                                                                                                              | Ensino Médio                           | Um salário mínimo                                                                                        | Tráfico de<br>drogas                                             | 10 anos                            |
| <b>Maria</b>   | 27a   | Travesti/Bissexual                                                                                                                                                                                                                                                                    | Ensino Superior                        | Desempregada                                                                                             | Tráfico de<br>drogas                                             | 4 anos e 2m                        |
| <b>Vitória</b> | 21a   | *Durante sua vivência no cárcere,<br>reconhecia-se como travesti. Após sua<br>saída, passou a se reconhecer como<br>homossexual.                                                                                                                                                      | Ens. Médio<br>Completo                 | Não soube dizer a renda                                                                                  | Assalto,<br>tráfico, porte<br>de arma e<br>receptação de<br>moto | 3 anos                             |
| <b>Tereza</b>  | 22a   | Trans/Heterossexual                                                                                                                                                                                                                                                                   | Ensino<br>Fundamental II               | Dois salários mínimos                                                                                    | Tentativa de<br>homicídio                                        | 4 anos e 9m                        |
| <b>Aurora</b>  | 44a   | Transexual e Heterossexual                                                                                                                                                                                                                                                            | Ensino<br>fundamental II<br>Incompleto | R\$ 600,00                                                                                               | Roubo                                                            | 6 meses                            |

\*Não questionamos as participantes sobre elementos como cor/raça.

\*\* Reconhecemos que uma ordem cronológica mais estruturada sobre as prisões teria sido algo muito importante, mas infelizmente essa foi uma informação que acabou sendo perdida durante a pesquisa.

Como é possível perceber no quadro, as características das participantes são bastante distintas. Ao passo que apresentaremos narrativas de uma participante que passou 10 anos no cárcere, discutiremos também sobre as vivências de uma que ficou privada de liberdade por 6 meses. Além disso, houve prisões que aconteceram há poucos anos e outras que ocorreram há mais de uma década. De fato, essa diversidade ocorreu pelas próprias contingências da pesquisa, pois diante da dificuldade de encontrarmos participantes dispostas a nos contarem suas histórias, tivemos que trabalhar com o que foi possível. No entanto, essa nossa decisão está longe de ser um “vale-tudo”. Primeiro, porque é um compromisso ético político de nós, enquanto pesquisadoras/es, não abandonar determinados campo-temas pelas dificuldades que por ventura surjam, e segundo pela própria riqueza que isso proporciona a uma pesquisa qualitativa, como veremos no capítulo a seguir, pois mesmo diante de “poucos dados” e “poucas participantes”, o trabalho analítico possibilitou a construção de linhas de análise muito ricas.

## 5 REVERBERANDO SENTIDOS EM LINHAS DE ANÁLISES

Iniciamos este capítulo retomando os posicionamentos de Donna Haraway (1995), para quem toda produção de conhecimento é situada e reflete os posicionamentos de quem o produz, pois, o trabalho analítico foi realizado a partir de uma série de interpretações das informações coproduzidas entre a pesquisadora e as interlocutoras da pesquisa. Para isso, utilizamos o acervo conceitual e teórico de que dispomos e reconhecemos como importante para compreensão das informações, o que já é, em si mesmo, um posicionamento.

As cinco linhas de análise que foram produzidas e que serão apresentadas a seguir foram construídas em diálogo com os objetivos da pesquisa e a partir do que julgamos importante de ser visibilizado em função das tensões e problemáticas que envolvem o objeto de pesquisa. Como auxílio, foram criados mapas dialógicos (ver apêndice D) com o objetivo de uma melhor aproximação e organização dos dados, bem como a construção de uma orientação para a discussão analítica (NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA, 2014).

As cinco linhas são resultado do cruzamento de três caminhos distintos que ao final se entrecruzam: 1) as aproximações com o campo de produção de conhecimento; 2) a construção do campo-tema; e, por fim, 3) as informações resultantes da pesquisa em si. Esse é um processo que não aprendi a partir de leituras em livros e artigos científicos, mas sim a partir de diálogos e orientações com meu orientador, no Gema.

Assim, consideramos como primeiro caminho a leitura teórica sobre o assunto, a revisão de literatura propriamente dita. Mas, vale ressaltar, não só ela. A produção de conhecimento não se restringe somente ao campo científico em si, mas a filmes, debates, encontros e momentos em que é possível conhecer diferentes posições teóricas e as tensões entre elas.

O segundo é a própria construção do projeto de pesquisa, o campo-tema. A partir de Peter Spink (2003) entendemos o campo como o que vai além do uso de gravadores, anotações e deslocamentos em um território geográfico. É argumento. Posicionamento. É o nosso interesse nas notícias dos jornais. A conversa com os amigos em uma mesa de bar. Campo-tema não é somente onde “coletamos” dados, mas todos os espaços onde coproduzimos conhecimentos sobre algo. Não existe um campo e nem um tema. O campo é uma teia de construções, não é algo em si mesmo, pois ele é circunscrito a partir de um recorte, de um roteiro de entrevista, de uma pergunta central provocadora.

Além disso, durante o próprio trabalho de produção de conhecimento, durante as entrevistas, já acontece um trabalho de interpretação e análise, pois as perguntas que vão surgindo fora do roteiro fazem parte de um processo dialógico de construção de conhecimento

a partir de uma análise, de certa forma. O terceiro e último caminho é a aproximação com as informações produzidas na pesquisa, que, no nosso caso, refere-se às transcrições das entrevistas realizadas, que começarão a ser apresentadas a partir deste ponto.

Como dito anteriormente, a pergunta provocadora que utilizamos foi “Você poderia me contar como foi sua vivência no sistema prisional?”, pois imaginamos que uma pergunta diretiva sobre transfobia poderia causar desconforto nas participantes. No entanto, nos primeiros instantes as narrativas produzidas já sinalizaram conteúdos diretamente ligados à transfobia, como é possível observar nas narrativas abaixo:

**Ana:** Olha, nos 3 primeiros dias eu meio que ainda sem ter a noção porque a ficha da gente não cai, tá? Desculpa, pra mim é um pouco doloroso falar sobre isso. [...] e lá dentro é completamente o oposto daqui de fora, como por exemplo, você tá... eu já ouvi muito isso, você tá numa cadeia onde só tem homem, você quer se vestir de mulher e você não é mulher, “você é homem”, “não passa por aqui”, “não se senta aqui”, “saí daqui”. Na verdade, a gente só serve pra eles pra lavar, pra fazer faxina, entendeu? Fora isso a gente não tem aquele livre acesso de andar, de passear, de ficar à vontade, que eles não deixam. Eles subiam em cima da laje, particularmente comigo isso nunca aconteceu, mas com colegas minhas eu já vi chegar no pavilhão com a cabeça lascada e folheada de facão. Folheada de facão é assim: eles pegam um facão, vira para o lado que não corta e mete nas costas da pessoa, no braço, nas pernas, qualquer parte do corpo que eles quiserem machucar. Jogam pedra, jogam mijo, xingam, muita xingação com a gente.

**Antônia:** Minha vivência, assim que eu cheguei no sistema, é ... assim né, perde logo o cabelo né?! Porque naquela época... 2006... [...] minha vivência logo no início foi muito complicada, porque a gente não tinha voz, não tinha vez, não tinha nada. Você tinha que se submeter a várias coisas, porque ali é tipo... é uma cidade fechada onde quem manda é os coronéis. E a gente sabe que coronel num é bom, coisa boa, como se diz. Então assim, a gente não podia falar, que eles diziam: “Cala a boca que você é fresco! Você num pode falar!”. E tudo isso foi chocando, chocando, chocando...

**Aurora:** Minha experiência foi péssima né, porque eu no meio de um bocado de homem... e quando uma travesti entra lá na cadeia elas são espancadas...

Essas narrativas sobre transfobia logo no início da entrevista – a partir de uma pergunta inicial sem menção alguma a esse tipo de violência – sinalizam que apesar das violências “comuns” ao sistema penitenciário brasileiro, como a superlotação, a falta de estrutura, a má alimentação, o péssimo acesso à saúde e à educação, e a própria violência sem cunho transfóbico direto que acontece nesse equipamento de segurança (RANGEL; BICALHO, 2016), a transfobia é um elemento central na vivência dessas mulheres, que ganha destaque quando questionadas sobre suas vivências no cárcere.

Essa questão nos remete à discussão da pesquisadora e militante trans\* Jaqueline Gomes de Jesus (2012), que afirma que as pessoas não conseguem enxergar essa população em sua totalidade. Ignoram raça, classe, história de vida e muitos outros aspectos, dando ênfase somente à identidade de gênero como um fator que merece visibilidade na vida dessas pessoas.

Portanto, parece não haver saída: a vivência de uma pessoa trans\* sempre será associada a esse lugar de fala. Dessa exaltação da identidade de gênero decorrem inúmeras situações de transfobia, que serão apresentadas a seguir.

### 5.1 MANIFESTAÇÕES DA TRANSFOBIA A PARTIR DA *VIOLÊNCIA MATERIAL*

Se eu tenho botado para fora a minha opção sexual, eu tinha descido de carro de mão, porque eles não gostam de viado, tendeu, eles não gostam de gay<sup>21</sup> (Ana).

A partir de Letícia Lanz (2014), compreendemos que a violência transfóbica pode se manifestar tanto a partir de componentes materiais como de componentes simbólicos. Ao observá-los nas narrativas das participantes, percebemos que seria interessante realizar a separação dessas duas dimensões para a apresentação das informações, mesmo compreendendo que a transfobia pode envolver ao mesmo tempo uma violência material e simbólica, a exemplo dos cortes de cabelos de mulheres trans\* logo na chegada das penitenciárias masculinas, por exemplo. Essa separação foi realizada apenas como artifício didático. Assumimos que é uma classificação precária, que será utilizada apenas como forma de organização das informações, pois compreendemos que os limites entre a violência material e simbólica são muito porosos.

Assim, chamaremos de violência material a violência física inscrita nos corpos das interlocutoras dentro de penitenciárias do estado de Pernambuco. Violências que deixaram marcas, algumas vezes irreversíveis, como o caso de Maria, que a partir de um estupro, foi infectada pelo Human Immunodeficiency Virus (HIV). Reconhecemos também como violência material ameaças à integridade física desses corpos e as violências que, embora iniciadas, não chegaram a se concretizar em razão de alguma intervenção de terceiros.

As narrativas sobre violências materiais chamaram atenção pela diversidade da violência, pela criatividade dos agressores e pelos requintes de crueldade empreendidos nesses corpos. Sayonara Nogueira, Tathiane Aquino e Euclides Cabral (2017) afirmam que a transfobia tem um caráter multifacetado, pois suas violências vão muito além daquelas caracterizadas nos códigos penais, e isso foi muito observado nas narrativas das interlocutoras.

Uma das violências mais mencionadas nas narrativas foram aquelas de cunho sexual, como nos mostram os trechos abaixo:

---

<sup>21</sup> Embora a participante utilize termos que remetam à orientação sexual, compreendemos que ela estava se referindo à sua identidade de gênero. Como já foi discutido anteriormente neste texto, a partir do autor Márcio Zamboni (2017), dentro do cárcere não há uma delimitação tão precisa sobre as distinções entre as características da sigla LGBT.

**Vitória:** Tipo, tava deitada, tava, fui dormir. Aí ele veio mexer em mim, tá entendendo? Aí de repente eu acordei, acordei a cela todinha, aí começou a confusão. Cacete vai, cacete vem, chama o chaveiro<sup>22</sup>. Aí a gente ia pra a delegacia e tudo, registrar um BO contra, que ele tentou abusar de mim.

**Antônia:** [...] mas já estuprada, já fui violentada.

**Maria:** [...] ele me levou pro banheiro, pegou um material que era um pedaço de vassoura com uma colher afiada, me furou, me deu alguns golpes e eu vendo já toda ensanguentada eu digo: fazer o quê? Eu tô aqui na sala, trancada, vários homens, eu vou tentar reagir mais o quê? Eu disse não, não, não, faça o que você quiser, e ele fez. Pediu para que dois rapazes me segurassem porque como ele tinha golpeado minha perna eu não tava conseguindo ficar em pé direito. Ele me estuprou e depois ainda me colocou num outro espaço de privilégio, enquanto todas as outras meninas tiveram que passar<sup>23</sup> por todo o restante da cela, eu só fiquei com ele, porque ele disse “não, agora bota ela ali que ela vai ficar aí e eu vou ficar só com ela.”

**Tereza:** [...] na primeira queda eu ia ser estuprada. Mas... tava eu e uma bicha, uma colega minha, mas a gente brigou com os machos. Aí transferiram a gente. Pra outra cela. Colocaram a gente no castigo.

Podemos observar nas narrativas dinâmicas diferentes em relação aos casos de estupro, pois enquanto algumas interlocutoras tiveram a oportunidade de se defender, conseguindo “escapar” da violência sexual por meio de gritos e pedidos de ajuda, Maria se percebeu em um cenário “sem saída”, pois estava trancada em uma sala com muitos agressores, e, segundo ela, não teve outra saída a não ser deixar que “fizessem o que quisessem”. Essa dinâmica sinaliza o quanto as interlocutoras estão “à mercê”, pois o desfecho de uma tentativa de estupro dependerá da “sorte”, ou seja, se houver pessoas por perto para oferecer ajuda.

Além disso, podemos identificar que embora a transfobia, na maioria das vezes, seja definida pelo *nojo, intolerância e hostilidade* ao corpo trans\*, esse comportamento não inibe os estupros de mulheres trans\* dentro do cárcere. Isso nos remete a uma dinâmica prisional comum, direcionada às pessoas que cometeram crimes sexuais. Por terem cometido tais crimes, essas pessoas são consideradas como abjetas e monstros, e são também estupradas e abusadas, como um meio de “pagar” pelo crime que foi cometido (SANTOS, 2018). O estupro, nesse caso, tem um caráter pedagógico e corretivo. Assim, o estupro de mulheres trans\* parece também ser utilizado como uma ferramenta pedagógica, que pune a transgressão dessas pessoas às ordens sociais de gênero vigentes.

Nas narrativas das duas últimas interlocutoras, Maria e Tereza, podemos perceber ainda mais violações após os episódios de violência sexual. No primeiro caso, após Maria ter sido estuprada, ela passou ainda alguns dias na cela do agressor sendo abusada mais vezes. Ironicamente, ficou em “cárcere privado” dentro de um outro cárcere, que é o sistema prisional. No caso de Tereza, embora ela e sua amiga tenham sido as vítimas de um estupro que quase

<sup>22</sup> Pessoa responsável pelo pavilhão.

<sup>23</sup> “Passar” significa em sua fala que as outras travestis/mulheres transexuais foram estupradas pela cela inteira. Ou seja, por vários homens.



chegou a acontecer, foram elas que foram enviadas para o castigo, que é uma cela isolada utilizada para punição de pessoas que agiram contra as regras da instituição. Essa prática pode ser compreendida tanto como uma possível violência institucional, como também uma forma deturpada de “segurança” para as interlocutoras, que, dada a incapacidade do sistema prisional de garantir sua proteção, só estão seguras em uma cela de castigo e longe do convívio dos demais potenciais estupradores.

Outro ponto evidenciado nas narrativas foram os episódios de transfobia que pareceram ser “potencializados” por momentos de rebeliões em presídio, como se esse momento “vale tudo” permitisse que ainda mais violências pudessem ser destinadas a essa população, como nos mostram os trechos abaixo:

**Elena:** Todo mundo me considerava... Mas quando teve essa rebelião, fecharam a cela da gente! A gente ia morrer carbonizada! Porque travaram a grade!

**Aurora:** Sempre, sempre, porque quando tinha rebelião, eles pegavam os homossexuais. Eles ameaçavam de pegar os homossexuais e os tarados.

**Antônia:** Quando tem rebelião eles querem pegar logo as travesti, as gay, as bicha, pra matar, pra estuprar [...] Eu tive que amarrar uma camisa aqui na cara, tipo aqueles samurai né, amarrei uma camisa na cara. Botei um negócio assim pra cobrir mais os peitos. Botei uma roupa de homem e um sapato. E fiquei ó... três dias sem ninguém saber quem sou eu. Porque se eu demonstrasse a minha face e eles vissem que eu era uma travesti, me matavam.

A partir dessas narrativas, podemos observar que as rebeliões são percebidas pelos agressores como um potencial momento para o extermínio de mulheres trans\* em razão de suas identidades de gênero, o que corrobora com as afirmações de Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2006) em sua pesquisa sobre a violência letal contra travestis. De acordo com esses autores, na maioria das vezes, as tentativas e os crimes executados contra mulheres trans\* têm como fator determinante a identidade de gênero, e que essas execuções assumem contornos de crime de ódio (CARRARA; VIANNA, 2006).

A “desfiguração” do corpo travesti também foi uma prática bastante recorrente nas narrativas, identificada na literatura como uma das práticas mais comuns quando se discute sobre transfobia no ambiente penitenciário, apresentada na narrativa da interlocutora Ana da seguinte forma:

**Ana:** Assim que eu cheguei o cabelo tava grande com a cabeça enfaixada, ele mandou o barbeiro raspar, meter a máquina na minha cabeça zerar mermo, tirar todos os cabelos e assim, graças a Deus como eu sou muito pegada a Deus aí Deus mandou um anjo, uma anja que foi a assistente social que apareceu na hora e disse que não, que não era pra fazer isso, perguntou se o barbeiro tava ficando louco, que eu tava com a cabeça ponteadada disse que se o barbeiro metesse a máquina ia abrir os pontos e ia ter que me levar de novo pro hospital fazer o mesmo procedimento e ele não cortou não.

Nesse caso, podemos observar que além da violência apresentada no corte de cabelo, estava em disputa também a saúde de Ana, que há pouco tempo havia passado por um procedimento cirúrgico e por estar com pontos no crânio não poderia passar por um corte de cabelo. No entanto, como afirma Roberto Efrem Filho (2017, p. 10), “a violência não é óbvia. Pelo contrário, faz-se território narrativo de disputas”. Assim, foi necessário que uma profissional – a assistente social – intervisse perguntando se o barbeiro – e consequentemente quem havia manifestado a ordem do corte – *estavam “loucos”*, certamente por não conseguirem perceber o absurdo impresso na situação.

Em relação a essa situação, podemos identificar o que Céu Cavalcanti, Roberta Brasilino Barbosa e Pedro Paulo Gastalho Bicalho (2018) chamam de um “sistema de permissividade”, que se configura a partir da desumanização de pessoas trans\*, com o objetivo de que as violências sofridas por essa população sejam vistas como banais e não causem desconforto nas pessoas, naturalizando essas violências. Segundo os autores, essa dinâmica se constitui a partir de várias desresponsabilizações coletivas, e que não é eficaz responsabilizar algum grupo em detrimento de outro pelos assassinatos e violências com pessoas trans\*.

Após exploradas as manifestações de transfobia por via da violência material, empreendidas por meio de elementos físicos, apresentaremos no próximo tópico as violências de cunho simbólico, que são sutis e invisíveis.

## 5.2 MANIFESTAÇÕES DA TRANSFOBIA A PARTIR DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Você quer se vestir de mulher, mas para eles você não é mulher. Você é homem. E dizem “num passa por aqui”, “não se senta aqui”, “saí daqui”. Na verdade, a gente só serve para eles para lavar e fazer faxina, entendeu? A gente não tem aquele livre acesso de andar, de ficar à vontade, que eles não deixam (Ana).

Pierre Bourdieu (2012) define a violência simbólica como uma “Violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOUDIEU, 2012, p. 7-8).

De acordo com Alexandre Carrieri, Eloisio Souza e Ana Aguiar (2014), esse tipo de violência está intimamente ligado à matriz heterossexual binária de gênero, definida por Judith Butler (2003, p. 215-216) como a “[...] grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados”, que estabelece a heterossexualidade como normal e constituída por um binarismo de gênero que legitima apenas o polo masculino e o feminino.

É justamente pela cristalização dessa lógica binária que a violência simbólica se presentifica e opera na vida de mulheres trans\* (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014).

A partir das narrativas das interlocutoras, foi possível observar que a violência simbólica muitas vezes se manifesta como uma ferramenta de coerção de direitos e conquistas, como no caso de Elena, que embora trabalhasse há anos dentro do presídio, demorou bastante a conquistar um “barraco” em razão da transfobia manifestada simbolicamente pelo diretor da instituição, como veremos a seguir:

**Elena:** Todo mundo tinha um barraco, que trabalhava, e eu nunca tinha um barraco! Entrava um, saía outro, um barraco... sabe o que é um barraco? É uns quatinhos, que assim, quem tem é quem faz por merecer, quem é mais antigo, que vai chegando vai trabalhando aí sai, aí você já tá na vez. Entendeu? Aí eu nunca tava na vez, já tinha ó, uma tuia de gente entrando, gente saindo, e eu nunca ganhava um barraco. E muita gente entrando, tendo prioridade e indo pro barraco e eu nunca tinha um barraco.

Além disso, conquistas referentes às políticas de celas ou alas LGBT também se apresentaram como um alvo bastante propenso à violência simbólica, como nos mostram as narrativas de Elena, Maria e Antônia:

**Elena:** [...] pronto, aí através dele conseguimos uma cela, aí pronto, mas tanto que fizeram, mulher, que acabaram de novo.

**Maria:** O pavilhão ficou tão diferente, que causou uma barulheira tão grande no presídio que eles diziam “oxi, os frango vão pra esse pavilhão?” que o pavilhão era totalmente diferente, uma pessoa por cela, a cela não tinha portão, essas portinhas de acrílico assim que você puxa né, totalmente diferente do resto do sistema prisional que é extremamente superlotado, sem anseio, né, então causou muita ciúmeira e a gente demorou mais de um ano pra poder inaugurar o pavilhão por conta disso né, que a gente precisou fazer várias conversas, a gente precisou conscientizar o pessoal.

**Antônia:** Mas foi uma polêmica pra essa ala sair. Muitos homens queriam que num saísse, ficaram... teve gente até que queria comprar o espaço depois. Ofereceram 29 mil, 30 mil, 40 mil, 50 mil.

Antônia nos contou ainda que durante as preparações para a inauguração desse pavilhão LGBT, houve uma eleição para chaveira/o, que foi disputada por ela e por um homem heterossexual, que desejava governar o pavilhão. Com tom de revolta, disse-nos: “Eles queriam me derrubar para ter o poder! A questão é essa! Poder!”. Essa narrativa nos sinaliza uma disputa pelo governo dessas vidas. Um governo travestido de discriminação e intolerância transfóbica dos demais detentos, que perceberam na eleição uma possibilidade de governamentalidade, definida por Foucault “[...] como um campo estratégico de relações de poder, no que elas têm de móvel, transformável e reversível” (FOUCAULT, 2006, p. 306).

Nesse caso, a partir das manifestações de ódio comuns à transfobia, a governamentalidade foi desempenhada a partir da busca de tecnologias de governo

direcionadas: a) garantir que essas pessoas não conquistassem espaços de proteção para que violências pudessem ser perpetuadas e mulheres trans\* exterminadas; b) desumanização – a partir da hostilidade transfóbica – das identidades trans: “Oxi, os frango vão pra esse pavilhão?” para justificar que essas pessoas não merecem espaços de cuidado; c) e, perversamente, a tentativa de confiscar o pavilhão através de grandes quantias de dinheiro.

Esse governo, segundo Andrea Scisleski e Neuza Guareschi (2011, p. 90), “[...] atua como uma forma de normalização, na medida em que atua sobre os corpos, sobre a população e, sobretudo, sobre a vida. É, dessa forma, um governo que atua sobre as ‘almas’, já que é uma tecnologia de normalização”. Assim, retornamos ao conceito de cisnormatividade e heteronormatividade, para refletir que as práticas de governamentalidade exercidas nesse contexto se objetivam como formas de punição à transgressão de nossas interlocutoras às normas de gênero vigentes, e também de prazer em desumanizar esses corpos e produzi-los como abjetos. Punições que em alguns momentos são letais e em outros tão sutis e simbólicas como no caso de Ana, que ao ser questionada sobre suas roupas femininas, contou-nos: “Minhas roupas consegui não, porque tocaram fogo quando descobriram...”.

Após essas discussões sobre as violências transfóbicas simbólicas inscritas nas experiências das nossas interlocutoras no cárcere, adentraremos a seguir no tópico sobre violências transfóbicas institucionais, que foi produzido a partir de narrativas que sinalizam a prática de violência ou mesmo a omissão – que também se configura como violência – por parte de funcionárias/os e/ou diretoras/es de presídios.

### 5.3 PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA INSTITUCIONAL

**Entrevistadora:** Quem fez isso? **Elena:** Os presos, mas através dos profissionais. Porque nada é feito pelos presos antes de ser passado pelos profissionais.

De acordo com Rubens Modesto (2017, p. 62), “a transfobia além de ser praticada por pessoas, pode ser exercida por instituições e organizações”, apresentando-se, nesse caso, como um tipo de violência institucional. Nos relatos das participantes da pesquisa, esse tipo de transfobia foi bastante comum e se apresentou de diversas formas, desde atitudes de violência propriamente dita até casos de omissão, que também se configuram como violência institucional. Vale ressaltar, no entanto, que o contexto penitenciário brasileiro atualmente é uma das instituições que mais apresentam violências institucionais. Dadas as condições desse dispositivo, estar encarcerada/o, já é, em si, uma violência. Dessa forma, além de

experienciarem as violências institucionais “comuns” ao cárcere, mulheres trans\* vivenciaram aquelas de cunho institucional-transfóbico.

Entre as diversas narrativas construídas durante as entrevistas, uma das mais absurdas nos foi contada por Maria, que por ter um curso técnico e estar no 8º período de um curso de saúde, foi usada como uma espécie de “ferramenta de saúde pacificadora” pelo corpo institucional para cuidar e tratar de detentos feridos em momentos de rebelião.

**Maria:** [...] eu fui para as 23 unidades de Pernambuco, porque tinha rebelião e os diretores falavam: “oxi, olha lá, tem um frango que tem formação em saúde, leva ela e solta ela dentro da cadeia, e aí ela vai cuidando de quem tiver ... não vai acontecer nada porque a polícia não entra quando tá na rebelião. Quem tá ferido lá ela vai cuidando, quando apaziguar a gente tira quem precisar.

Como sinalizamos no capítulo metodológico, a entrevista de Maria foi uma das mais assustadoras. Foi impactante ouvir tantos absurdos e violações na vivência de uma única pessoa, e ao ouvir esse trecho, perguntei-me se isso teria acontecido com um homem heterossexual que estivesse privado de liberdade e tivesse as mesmas competências profissionais que ela. Perguntei-me se ele teria sido obrigado a passar por todas as penitenciárias de um estado para “apagar” o incêndio que o poder público não consegue.

Não precisa ser pesquisadora/or do sistema prisional para conhecer a guerra existente nas rebeliões. A mídia nos informa e sempre nos informou. No nosso país, inclusive, o Carandiru não nos deixa esquecer. Há quase 30 anos aconteceu o maior massacre da história carcerária brasileira. Um verdadeiro genocídio que exterminou 111 detentos, e que teve início justamente com uma rebelião.

Maria não passou apenas por 23 presídios. Ela passou por 23 rebeliões. Foi forçada pelos diretores do presídio a colocar sua vida em perigo 23 vezes. Forçada a assistir e vivenciar 23 episódios violentos e brutais. E, respondendo minha pergunta inicial, sim. Certamente esse abuso aconteceu por ser travesti. Por ser abjeto. Por ser desumanizada pela transfobia institucional. O corpo travesti de Maria não se encaixa na diferenciação “É menino ou menina?”. Assim, não é humana. Contradiz justamente o que estabelece a categoria humano: a marca do gênero (BUTLER, 2003). Para o sistema prisional, a vida de Maria não tem valor. Por isso foi colocada na linha de frente, sendo utilizada como um mero instrumento de manutenção do caos.

As violências institucionais com Maria não pararam por aí. A interlocutora nos contou que após ter sido estuprada por vários dias por um detento e ter sido feita de refém em sua cela por esse mesmo homem, o que em si já se caracteriza como uma violência, por isso ter

acontecido sem que nenhuma intervenção institucional acontecesse, pediu ajuda a um agente penitenciário para ser tirada daquela situação, e o profissional agiu da seguinte forma:

**Maria:** ele pediu pra eu lavar as roupas dele e o coturno em troca. Eu peguei foi o que eu fui fazer. E aí depois de forma bem desesperada eu fui pedir a ele: “Olha não me bota naquela sala de novo não, tá acontecendo isso e isso comigo”. Ele disse: “Tá certo, eu deixo tu dormindo fora, tu dorme fora e tu fica pedindo a mim as coisas certo?” Eu digo: “Tá ótimo, pronto, vou lavar sua roupa”, porque era o agente que era responsável daquele pavilhão, que era o pavilhão de triagem.

Assim, podemos observar que sua segurança só foi possível após uma negociação. Para garantir que saísse da cela do agressor e que para lá não voltasse, precisou prestar serviços em troca. Serviços esses que são vistos como inferiores e domésticos, e, por isso, muitas vezes delegados às mulheres trans\* e “gays afeminadas” que estão em privação de liberdade. A atitude do profissional nos aponta um abuso de poder e autoritarismo por parte do agente penitenciário. Esse abuso e autoritarismo também foi observado na narrativa de outras participantes, como nos mostram os trechos abaixo:

**Tereza:** Teve uma bicha que roubou o diretor da cadeia. Uma caixa de chocolate e uma sandália. Aí ele se arretou e isolou todas as bichas. Colocou todas no isolamento.  
**Elena:** O chefe de segurança fez um escândalo! “Corte o cabelo dele! Que aqui na minha cadeia tem que ter o cabelo curto! Que não pode passar no meio das visitas, como mulher, corte, corte, corte!” Eu estava me sentindo mal, assim, me sentindo mal com aquele clima, entendeu?! Todo mundo ali na minha frente querendo cortar meu cabelo, porque pra uma mulher o cabelo é a beleza da mulher! Qual é a mulher que num gosta de ter o cabelo bonito e solto, grande, cheiroso, né?! [...] E aí entrou outro chefe, pronto minha filha, aí foi o inferno! Foi o inferno porque era um evangélico! Olhe pelo amor de Deus viu! Eu vivi uma perseguição! E pra completar comecei a namorar um vizinho dele que tinha ido preso, que era muito amigo da família desse diretor. E ele não aceitava.

No caso de Tereza, por ter sido roubado por uma mulher trans\*, o diretor castigou não só a que havia lhe roubado, mas colocou toda a “classe” trans\* dentro de um pavilhão de isolamento, como forma de coerção pelo roubo. Já com Elena, a perseguição foi pelo fato de a interlocutora namorar com um amigo de longa data do diretor. Por não aceitar o relacionamento, que fugia aos “padrões esperados”, o diretor a perseguiu.

No entanto, enquanto Elena viveu essa perseguição por conta desse relacionamento, que culminou até mesmo no fim por conta do diretor, segundo a mesma nos contou, existem penitenciárias em que é possível, inclusive, que os companheiros de mulheres trans\* sejam alocados nas alas/celas LGBT, como acontece, por exemplo, em um presídio de Porto Alegre (SEFFNER; PASSOS, 2016). Isso nos releva o quanto as penitenciárias brasileiras possuem dinâmicas diferenciadas, na maioria das vezes guiadas pelas características e atitudes de

gestoras/es, diretoras/es e profissionais, que podem ou não ser transfóbicos, o que deixa mulheres trans\* à mercê, em razão de políticas públicas ineficazes e muitas vezes inexistentes para essa população.

No próximo tópico, discutiremos sobre o uso da transfobia para manutenção da matriz cisnormativa, pois em algumas narrativas esse tipo de “tecnologia” foi observado em evidência.

#### 5.4 TRANSFOBIA COMO PRESERVAÇÃO DA MATRIZ CISNORMATIVA

Cortaram meu cabelo assim um chanelzinho, aí quando eu voltei até me lembro um episódio, quando eu voltei aí ela disse: “Mulher, tira esse pitó!”<sup>24</sup> Porque se ele ver esse pitó...” porque era um chanelzinho, mas dava pra fazer o pitó... Entendeu?! Aí eu peguei botei o pitó, que eu num gostava de cabelo solto, aí ela disse: “Olhe, tire esse pitó, que se ele ver ele vai mandar cortar de novo!” (Elena)

Embora reconheçamos que todas as manifestações da transfobia estão relacionadas à preservação da matriz cisnormativa, houve narrativas em que isso foi muito evidente, o que resultou na necessidade de um eixo de análise com esse direcionamento.

Nas narrativas das participantes, houve menção a um acontecimento no sistema prisional em que é comum que a violência transfóbica ocorra com um cunho mais diretivo à preservação da matriz, que é o dia de visitas. Nesse dia em especial, algo diferente ocorre dentro das penitenciárias, que é a entrada de pessoas externas à dinâmica prisional. No caso do presídio masculino, é comum que muitas mulheres visitem seus companheiros na companhia de filhas/filhos e familiares.

Segundo as nossas interlocutoras, esse é um momento em que elas precisam negar suas identidades a partir da descaracterização da identidade trans\*. Durante as visitas, há a imposição por parte dos demais detentos de que prendam os cabelos e usem roupas masculinas, como veremos a seguir:

**Tereza:** as roupas me deixavam usar normalmente... só não podia entrar<sup>25</sup> pra dentro da cadeia com roupa de mulher em dia de visita.

**Vitória:** existia preconceito com as nossas roupas, geralmente mais dia de visita. Às vezes entrar dentro da cadeia com roupa feminina não podia. Tinha que ser bermuda de homem, camisa de homem.

**Elena:** Era dia de visita, quando é dia de visita a gente tem que ficar com uma roupa mais comportada, entendeu?! Porque senão os presos já acham um motivo...

<sup>24</sup> “Pitó” é uma expressão utilizada no Nordeste para se referir à coques de cabelo.

<sup>25</sup> Esse “entrar para dentro” se refere aos pavilhões, pois existem os pátios e locais externos onde é possível tomar sol.

A partir dessas narrativas, questionamo-nos: essa descaracterização era imposta por qual motivo? Para não gerar o quê nas visitas? Ciúmes? Desconfiança sobre a heterossexualidade dos demais detentos? Ou, ainda, a ideia da abjeção daquele corpo cuja visibilidade não deveria ser permitida? Observamos que há uma higienização no dia de visitas. Não querem “sujar” o dia familiar com pessoas que são julgadas como “não humanas”, ou seja, abjetas.

Além dessa questão da descaracterização em função do dia da visita, Elena nos contou que outra regra era imposta: mulheres trans\* não podiam ter relações sexuais com os demais detentos no dia anterior e no próprio dia de visitas. Segundo Elena: “E outra, no dia de visita, assim no caso, a visita é amanhã no sábado, hoje é sexta, eu não posso ter relação hoje viu?! A visita vai chegar amanhã ainda, e eu não posso ter relação hoje!” Caso essa regra não fosse respeitada, Elena nos contou que:

**Elena:** Se acontecesse eu levava um pau e ia pro castigo. Esse castigo é o que... é 8, 15 dias numa cela pequenininha só com comida, sem lençol, sem roupa, sem nada. Tipo uma solitária, com a roupa do couro e comida, só. Sem bolacha, sem café, sem cigarro, sem nada.

Isso sugere que, embora a regra fosse estipulada pelos presos, os profissionais em alguma medida tinham conhecimento disso, visto que as celas de castigo fazem parte da estrutura institucional e geralmente são utilizadas pelos agentes penitenciários para punir alguma pessoa por determinada conduta. E diante dessa narrativa, percebemos uma punição exacerbada que nos lembra formas de tortura. Punição essa a uma transgressão a uma regra estipulada para manter e preservar a matriz cisnormativa da dinâmica prisional.

Quando questionamos a Elena o porquê da existência dessa regra, a participante nos contou que a justificativa dos demais detentos era a de que o homem, enquanto estivesse na relação sexual com uma mulher trans\*, poderia pensar em uma mulher cisgênero, quer seja sua companheira ou companheira de algum de seus colegas. Essa situação reflete a lógica perversa da cisnormatividade e da heteronormatividade, que é responsável por regular as relações entre corpos e os espaços; e regular a relação de um corpo com outro corpo (JÚNIOR, 2019).

Ainda sobre o dia de visita, Elena nos relatou:

Sofri muito, porque assim, na visita a gente tem que se comportar, tem que ficar muito ligeira, muito esperta, porque qualquer deslize é cobrado depois. Qualquer coisa... você deixa o peito aparecer, se o peito aparecer, às vezes até sem querer, ou você senta de um jeito... entendeu?



Esse trecho nos sinaliza mais uma prática de governamentalidade, pois podemos observar o governo de si que é desempenhado pela participante, que a partir do medo de sofrer violências transfóbicas por mostrar os seios ou sentar com “trejeitos de feminilidade”, desenvolveu técnicas de governo de si para não cometer “deslizes” e expor sua identidade de gênero (FOUCAULT, 2006).

Após essas quatro linhas de análise, em que conferimos sentidos às narrativas sobre situações de transfobia vivenciadas pelas interlocutoras desta pesquisa, seguiremos para a quinta e última linha, que finaliza com a apresentação de narrativas que indicam os momentos em que as participantes conseguiram se utilizar de agência, e entre ajustamentos, conseguiram resistir às violências sofridas.

## 5.5 FORMAS DE AGENCIAMENTO, ENTRE AJUSTAMENTOS E RESISTÊNCIAS

E eu fui enxertando essa injeção, do pavilhão, do pavilhão, do pavilhão, do pavilhão, do pavilhão! E viram que a necessidade tinha que ser suprida logo, porque tava se enchendo de meninas (Antônia).

Após quatro eixos em que descrevemos violências transfóbicas vivenciadas no cárcere, e discutimos como essas violências se configuram e operam na vida e nos corpos das interlocutoras, apresentaremos um eixo final que trata das formas de agenciamento e resistências, identificadas nas narrativas das interlocutoras diante dos episódios de transfobia vivenciados. Para isso, fizemos uma interlocução com duas autoras, ambas antropólogas, Sherry Beth Ortner (2006) e Saba Mahmood (2006).

Sherry Beth Ortner (2006) em seu texto *Poder e Projetos: reflexões sobre a agência* apresenta uma gama de reflexões sobre como podemos compreender não só a conceituação de agência, mas os fatores incorporados e imbrincados a essa noção. Como a discussão é densa e a autora atribui à agência diversas características, reunimos as suas principais ideias para a compreensão de agência: 1) agência não é um objeto psicológico autônomo, mas é universal e caracteriza a experiência humana; 2) todos nós temos agência, mas não estamos livres para agir sem restrições, pois a agência está totalmente relacionada ao contexto histórico e cultural; 3) a intencionalidade é um dos principais componentes da agência, e é isso que difere agência vs práticas cotidianas; 4) agência e poder estão muito relacionados, podendo se desdobrar tanto em dominação como em resistência (ORTNER, 2006). Sobre esse último ponto, vejamos:

Em seu uso provavelmente mais comum, o termo “agência” pode ser praticamente sinônimo das formas de poder que as pessoas têm à sua disposição, de sua capacidade

de agir em seu próprio nome, de influenciar outras pessoas e acontecimentos e de manter algum tipo de controle sobre suas próprias vidas. Agência, neste sentido, é pertinente tanto no caso da dominação quanto no da resistência (ORTNER, 2006, p. 64).

Para Saba Mahmood (2006), “a agência é entendida como a capacidade de cada pessoa para realizar os seus interesses individuais, em oposição ao peso do costume, tradição, vontade transcendental ou outros obstáculos individuais e coletivos” (MAHMOOD, 2006, p. 127). Assim, contextualizando o conceito de agência nesta pesquisa, entendemos agência como a capacidade que nossas interlocutoras, mulheres trans\* privadas de liberdade, tiveram de agir, planejar, desejar e influenciar diante de episódios de transfobia e das formas de agenciamento possíveis no espaço em que se encontravam. Por se tratar de episódios de violências, compreendemos que as formas de agenciamento produzidas por essas mulheres estão intrinsecamente relacionadas ao poder, constituídas muitas vezes de resistência, compreendida como uma das formas possíveis de agência.

Nas narrativas das participantes, um dos episódios mais marcantes foi a construção de um pavilhão LGBT em uma penitenciária de Pernambuco, como uma busca por proteção em razão dos episódios de transfobia. Esse acontecimento foi narrado por duas das participantes, que embora não estivessem juntas no momento da entrevista, referenciaram-se e compartilharam conosco como isso aconteceu, pois dentro do cárcere vivenciaram esse momento juntas. Para uma delas, Antônia, esse foi um grande empreendimento e um ato de resistência: “Aí, eu me sinto tão orgulhosa por essa parte, tu acredita?! Porque assim, mesmo que foi um tempo ruim, um tempo doloroso, mas eu trouxe uma coisa boa disso! Desse desastre trouxe uma coisa boa!”.

Antônia nos contou ainda que essa oportunidade surgiu quando determinada pessoa assumiu a direção da penitenciária. Nessa época, ela trabalhava como secretária. Ela nos disse: “Fui enxertando essa injeção, do pavilhão, do pavilhão, do pavilhão, do pavilhão, do pavilhão! E viram que a necessidade tinha que ser suprida logo, porque tava se enchendo de meninas!”. Sobre esse mesmo ponto, a outra participante, Maria, nos contou: “Era uma pessoa que confiava nas ideias que a gente dava, e aí a gente conseguiu construir um pavilhão”. Além de ouvi-las, a pessoa cedeu o espaço para a construção, e as duas, juntas, começaram a planejar e empreender esforços para a construção do espaço.

No entanto, a problemática que surgiu foi de como as participantes conseguiriam fundos para construir o espaço, visto que a direção havia informado que apesar de ter enviado muitos projetos para os superiores para garantir fundos, todos foram negados, com a justificativa de

que não seriam possíveis gastos para uma população de no máximo 15 pessoas. Assim, foram sendo construídas estratégias para dar início à construção, como poderemos ver nos trechos a seguir:

**Maria:** foi o pavilhão da prostituição, que foi assim: “Olha, a gente não tem dinheiro, a gente não tem família também pra poder trazer o dinheiro pra comprar o material, deixa as meninas se soltar, pode usar short? Pode, pode usar saia? Pode. Agora pronto, elas tão montadas, agora a gente pode sair dos pavilhões? Pode, mas vocês vão fazer o quê? A gente não vai fazer nada, a gente tá perguntando tá faltando tijolo? Tá faltando cimento? A gente vai sair e vai voltar com esse dinheiro, tá ok? Pronto. Vocês vão fazer o quê? Olha a gente vai descer, pode descer? Pode.

**Maria:** eu ganho meu dinheirinho aqui né, com meus negócios aqui. Eu acho que eu sou a que mais posso ajudar, e Antônia, porque Antônia trabalhava também. A gente pode ajudar sim. A gente entrou com um valor inicial né, Antônia tinha um dinheiro guardado, uns 3.000 reais. Deu os 3.000 reais. Eu também tava com um bom dinheiro guardado porque eu não tinha com o que gastar, né, e aí eu também dei o valor de 16 mil reais e a gente foi iniciando, comprando as coisas, tudo parece que fica mais caro, né, pra comprar ali dentro do sistema prisional e a gente foi começando construir as coisas e foi fazendo isso, se prostituindo, ia lá no chaveiro, fazia uma festinha, ele gostam de palhaçada então a gente pegava tinha festa de criança a gente “a gente faz a festa das crianças, vamos fazer”; aí a direção disponibilizava a copa né, aí tinha uma que tinha expertise de fazer doce, tinha uma que tinha expertise de fazer bolo, tinha uma que tinha expertise de fazer salgado, tinha uma que sabia ornamentar e aí a gente foi fazendo isso e serviços dentro do sistema prisional até construir o pavilhão, que foi construído em 2012 e só foi entregue a nós no finalzinho de 2013 pra 2014, porque depois que o pavilhão tava construído ficou parecendo tanto que não era dentro do sistema prisional né, por conta da estrutura.

Essas estratégias utilizadas sinalizam uma característica muito importante da agência, que é o fato de que embora todos nós a tenhamos, é basicamente impossível que uma pessoa possa empreendê-la sozinha, com total acesso e sem vivenciar ou resistir a nenhum tipo de restrição (ORTNER, 2006). Assim, para que conseguissem o material de construção necessário para construir o pavilhão, foi necessário que o corpo prisional fizesse “*vistas grossas*”, ou seja, liberasse um fluxo maior de prostituição dentro da penitenciária para que as participantes pudessem pagar os custos.

O uso da prostituição para a construção do pavilhão corrobora com a ideia de Sherry Ortner de que “as pessoas em posições de poder ‘têm’ – legitimamente ou não – o que poderia ser considerado ‘muita agência’, **mas também os dominados sempre têm certa capacidade, às vezes muito significativa, de exercer algum tipo de influência sobre a maneira como os acontecimentos se desenrolam [...]**” (ORTNER, 2006, p. 64, grifo nosso). Assim, mesmo que em diversos contextos a prostituição possa ser considerada um contexto de vulnerabilidade e de precarização da vida de mulheres trans\*, neste pôde ser utilizada como uma ferramenta de poder, pois a partir da prostituição foi possível que os materiais do pavilhão fossem comprados. Pavilhão esse que, após sua construção, pode ser considerado como uma forma de resistência contra as violências transfóbicas perpetuadas por outros detentos, pois a resistência é uma agência de poder (ORTNER, 2006).

Após construído, o pavilhão se tornou um símbolo de resistência e de proteção de possíveis violências transfóbicas, pois segundo uma das interlocutoras:

**Antônia:** Como eu sempre tinha os ouvidos da direção para me amparar em qualquer coisa, e depois que o pavilhão foi inaugurado e eu fiquei como representante, eu posso dizer de peito lavado: todos os homens da cadeia temiam a mim. Entre aspas também, temia assim, se as meninas descessem pra ir pegar as roupas pra lavar, ninguém mais mexia com elas, ninguém mais tocava, ninguém mais nem dizia que era feia! Eles diziam: “Vai, visse, Antônia é a chaveira das bichas lá, bora, mexer com a bicha aí tu tá ligado que o bagulho vai ficar louco, num sei o quê”. Eles diziam também que “a ideia dos frangos vale mais que o dos homens”. Aí, aí era quando eu debatava com muitos que eu escutava, dizia: “Num tem o pavilhão de vocês?! A gente precisa de um espaço só nosso também”.

Esse trecho da narrativa de Antônia corrobora com uma reflexão de Sherry Beth Ortner (2006, p. 58), para quem “[...] todo poder é, em si, uma faca de dois gumes, operando de cima para baixo como dominação, e de baixo para cima como resistência”. Ao passo que Antônia e suas companheiras utilizaram o pavilhão como uma forma de resistência aos episódios de violência transfóbica que eram mais recorrentes antes da sua criação, também utilizaram esse poder como uma forma de dominação para com os demais detentos, que agora as temiam por terem tido o poder de construir um espaço seguro e estruturalmente melhor que o restante da penitenciária. Essa dominação foi observada, inclusive, em direção a outras mulheres trans\* por Antônia, pois segundo ela:

**Antônia:** eu sabia que um representante homem e hétero não ia dar certo. Então depois que eu assumi, eu botei muitas meninas no castigo. Vocês acreditam que depois que eu assumi, na primeira semana foram cinco pro castigo duma vez só?! Cinco meninas. Eu tive que tomar essa atitude, senão iam dizer assim: “Poxa, você?!”. Então às vezes eu agia pra magoar elas mesmo, pra eu impor minha moral na frente da direção. Porque se a gente lutou tanto, se eu lutei tanto pra ter aquilo ali, eu não ia deixar nenhum homem e nenhum hétero. Primeira semana se isso aí fosse na mão de um hétero, sabe o que que o hétero ia fazer? “Olhe, eu vou entregar a chave, bote aquelas bichas pra morar lá embaixo mermo, com os homens, e alugue, e faça daí outra coisa”.

A luta de Antônia por garantir e manter a existência e o funcionamento do pavilhão sinaliza que, afinal, a política de implementação de alas LGBT é reconhecida como uma alternativa de segurança e de proteção para a população, muito embora, como já foi sinalizado nos capítulos anteriores, possa muitas vezes se configurar como um espaço de segregação e de controle, pois priva essa população do convívio externo em nome da segurança, o que muitas vezes limita o acesso à educação, saúde e políticas de geração de renda que existem dentro das próprias penitenciárias.

No entanto, apesar dessa e de algumas narrativas terem apresentado agência através de uma postura bastante ativa, também foram observadas posturas passivas, como os trechos que serão apresentados a seguir:

**Aurora:** eu me defendia assim né, eu ia sempre pra um culto de missa que tinha lá. Os evangelinhos chamavam, aí eu sempre ia. Mas muitas que se drogam é bem pior. Eu mesma não sou drogada. Eu bebia, mas lá dentro eu não bebi, passei 6 meses sem beber porque lá dentro é onde o filho chora e a mãe não vê, mas graças a Deus eu soube tirar, não fui estuprada porque eu me agarrei muito nas orações. Eu também não usei peruca lá dentro, cortei meu cabelo bem pequeno pra não passar por mulher em dia de visita.

**Ana:** eu me tranquei, eu me tranquei e eu não falava com as pessoas, ficava mais calada, ficava no meu canto.

**Maria:** olha, eu fazia questão de me sentir mais invisível possível dentro do sistema prisional. Eu conseguia não ficar brigando, conseguia ficar na minha, caladinha, eu conseguia exercer alguma coisa junto aos agentes penitenciários, então aquilo me colocou num espaço de proteção, de privilégio mesmo ali. Era difícil chegar até mim pra fazer alguma coisa.

Essas narrativas sinalizam que como forma de proteção, algumas das interlocutoras optaram por serem mais discretas, mantendo-se na invisibilidade, evitando contato com muitas pessoas e se aproximando da religião. Sobre isso, Saba Mahmood (2006) chama atenção para o fato de que, se a ação, ou seja, o desejo e o planejamento de *provocar* e *conquistar* algo está extremamente relacionado ao contexto social, histórico e cultural, como podemos de antemão fixar o conceito de agência a algo extremamente cristalizado? Assim, segundo a autora,

[...] o que aparece, de um ponto de vista progressista, como um caso de passividade insultante e docilidade, pode ser efetivamente uma forma de agência – forma que apenas pode ser entendida a partir dos discursos e estruturas de subordinação que criam as condições para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, a capacidade de agência pode ser encontrada não só em atos de resistência às normas, como também nas múltiplas formas em que essas normas são incorporadas (MAHMOOD, 2006, p. 131).

Dessa forma, compreendemos que mesmo atitudes que se apresentam como passivas podem ser formas de agenciamento e de resistência, e que não cabe a nós sermos juízes e delimitar o que é agência e o que não é. Como discutido, a agência só é agência a partir de situações, de contextos e de terceiros envolvidos na trama dessas relações, assim, essa foi a forma que as nossas interlocutoras escolheram ou mesmo tiveram como única possibilidade para sobreviver às violências transfóbicas vivenciadas.

## 6 NO FIM DAS CONTAS, UMA BREVE CARTA ÀS INTERLOCUTORAS DESTA PESQUISA

Desde os primeiros esboços desta dissertação, mas mais intensamente a partir do momento em que comecei as entrevistas e tive contato direto com as participantes, perguntei-me para onde esta dissertação iria me levar, assim como para onde iria levar as interlocutoras. Me dei conta de que minha condição de privilégio me tornaria mestra, ao passo que para elas, esta dissertação não traria ganhos concretos e diretos. Parece um tanto quanto óbvio, mas o exercício de refletir, reconhecer e legitimar essas obviedades é muito importante. É elemento fundamental na construção de um posicionamento científico que seja ético e político.

Por isso, decidimos escrever as considerações finais em forma de uma carta às participantes, pois acreditamos que os resultados e desdobramentos desta pesquisa não devem ser de interesse somente do campo de produção de conhecimento, mas especialmente às interlocutoras que nos contaram suas histórias e possibilitaram que esta dissertação fosse escrita. É que acreditamos muito na força implícita na frase: “Nada sobre nós, sem nós”. Acreditamos também que uma carta é um instrumento mais claro, acessível e afetivo às participantes, um meio digno de retorno diante da relação que foi construída entre a pesquisa e as participantes durante o decorrer da pesquisa.

### 6.1 A CARTA

Queridas interlocutoras, apesar do nosso encontro ter sido breve, construí muito respeito e carinho por vocês. Eu e todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte desta pesquisa agradecemos pela coragem e valentia que tiveram de lembrar e narrar momentos tão dolorosos e violentos, principalmente para mim, uma completa estranha ao cotidiano de vocês, e que, além disso, é mulher cisgênero, branca, de classe média, e que apesar de se importar muito, não faz parte desse lugar de fala, pois não compartilha do mesmo contexto de vida que vocês.

Agradecemos também por terem contribuído com a ciência ao participarem desta pesquisa, mesmo esse sendo um campo que massacrou minorias e patrocinou a perpetuação de diversas formas de preconceito e segregação, sobretudo em relação à transgeneridade que nas bíblias da psiquiatria ainda insiste em ser definida como algo anormal. Apesar de não compactuarmos com isso, pedimos desculpas, e seguimos na luta e com fé de que mudaremos

essa situação, pois repudiamos esse tipo de ciência. Queremos que saibam que fizemos de tudo para situá-las como protagonistas das histórias que foram contadas por aqui.

Essas histórias denunciam que a transfobia, vivenciada por vocês desde muito cedo em suas casas, nas escolas e em outros espaços, apresenta-se também nos ambientes prisionais, de forma intensificada e muito diversificada, a partir de muita crueldade. Como muitas de vocês disseram, “a cadeia é um local onde a/o filha/o chora e a mãe não vê”. Pois é. Quem está de fora não vê, o que torna as violências e os abusos mais fáceis de serem encobertos e legitimados.

Por isso, tentamos utilizar esta dissertação como um instrumento de denúncia das violências que vocês sofreram, não só pelos demais detentos com quem dividiam o espaço prisional, mas também pelos agentes penitenciários e diretores, que deveriam constitucionalmente garantir a proteção e a integridade física e psíquica de todas vocês. A violência que vocês sofreram, e que aqui chamamos de transfobia, é manifestada e mantida por uma busca incessante pela preservação de uma matriz cisnormativa que garante a condição de humano apenas àquelas/es que a seguem, e que busca consertar os corpos que atingem e contestam esse projeto conservador que não reconhece a diversidade como digna.

Visibilizar essas informações aqui contidas, mesmo depois do fim da escrita da dissertação, é nosso maior objetivo, e por reconhecermos que infelizmente as dissertações não são tão lidas quanto gostaríamos, pretendemos traduzir esta dissertação em artigos científicos, que proporcionam mais visibilidade às produções de conhecimento. Além disso, temos como projeto realizar o levantamento das instituições do estado de Pernambuco que trabalham com o sistema penitenciário, para que possamos compartilhar esta dissertação, que apesar de não ter forças para “mudar o mundo”, tornando-o mais digno e justo para todas vocês, pode ser um instrumento da nossa luta por mudanças na vivência de mulheres trans\* no ambiente carcerário.

A transfobia se manifestou das mais diversas formas na vivência de vocês, seja a partir de estupros ou tentativas de homicídios em rebeliões, violências institucionais, cortes de cabelos à força, queima de pertences, agressões físicas e também agressões psicológicas. Foram tantas violências, que me pergunto o que mais teria escutado se tivesse tido a oportunidade de entrevistar mais interlocutoras. Contudo, se por um lado reconhecemos que uma das principais limitações desta dissertação foi não ter conseguido entrevistar mais mulheres trans\* que passaram pelo sistema prisional, por outro, percebemos a extensão e a profundidade do que ouvimos, além das várias leituras importantes que foram realizadas a partir das narrativas de vocês.

Mas, embora essa “escassez” de participantes tenha acontecido por muitas de vocês não se sentirem confortáveis em relatar essas violências, compreendo que essa foi uma falha,

sobretudo minha, por mesmo sem intenção e consciência, ter sido talvez “colonizadora” ao esperar que eu, mulher cisgênero, branca, de classe média e uma completa estranha ao cotidiano de vocês, deveria procurá-las abruptamente e convidá-las a contar histórias tão difíceis e doloridas, peço desculpas por isso. Também percebo como falha não ter levantado durante a pesquisa informações sobre a cor/raça de vocês, pois a partir disso teríamos tido a oportunidade de reforçar como o encarceramento em massa vem capturando pessoas em situações de maior vulnerabilidade e pobreza, como no caso de pessoas negras. Isso sinaliza uma dificuldade minha de ter um olhar mais “geral” para compreender a transfobia vivenciada por vocês no cárcere, o que chamamos teoricamente de interseccionalidade.

Só agora, ao final desta dissertação, é que reconheço que algumas coisas poderiam ter sido diferentes, e que algumas questões poderiam ter sido abordadas, saúde e educação são algumas delas. Embora a literatura sobre o sistema prisional brasileiro denuncie precariedade ao acesso desses dois segmentos, pergunto-me se a transfobia foi um fator que limitou o acesso de vocês a esses sistemas. Questões de emprego e renda também me deixaram inquieta após o término da análise das informações. Algumas de vocês nos relataram que, por conta da transfobia, muitos detentos as procuravam para a realização de serviços considerados mais degradantes, por serem historicamente delegados à figura feminina, tais como lavar roupa, arrumar as celas e cozinhar. Mas, e os cursos profissionalizantes que existem dentro das penitenciárias? Vocês tiveram acesso? Algumas empresas contratam detentas/os para que trabalhem dentro dos próprios presídios, vocês puderam aproveitar essas oportunidades? Ou por conta das suas identidades de gênero ficavam à mercê dos trabalhos que os demais detentos tivessem a oferecer? E elementos de raça/cor? Esses elementos não apareceram por que não perguntamos sobre essas questões?

Apesar dessas inquietações, não tem problema. Ficamos tranquilos que algumas pontas tenham ficado soltas, afinal, não acreditamos em uma produção de conhecimento que pretenda responder a todas as perguntas. Além disso, se o que construímos juntas foi parcial, quem sabe não teremos mais oportunidades de produzir conhecimentos?!

Esperamos que juntas possamos comemorar esta dissertação como uma pequena conquista, que é ínfima diante de tudo que precisamos conquistar, mas que é importante em tempos tão sombrios. Apesar desta dissertação ter reunido muitas informações dolorosas e violentas, gostaria de compartilhar com vocês um trecho da música Amar-elo, de Emicida, Majur e Pabllo Vittar, que diz: “Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes. É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir”, pois vocês contaram apenas um pedaço das suas histórias de vida. Um pedaço significativo, claro,



diante dos absurdos que vocês vivenciaram, mas que não as define. E, como nos diz Gandhi: “A prisão não são as grades, e a liberdade não é a rua”, o que nos inspira a acreditar que podemos buscar liberdade e sermos livres mesmo em contextos que podem aprisionar, como a transfobia, por exemplo.

Por fim, utilizo esta carta para dizer que foi incrível conhecer as admiráveis formas de luta e de resistência empreendidas por vocês. O projeto coletivo de construção do pavilhão LGBT, por exemplo, foi louvável e digno de reconhecimento. O pavilhão segue por lá, acolhendo a população trans\* e LGBT na tentativa de garantir dignidade e proteção. Por aqui, seguimos tentando por meio da produção científica, visibilizar esses processos para que em tempos de tamanhos retrocessos, o que foi ganho não seja perdido; sempre lutando pra que se ganhe o que se precise ganhar.

E não estamos sós! O abolicionismo penal é um campo fértil dessa luta. Ele nos convida a refletir de forma complexa sobre a lógica atualmente empreendida pelo sistema prisional. Convida-nos a problematizar a seletividade das prisões, a ineficácia das mesmas (PASSETTI, 2006). O sistema prisional brasileiro atualmente se assemelha aos campos de concentração, utilizando-se de violências que beiram a tortura para punir e castigar não só quem transgrediu as leis do código penal, mas também quem transgredir as normas e prescrições normativas do gênero.

## REFERÊNCIAS

- A LIGA – Homofobia nos presídios. Produção de Sebastián Gadea. São Paulo: BAND, 2015. 1 vídeo (18m:35seg). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_6PjHyx5TRI](https://www.youtube.com/watch?v=_6PjHyx5TRI). Acesso em: 25 out. 2019.
- AGUINSKY, Beatriz Gershenson.; FERREIRA, Guilherme Gomes.; RODRIGUES, Marcelli Cipriani. Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança no Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 57-72, jan./jun., 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/14443>. Acesso em: 22 out. 2019.
- AGUINSKY, Beatriz Gershenson.; FERREIRA, Guilherme Gomes.; RODRIGUES, Marcelli Cipriani. Vidas (hiper)precárias Políticas públicas penais e de segurança face às condições e vida de travestis e transexuais no Rio Grande do Sul. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 292-304, 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/18589/12630>. Acesso em: 19 out. 2019.
- ALMEIDA, Cecília Barreto de.; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **REVISTA DIREITO GV**, São Paulo, v.14, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v14n2/1808-2432-rdgv-14-02-0302.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.
- ALVES, Pedro. Após decisão do STF, ao menos 18 detentas trans podem pedir transferência para presídios femininos. **G1**, Pernambuco, 28 Junho 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/06/28/apos-decisao-do-stf-ao-menos-18-detentas-trans-podem-pedir-transferencia-para-presidios-femininos.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2019.
- BALZER, Carsten.; LAGATA, Carla.; BERREDO, Lukas. TMM annual report 2016. 2,190 murders are only the tip of the iceberg – An introduction to the Trans Murder Monitoring project. **TvT Publication Series. 2,190 murders are only the tip of the iceberg – An introduction to the Trans Murder Monitoring project.**, Berlin/GER, v. 14, October, 2016. Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.
- BARBOSA, Maria Júlia Leonel. **É babado, confusão e gritaria**: as histórias de travestis recifenses sob um olhar da criminologia crítica. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9637>. Acesso em: 09 nov. 2019.
- BARBOSA, Maria Júlia Leonel. **Travestis adolescentes em conflito com a lei**: o duplo grau de punição. XXIII Congresso Nacional do Conpedi/UFPB, João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=d79199b86238c86b>. Acesso em: 21 out. 2019.
- BARIFOUSE, Rafael. STF aprova a criminalização da homofobia. **BBC**, São Paulo, 13 Junho 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em: 07 nov. 2019.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

BORGES, Aurora. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte/MG: Letramento Justificando, 2018.

BORRILLO, Daniel. **HOMOFOBIA. História e crítica de um preconceito**. 1. ed. 3. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand brasil, 2012.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da república, [1984]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm). Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, atualização Junho de 2017**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Segurança Pública. **[Diagnóstico do contexto carcerário]**. [Brasília/DF], [BRASIL, 2018?]. Disponível em: [https://www.justica.gov.br/news/copy\\_of\\_collective-nitf-content-26/apresentacao-diagnostico-msp.pdf](https://www.justica.gov.br/news/copy_of_collective-nitf-content-26/apresentacao-diagnostico-msp.pdf). Acesso em: 17 out. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio.; VIANNA, Adriana De Resende Barreto. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 233-249, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v16n2/v16n2a06.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019

CARRIERI, Alexandre De Pádua.; SOUZA, Eloisio Moulin De.; AGUIAR, Ana Rosa Camillo. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 78-95, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v18n1/a06v18n1.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

CAVALCANTI, Céu.; BARBOSA, Roberta Brasilino.; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os tentáculos da tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38 (núm.esp.2.), p. 175-191, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38nspe2/1982-3703-pcp-38-spe2-0175.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA.; CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1**,

**DE 15 DE ABRIL DE 2014.** BRASÍLIA, 2014. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2018/7/art20180704-06.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

CORRÊA, Sonia Onufer.; MUNTARBHORN, Vitit. (org.). **Princípios de Yogyakarta:** princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução de Jones de Freitas, 2007. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: 24 out. 2019.

ECHEVERRIA, Gabriela Bothrel.; MARQUES, Verônica Teixeira.; GALVÃO, Vivianny Kelly. Travestis, transexuais e transgêneros(os) em situação de cárcere: normativas brasileiras. *In: XX Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero*, 2018, Salvador. **Anais [...]**. São Paulo/SP: Sintese, 2018. 1. *online*. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/site/redor/G11/GT11-15-Gabriela.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

FEBRE do rato. Direção: Cláudio Assis. Produção: Julia Moraes e Cláudio Assis. Brasil: Imovision, 2011.

FÊNIX do amor. Intérprete: Céu. Compositora: Céu. *In: APKÁ! Intérprete: Céu*. São Paulo: Som livre, 2019.

FERNANDES, Hérika Raniery Rocha. **Estudo sociológico sobre a criação de alas exclusivas para apenados do grupo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15338>. Acesso em: 08 nov. 2019.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões:** a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014a. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/5660>. Acesso em: 25 out. 2019.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. **Temporalis**, Londrina, v. 14, n. 27, p. 99-117, 2014b. Disponível em: [http://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFES-4\\_10df8b2dd17b9b97db09607a7124c939](http://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFES-4_10df8b2dd17b9b97db09607a7124c939). Acesso em: 09 nov. 2019.

FILHO, Roberto Efrem. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. **Cadernos pagu**, São Paulo, v. 50, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500007.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito:** curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2006. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio\\_turra/MINI%20CURSO%20ELENAEL%20ES TRADA/foucault-hermeneutica-do-sujeito.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/MINI%20CURSO%20ELENAEL%20ES TRADA/foucault-hermeneutica-do-sujeito.pdf). Acesso em: 09 dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1. A vontade de saber.** 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

FRÓIS, Frederico de Freitas.; VALENTIM, Silvani dos Santos. A ala lgbt em presídios brasileiros: possibilidades ou controvérsias? *In: 13º mundo de mulheres & fazendo gênero 11. Transformações, conexões, deslocamentos*, 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis/SC, Mundo de Mulheres e fazendo gênero, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500251768\\_ARQUIVO\\_FazendoGenero-VersaoNova.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500251768_ARQUIVO_FazendoGenero-VersaoNova.pdf). Acesso em: 23 mai. 2020

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório parcial por ocasião do dia internacional contra a homofobia**. Grupo gay da bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/05/relatc3b3rio-ggb-parcial-2019.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 19 nov. 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes De. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: [https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989). Acesso em: 09 dez. 2019.

JUNIOR, Cicero Pereira Eustaquio.; BREGALDA, Marília Meyer.; SILVA, Bianca Rodrigues da. Qualidade de vida de dententos(as) da "Primeira Ala LGBT do Brasil". **Bagoas**, Natal, n. 13, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9658/6898>. Acesso em: 25 out. 2019.

JÚNIOR, Gilson Santiago Macedo. **Medo, vida e morte na cidade-armário: a heterocisnormatividade dos espaços urbanos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Gilson\\_Macedo\\_Junior/publication/335393282\\_MEDO\\_VIDA\\_E\\_MORTE\\_NA\\_CIDADE-ARMARIO\\_A\\_HETEROCISNORMATIVIDADE\\_DOS\\_ESPACOS\\_URBANOS/links/5d62f7e192851c619d76ebe7/MEDO-VIDA-E-MORTE-NA-CIDADE-ARMARIO-A-HETEROCISNORMATIVIDADE-DOS-ESPACOS-URBANOS.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Gilson_Macedo_Junior/publication/335393282_MEDO_VIDA_E_MORTE_NA_CIDADE-ARMARIO_A_HETEROCISNORMATIVIDADE_DOS_ESPACOS_URBANOS/links/5d62f7e192851c619d76ebe7/MEDO-VIDA-E-MORTE-NA-CIDADE-ARMARIO-A-HETEROCISNORMATIVIDADE-DOS-ESPACOS-URBANOS.pdf). Acesso em: 09 dez. 2019.

KIND, Luciana.; CORDEIRO, Rosineide. Narrativas acadêmicas ou sobre como contamos o que fazemos. *In: CORDEIRO, Rosineide.; KIND, Luciana. (org.). Narrativas, Gênero e Política*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 185-201.

LAMOUNIER, Gabriela Almeida Moreira. **Gêneros encarcerados: uma análise transviada da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AYVHBJ>. Acesso em: 22 out. 2019.

LANZ, Letícia. **O CORPO DA ROUPA: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1321849](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1321849). Acesso em: 15 ago. 2019.

LINS, Carolina Cavalcante.; MESQUITA, Marcos Ribeiro. Exercício da cidadania e luta pela vida: precariedade das vidas de travestis e transexuais no estado de Alagoas. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 16, p. 45-61, 2016. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/8908>. Acesso em: 23 set. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** São Paulo: Educ, 1997.

MAGNO, Laio.; DOURADO, Inês.; SILVA, Luis Augusto Vasconcelos. Estigma e resistência entre mulheres trans\* em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n5/1678-4464-csp-34-05-e00135917.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 121-158, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65612006000100007](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612006000100007). Acesso em: 09 dez. 2019.

MATTOS, Amana Rocha.; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **REVISTA PERIÓDICUS**, Salvador, v. 1, p. 132-153, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/17181/11338>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MELLO, Dilma. Etnografia, pesquisa narrativa e fenomenologia: entendendo espaços de fronteira entre três caminhos de pesquisa. In: CORDEIRO, Rosineide.; KIND, Luciana. (org.). **Narrativas, Gênero e Política.** 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 17-48.

MICHELS, Eduardo.; MOTT, Luiz.; PAULINHO. **População LGBT morta no Brasil. Relatório GGB 2018.** Grupo Gay da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contralgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, ano 11, n. 21, jan./jun., p. 150-182, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

MODESTO, Rubens Gonzaga. **SOBRE CORAGEM E RESISTÊNCIA**: Contando a história de leona, professora e mulher trans. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6291870](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6291870). Acesso em: 15 ago. 2019.

MUYLAERT, Camila Junqueira *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt\\_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf](http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf). Acesso: 19 nov. 2019.

NARVAZ, Martha Giudice.; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo De Melo. **Travestilidades aprisionadas**: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: [http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_FRANCISCO\\_ELIONARDO2.pdf](http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/DISSERTA%C3%87%C3%83O_FRANCISCO_ELIONARDO2.pdf). Acesso em: 17 out. 2019.

NASCIMENTO, Luciana Maria do. **As leis que me prendem**: travestis/transsexuais no sistema prisional. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/166065>. Acesso em: 09 nov. 2019.

NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do.; TAVANTI, Roberth Miniguine.; PEREIRA, Camila Claudino Quina. O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. In: SPINK, Mary Jane Paris *et al.* (org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 247-272. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/blogdabc/a-producao-de-informacao-na-pesquisa/>> Acesso em: 19 nov. 2019.

NOGUEIRA, Conceição. A teoria da Interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In: Brizola, Ana Lúcia Campos.; Zanella, Andrea Vieira.; Gesser, Marivete (org.). **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**. Florianópolis: ABRAPSO-NUPPE/CFH/UFSC, 2013.

NOGUEIRA, Francisco Jander de Sousa.; LEÓN, Adriano Gomes de. "Trabalhadas no feminino": um estudo sobre corpo, desejo e prostituição travesti em Fortaleza-CE. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, Argentina, n. 8. ano 4, 2012. Disponível em: <http://www.relaces.com.ar/index.php/relaces/article/view/171/115>. Acesso em: 24 out. 2019.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim.; AQUINO, Tathiane Araújo.; CABRAL, Euclides Afonso. **Dossiê**: a geografia dos corpos das pessoas trans. Brasil: Rede Trans Brasil, 2017.

Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/10/A-Geografia-dos-Corpos-Trans.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

OLIVEIRA, José Wellington De *et al.* “Sabe a Minha Identidade? Nada a Ver com Genital”: Vivências Travestis no Cárcere. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38 (núm.esp.2.), p. 159-174, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38nspe2/1982-3703-pcp-38-spe2-0159.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

OLIVEIRA, Mariana.; BÁRBIERI, Luiz Felipe. STF permite criminalização da homofobia e da transfobia. **G1**, Brasília, 13 Junho 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>. Acesso em: 07 nov. 2019.

ORTNER, Sherry Beth. **Poder e projetos**: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar.; ECKERT, Cornelia.; FRY, Peter Henry. (org.). Conferências e diálogos: Saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia - Goiânia 2006. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 45-80. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3525246-Conferencias-e-dialogos-saberes-e-praticas-antropologicas.html>. Acesso em: 09 dez. 2019.

PASSETTI, Edson. Ensaio sobre um abolicionismo penal. **verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, São Paulo, n. 9, 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/5131/3658>. Acesso em: 13 jan. 2020.

RANGEL, Flavio Medeiros.; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Superlotação das prisões brasileiras: Operador político da racionalidade contemporânea. **Estudos de Psicologia**, Natal, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v21n4/1413-294X-epsic-21-04-0415.pdf>

REIGOTA, Marcos. Aspectos teóricos e políticos das narrativas: ensaio pautado em um projeto transnacional. In: CORDEIRO, Rosineide.; KIND, Luciana. (org.). **Narrativas, Gênero e Política**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 49-66.

RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira.; MARTINS, Mário Henrique da Mata.; LIMA, Aurora Martins De. A pesquisa em base de dados: como fazer? In: LANG, Charles Elias *et al.* (org.). **Metodologias. Pesquisas em saúde, clínica e Práticas Psicológicas**. 1a. ed. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL, 2015.

ROUNDINI, Carina Alexandra.; FILHO, Fernando Silva Teixeira.; TOLEDO, Livia Gonsalves. Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, p. 57-71, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v28n1/1678-5177-pusp-28-01-00057.pdf>> Acesso em: 07 nov. 2019.

SÁNCHEZ, Alexandra.; LAROUZÉ, Bernard. Desintegração do sistema prisional, segurança pública e exclusão social. Entrevistado: Marcelo Freixo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 21(7), p. 2171-2178, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n7/1413-8123-csc-21-07-2171.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

SANTOS, Adriana Aparecida Dos. **A banalização do princípio da dignidade da pessoa humana no tratamento aos presos por crimes sexuais nos presídios brasileiros**. Trabalho



de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES/UNITA, Caruaru, 2018. Disponível em: <http://200-98-146-54.cloudnol.com.br/bitstream/123456789/2214/1/Artigo%20-%20Adriana%20Aparecida%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SANTOS, Isabella Petrocchi Rodrigues dos.; GOMES, Camilla de Magalhães. Travestis no sistema carcerário do Distrito Federal: gênero e cárcere entre narrativas e normas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 146, 2018. Disponível em: <https://bdjur.tjdf.tj.br/xmlui/handle/tjdf/41236>. Acesso em: 09 out. 2019.

SARAMAGO, José. **A jangada de pedra**. Lisboa: Editorial Caminho, 1986. *E-book*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Jose%20Saramago-5.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020.

SCISLESKI, Andrea.; GUARESCHI, Neuza Maria De Fátima. Pensando o governo: produzindo políticas de vida e de extermínio. **Athenea digital**, Espanha, v. 11, n. 2, p. 85-99, 2011. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/view/244712>. Acesso em: 09 dez. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez., 1989. Disponível em: [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em: 20 ago. 2019.

SECRETARIA DO ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. **Resolução 11, de 30-1-2014**. Dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário. São Paulo, 2014. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/LGBT/LEGISLACAO/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SAP-n%C2%BA%2011.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/LEGISLACAO/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SAP-n%C2%BA%2011.pdf). Acesso em: 24 out. 2019.

SECRETARIA DO ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. **Resolução nº 558, de 29 de maio de 2015**. Estabelece diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no sistema penitenciário do estado do rio de janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/resolucao\\_seap\\_n\\_558\\_-\\_2905201.htm](http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/resolucao_seap_n_558_-_2905201.htm). Acesso em: 24 out. 2019.

SEFFNER, Fernando.; PASSOS, Amilton Gustavo Da Silva. Uma galeria para travestis, gays e seus maridos: Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 140-161, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2933/293346767006.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. **Atos de fala transfóbicos no ciberespaço: uma análise pragmática da violência linguística**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/8523>. Disponível em: 23 set. 2019.

SILVA, Glauber Weder dos Santos *et al.* Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Rev Gaúcha Enferm**, 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37n2/0102-6933-rgenf-1983-144720160256407.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SILVA, Ramon Alves.; ARCELO, Adalberto Antonio. Heteronormatividade e sistema carcerário no Brasil contemporâneo. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 29-37, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/23597/14727>. Acesso em: 19 out. 2019.

SOUZA, Bruna Caldieraro De.; FERREIRA, Guilherme Gomes. Execução Penal e População de Mulheres trans\*: o caso do presídio central de Porto Alegre. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, vol 02, n. 01, Jan-Jul, Salvador, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/17629>. Acesso em: 25 out. 2019.

SPINK, Mary Jane Paris. **Construcionismo Social**: Abordagens Teóricas e Metodológicas. (Curso ministrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-RS). Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/w9q43> Acesso em: 19 nov. 2019.

SPINK, Mary Jane Paris. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, p. 7-14, jan/abr, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000100002&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 19 set. 2019.

SPINK, Mary Jane Paris. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n.6, p. 1277-1311, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n6/6997.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

SPINK, Mary Jane Paris.; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentido: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, Mary Jany Paris (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999, p. 01-21.

SPINK, Mary Jane Paris.; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jany Paris (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999. p. 41-61.

SPINK, Mary Jane Paris.; MEDRADO, Benedito.; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Vinte e cinco anos nos rastros, trilhas e riscos de produções acadêmicas situadas. In: SPINK, Mary Jane Paris *et al.* (org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 13-30. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/blogdabc/a-producao-de-informacao-na-pesquisa/> Acesso em: 19 nov. 2019.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a03v15n2>. Acesso em: 10 out. 2019.

TAMBOUKOU, Maria. Aventuras da pesquisa narrativa. In: CORDEIRO, Rosineide.; KIND, Luciana. (org.). **Narrativas, Gênero e Política**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 67-84.

VALE, Johnatan Ferreira Marques do.; VALE, Bárbara Cristina de Oliveira Marques do.; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Travestilidade carcerária: violência e cerceamento da identidade travesti em situação de aprisionamento. *In: Reunião Brasileira de Antropologia*, 30., João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em: [http://evento.abant.org.br/rba/30rba/files/1467337224\\_ARQUIVO\\_RBAtravestilidadecarceraria.pdf](http://evento.abant.org.br/rba/30rba/files/1467337224_ARQUIVO_RBAtravestilidadecarceraria.pdf). Acesso em: 09 nov. 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

WALMSLEY, Roy. **World Prison Population List - Twelfth edition**. Institute For Criminal & Justice Policy Research. London, 2018. Disponível em: [https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/wppl\\_12.pdf](https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/wppl_12.pdf). Acesso em: 17 out. 2019.

ZAMBONI, Marcio. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. **Aracê, Direitos Humanos em Revista**, Aracê, 2017. Disponível em: <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/135/71>. Acesso em: 13 ago. 2019.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Psicologia

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sra para participar como voluntária da pesquisa “**Narrativas sobre transfobia e privação de liberdade por travestis e mulheres trans**”, que está sob a responsabilidade da Pesquisadora Mestranda **Arles Monaliza Rodrigues Nascimento**, com endereço na Rua Professor Felipe dos Santos, nº 17, apto 102, Bairro Petrópolis em Caruaru – PE. CEP: 55030-350. Fone: (81) 9.9611.7818. E-mail: monalizarodriguesnascimento@outlook.com.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com a responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com a pesquisadora responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

**Descrição da pesquisa:** Esta pesquisa tem como objetivo analisar narrativas sobre transfobia e privação de liberdade produzidas por travestis e mulheres trans por meio: a) da apresentação de narrativas sobre transfobia e privação de liberdade produzidas por travestis e mulheres trans; b) da análise de repertórios sobre transfobia e sobre encarceramento apresentadas por essas mulheres; c) da análise das formas de agenciamento, entre ajustamentos e resistências, apresentadas nessas narrativas, por meio de entrevistas, registradas em áudio em aparelho de gravador de voz.

**Período de participação do sujeito:** entre 1 e 2 horas, por entrevista.

**Riscos diretos para a participante:** Informamos que a participação neste estudo pode ocasionar algum desconforto emocional ou psíquico em consequência dos conteúdos que serão abordados durante o decorrer das entrevistas. No entanto, caso isto aconteça, o Núcleo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (GEMA), grupo no qual a pesquisa está vinculada, dispõe de um grupo de psicólogos/as que podem fazer o acolhimento inicial de tais demandas e encaminhar em seguida para o Núcleo Integrado De Saúde em Caruaru, ou o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UFPE em Recife, que está vinculado ao Departamento de Psicologia, onde o GEMA está inserido. Caso o Nis ou o SPA não supram as necessidades da participante, esta será encaminhada para outro equipamento da Rede Pública de Atenção Psicossocial que estas clínicas escolas tenham parceria. Dependendo da demanda, a participante também pode ser indicada para o Fórum LGBT de Pernambuco, para o Centro Estadual de Combate a Homofobia ou para o Centro de Referência em Cidadania LGBT.

**Benefícios diretos e indiretos participação na pesquisa:** Como benefício direto, ao participar da pesquisa, você terá a oportunidade de relatar possíveis violências sofridas durante o cumprimento de sua pena, o que pode contribuir para a ressignificação de suas vivências e

colaborar para modificar/denunciar os condicionantes que permitem o acontecimento deste tipo de violência. Como benefício indireto, este registro será muito útil para a produção de conhecimento científico sobre a violência sofrida por travestis e mulheres trans no contexto prisional, o que possibilitará debates acadêmicos e documentos científicos que possam contribuir para a garantia de direitos nas penitenciárias brasileiras.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação das participantes, a não ser entre os/as responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em local seguro no Núcleo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades, situado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), 7º Andar, Cidade Universitária, Recife/PE. Cep: 50740-550 sob responsabilidade da pesquisadora por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida das Engenharias s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

---

(assinatura do pesquisador)

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **Narrativas sobre transfobia e privação de liberdade por travestis e mulheres trans**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura do/a participante: \_\_\_\_\_

Impressão  
digital  
(opcional)

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar.** (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

|             |
|-------------|
| Nome:       |
| Assinatura: |

|             |
|-------------|
| Nome:       |
| Assinatura: |

## APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA PATRONATO PENITENCIÁRIO DE CARUARU



Secretaria Executiva de  
Justiça e Promoção dos  
Direitos do Consumidor

Secretaria de Justiça  
e Direitos Humanos



### CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro por meio desta que o Patronato Penitenciário de Caruaru autoriza a realização da pesquisa “Narrativas sobre transfobia e privação de liberdade por travestis e mulheres trans reeducandas”, que tem como objetivo geral analisar narrativas sobre transfobia e privação de liberdade produzidas por travestis e mulheres trans reeducandas do Patronato Penitenciário da cidade de Caruaru/PE. A pesquisa será realizada no referido espaço através de entrevistas narrativas com travestis e mulheres trans reeducandas do Sistema Penitenciário que são assistidas e acompanhadas pelo Patronato, e através de observação no cotidiano, técnica que propõe a participação do/a pesquisador/a no *lôcus* de pesquisa enquanto observador/a. A pesquisa será realizada pela mestranda Arles Monaliza Rodrigues Nascimento, que está devidamente matriculada no curso de Pós Graduação em Psicologia da UFPE, na linha de pesquisa Processos Psicossociais, Poder e Práticas Coletivas, e tem como orientador o Professor Doutor Benedito Medrado.

A colaboração da instituição não implica em custos financeiros, nem emprego de recursos materiais ou humanos.

Todo desenvolvimento da pesquisa será guiado pela Resolução 466/12 do Ministério da Saúde que ressalta o respeito à dignidade humana e a proteção dos/as participantes da pesquisa, e da Resolução 510/16 que orienta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e reforça os cuidados necessários aos estudos envolvendo seres humanos. Caso sejam identificadas irregularidades no processo de investigação, a pesquisa poderá ser interrompida. Será mantida a privacidade e sigilo dos dados coletados, restringindo seu uso apenas para fins acadêmicos e científicos.

Função:

*Coordenadora do Patronato Caruaru*

Nome completo:

*Vanessa da Silva Soares*

**Vanessa Soares**  
Coord. do Núcleo de  
Caruaru - PE  
Patronato Penitenciário  
Mat. 365.211-4

Assinatura:

*Vanessa Soares*



## APÊNDICE C – CARTA DE ANUÊNCIA PATRONATO PENITENCIÁRIO DE RECIFE



Secretaria Executiva de  
Justiça e Promoção dos  
Direitos do Consumidor

Secretaria de Justiça  
e Direitos Humanos



### CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro por meio desta que o Patronato Penitenciário de Recife autoriza a realização da pesquisa **“Narrativas sobre transfobia e privação de liberdade por travestis e mulheres trans”**, que tem como objetivo geral **analisar narrativas sobre transfobia e privação de liberdade produzidas por travestis e mulheres trans**. A pesquisa será realizada no referido espaço através de entrevistas narrativas com travestis e mulheres trans reeducandas do Sistema Penitenciário que são assistidas e acompanhadas pelo Patronato. A pesquisa será realizada pela mestranda **Arles Monaliza Rodrigues Nascimento**, que está devidamente matriculada no curso de Pós Graduação em Psicologia da UFPE, na linha de pesquisa Processos Psicossociais, Poder e Práticas Coletivas, e tem como orientador o **Professor Doutor Benedito Medrado**.

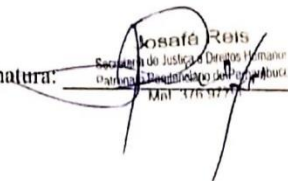
A colaboração da instituição não implica em custos financeiros, nem emprego de recursos materiais ou humanos.

Todo desenvolvimento da pesquisa será guiado pela **Resolução 466/12** do Ministério da Saúde que ressalta o respeito à dignidade humana e a proteção dos/as participantes da pesquisa, e da **Resolução 510/16** que orienta pesquisas em Ciência Humanas e Sociais e reforça os cuidados necessários aos estudos envolvendo seres humanos.

Caso sejam identificadas irregularidades no processo de investigação, a pesquisa poderá ser interrompida. Será mantida a privacidade e sigilo dos dados coletados, restringindo seu uso apenas para fins acadêmicos e científicos.

Função: SUPERINTENDENTE DO PATRONATO PENITENCIÁRIO

Nome completo: JOSAFÉ REIS DA SILVA FILHO

Assinatura:   
 Josafé Reis  
 Secretário de Justiça e Direitos Humanos  
 Conselho de Administração do Patronato  
 Matr. 476.92.77

### APÊNDICE D – MODELO DO MAPA DIALÓGICO

| <b>Manifestações da transfobia a partir da violência material</b> | <b>Manifestações da transfobia a partir da violência simbólica</b> | <b>Práticas de violência transfóbica institucional</b> | <b>Transfobia como preservação da matriz cisnormativa</b>                                                                                                                    | <b>Formas de agenciamento, entre ajustamentos e resistências</b>                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                   |                                                                    |                                                        | L 88-89 Sofri muito, por que assim, na visita a gente tem que se comportar, tem que ficar muito ligeira, muito esperta, por que qualquer deslize é cobrado depois, entendeu? |                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|                                                                   |                                                                    |                                                        |                                                                                                                                                                              | L 99-107 A gente solicitou a visita dos direitos humanos, aí veio umas amigas da gente... Dos direitos humanos, a gente solicitou, pra a gente conversar. Por que se não fosse isso nunca que a gente conseguia uma ala dessas, entendeu?! Uma ala, eu digo assim, um cela né! |

\*Mapa dialógico da interlocutora Elena



## ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADOS DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) VERSÃO I



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Narrativas sobre transfobia e privação de liberdade por travestis e mulheres trans reeducandas

**Pesquisador:** Arles Monaliza Rodrigues Nascimento

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 05625019.6.0000.5208

**Instituição Proponente:** CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.197.886

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de Mestrado apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), orientado pelo Prof. Dr. Benedito Medrado. Currículos anexados.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivos da pesquisa

**OBJETIVO GERAL:** analisar narrativas sobre transfobia e privação de liberdade produzidas por travestis e mulheres trans reeducandas do Patronato Penitenciário.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** a) apresentar narrativas sobre transfobia e privação de liberdade produzidas por travestis e mulheres trans reeducandas; b) analisar repertórios sobre transfobia e sobre encarceramento apresentadas por essas mulheres; c) analisar formas de agenciamento, entre ajustamentos e resistências, apresentadas nessas narrativas.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

**Riscos:** feita exposição sobre o tema, necessária objetividade do que será compreendido como risco ao participar da pesquisa, atentando à guarda do material de pesquisa.

**Benefícios:** necessário explicar com clareza quais os benefícios

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa qualitativa, que utilizará como referência as discussões sobre produção de

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 3.197.886

sentidos em Psicologia Social, tendo como base teórico-metodológica o Construcionismo Social. Segundo o texto, a chamada estratégia metodológica será a partir de entrevistas narrativas e a técnica de observação no cotidiano. O local onde será realizada a investigação será no Patronato Penitenciário de Caruaru/PE, que acolhe tanto reeducandos/as como egressos/as do Sistema Prisional.

Serão 10 os participantes da pesquisa que atenderem aos critérios de inclusão definidos. Ao final serão feitas análises dos textos retirados das narrativas

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados: carta de anuência, currículos dos pesquisadores, termos de confidencialidade, termo de consentimento livre e esclarecido, orçamento

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Destacar mais objetivamente riscos (e forma de minimizar) e benefícios (se possível os diretos)

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Protocolo foi avaliado na reunião do CEP e está em PENDÊNCIA. O (A) pesquisador (a) deverá atender as considerações deste Parecer Consubstanciado, corrigindo as pendências diretamente na Plataforma, no Projeto detalhado e no TCLE, se for o caso. Todas as modificações realizadas devem ser destacadas em amarelo.

É obrigatório anexar à parte, uma carta de RESPOSTA ÀS PENDÊNCIAS, informando onde foram feitas as correções (em qual documento/item/página). Siga as instruções do link "Para resolver pendências", disponível no site do CEP/UFPE. O (A) pesquisador (a) tem 30 dias para responder aos quesitos formulados pelo CEP em seu parecer. Após esse prazo, o projeto será considerado arquivado (res.466/12).

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento                            | Arquivo                                       | Postagem               | Autor               | Situação |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------|---------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1283911.pdf | 11/01/2019<br>09:56:50 |                     | Aceito   |
| Folha de Rosto                            | FolhaDeRostoASSemPDF.pdf                      | 11/01/2019<br>09:54:50 | Monaliza Nascimento | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | ProjetoVersaoComite.doc                       | 11/01/2019<br>09:49:57 | Monaliza Nascimento | Aceito   |

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 3.197.886

|                                                           |                                           |                     |                     |        |
|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------|---------------------|---------------------|--------|
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TermodeConsentimentoLivreeEsclarecido.doc | 11/01/2019 09:45:28 | Monaliza Nascimento | Aceito |
| Outros                                                    | TermoDeConfidencialidadeAssinado.pdf      | 10/01/2019 15:53:01 | Monaliza Nascimento | Aceito |
| Outros                                                    | CartaDeAnuenciaok.pdf                     | 10/01/2019 15:52:07 | Monaliza Nascimento | Aceito |
| Outros                                                    | HistoricoEscolar.pdf                      | 10/01/2019 01:47:51 | Monaliza Nascimento | Aceito |
| Outros                                                    | CurriculoBeneditoMedrado.pdf              | 10/01/2019 01:47:10 | Monaliza Nascimento | Aceito |
| Outros                                                    | CurriculoArlesMonaliza.pdf                | 10/01/2019 01:46:56 | Monaliza Nascimento | Aceito |

**Situação do Parecer:**

Pendente

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RECIFE, 14 de Março de 2019

---

**Assinado por:**  
**LUCIANO TAVARES MONTENEGRO**  
 (Coordenador(a))

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br

## ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADOS DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) VERSÃO II



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Narrativas sobre transfobia e privação de liberdade por travestis e mulheres trans reeducandas

**Pesquisador:** Arles Monaliza Rodrigues Nascimento

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 05625019.6.0000.5208

**Instituição Proponente:** CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.243.908

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de Mestrado de Arles Monaliza Rodrigues Nascimento, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, para fins de exame de qualificação de mestrado, orientado pelo Prof. Dr. Benedito Medrado.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: analisar narrativas sobre transfobia e privação de liberdade produzidas por travestis e mulheres trans reeducandas do Patronato Penitenciário.

Objetivos específicos: a) apresentar narrativas sobre transfobia e privação de liberdade produzidas por travestis e mulheres trans reeducandas; b) analisar repertórios sobre transfobia e sobre encarceramento apresentadas por essas mulheres; c) analisar formas de agenciamento, entre ajustamentos e resistências, apresentadas nessas narrativas.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Indicados como riscos diretos: a compreendemos que a participação na pesquisa pode ocasionar algum desconforto emocional ou psíquico em consequência dos conteúdos que serão abordados durante o decorrer das entrevistas.

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 3.243.908

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Foram previstos dois procedimentos, a observação no cotidiano e a realização de entrevistas narrativas, realizadas no Patronato Penitenciário de Caruaru. Serão 10 participantes, com critérios de inclusão e exclusão definidos.

Foram benefícios diretos desta pesquisa, destacamos que as participantes terão a oportunidade de relatar possíveis violências sofridas no ambiente prisional, o que pode contribuir para a ressignificação de suas vivências e colaborar para modificar/denunciar os condicionantes que permitem o acontecimento desse tipo de violência. E como benefícios indiretos, este registro será muito útil para a produção de conhecimento científico sobre a violência sofrida por travestis e mulheres trans no contexto prisional, o que possibilitará debates acadêmicos e documentos científicos que possam contribuir para a garantia de direitos nas penitenciárias brasileiras.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- 1) TCLE: apresentado.
- 2) Folha de rosto: com assinatura do pesquisador responsável, assinatura e carimbo do responsável pela instituição onde será realizada a pesquisa.
- 3) Carta de Anuência: anexada.
- 4) Cronograma: apresentado;
- 5) Orçamento: apresentado

#### **Recomendações:**

Não há

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

As exigências foram atendidas e o protocolo está APROVADO, sendo liberado para o início da coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio do Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/CCS/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br





Continuação do Parecer: 3.243.908

participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). O CEP/CCS/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento                                            | Arquivo                                       | Postagem            | Autor                               | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|---------------------|-------------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1283911.pdf | 28/03/2019 18:46:03 |                                     | Aceito   |
| Outros                                                    | ProjetoVersaoComiteDois.doc                   | 28/03/2019 18:41:34 | Aries Monaliza Rodrigues Nascimento | Aceito   |
| Outros                                                    | TermodeConsentimentoLivreeEsclarecidoDois.doc | 28/03/2019 18:40:42 | Aries Monaliza Rodrigues Nascimento | Aceito   |
| Outros                                                    | CartaDeRespostaAsPendencias.docx              | 28/03/2019 18:39:41 | Aries Monaliza Rodrigues Nascimento | Aceito   |
| Folha de Rosto                                            | FolhaDeRostoASemPDF.pdf                       | 11/01/2019 09:54:50 | Monaliza Nascimento                 | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | ProjetoVersaoComite.doc                       | 11/01/2019 09:49:57 | Monaliza Nascimento                 | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TermodeConsentimentoLivreeEsclarecido.doc     | 11/01/2019 09:45:28 | Monaliza Nascimento                 | Aceito   |
| Outros                                                    | TermoDeConfidencialidadeAssinado.pdf          | 10/01/2019 15:53:01 | Monaliza Nascimento                 | Aceito   |

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 3.243.908

|        |                              |                        |                     |        |
|--------|------------------------------|------------------------|---------------------|--------|
| Outros | CartaDeAnuenciaok.pdf        | 10/01/2019<br>15:52:07 | Monaliza Nascimento | Aceito |
| Outros | HistoricoEscolar.pdf         | 10/01/2019<br>01:47:51 | Monaliza Nascimento | Aceito |
| Outros | CurriculoBeneditoMedrado.pdf | 10/01/2019<br>01:47:10 | Monaliza Nascimento | Aceito |
| Outros | CurriculoArlesMonaliza.pdf   | 10/01/2019<br>01:46:56 | Monaliza Nascimento | Aceito |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RECIFE, 04 de Abril de 2019

---

**Assinado por:**  
**LUCIANO TAVARES MONTENEGRO**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br